SIMARSUL
Grupo Águas de Portugal

RELATÓRIO E CONTAS 2021

Índice

MENSAGEM DO PRESIDENTE 4
A - A EMPRESA 6
Quem Somos 6
Missão, Visão e Valores 6
Descrição, atividade e presença 6
Cadeia de Valor 7
Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais 8
Carteira de Participações e Sucursais 10
Síntese de Indicadores 10
Reconhecimento / Prémios / Certificações 11
Destaques do Ano / Principais Acontecimentos 11
B – O NEGÓCIO 15
Linhas Estratégicas 15
Enquadramento 17
A Envolvente 17
O Setor 20
A Regulação 25
O Negócio 35
Introdução 35
Saneamento em Alta 36
Outros Negócios 37
Sustentabilidade 38
Enquadramento 38
Stakeholders / Partes Interessadas 39
Gestão do Risco 44
Atividade Operacional 49
Gestão do Capital Humano 69
Financeira 73
Eventos Posteriores ao Fecho 82
Cumprimento das Orientações Legais 82
Relatório dos Administradores Não Executivos sobre o desempenho dos Administradores Executivos 103
Perspetivas Futuras 104
Proposta de Aplicação de Resultados 108
Anexo ao Relatório 109
C – CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021 110

Contas Individuais 110
Notas às Demonstrações Financeiras 113
Relatório e parecer do Conselho Fiscal 178
Certificação legal de contas 181

Mensagem do Presidente

O ano de 2021 ficou marcado pela continuação da pandemia e pelo início de um novo ciclo – o segundo mandato da Sociedade com a eleição dos seus novos órgãos sociais para o triénio 2021-2023.

Apesar dos constrangimentos sentidos foi possível assegurar, com os procedimentos de contingência e o desempenho e a dedicação dos trabalhadores/as, a continuidade do serviço de saneamento essencial à saúde pública, ao ambiente e à população, com qualidade, eficiência, sustentabilidade e criação de valor.

A SIMARSUL prosseguiu o cumprimento da sua missão, atendendo ao enquadramento legal, regulatório, tarifário e operacional em que desenvolve a sua atuação, assim como da legislação decorrente das várias fases da pandemia, numa estratégia de proximidade e promovendo um clima de permanente cooperação com os municípios utilizadores.

A empresa reforçou o compromisso da sua governação com os mais elevados padrões éticos, de transparência e excelência nas práticas de gestão pública, de defesa da igualdade do género e de integridade do serviço essencial que presta ao subescrever o Compromisso de Integridade do Grupo AdP e os princípios do Global Compact das Nações Unidas para reforçar a responsabilidade empresarial assumida ao nível dos Direitos Humanos, do Trabalho, da Proteção do Ambiente e de Mecanismos Anticorrupção.

Pese embora os condicionalismos à realização de atividades e ao investimento, foi possível assegurar a realização de cerca de dois milhões de euros de investimento e prosseguir com o incremento significativo de trabalhos de conservação e recuperação, destinados, na sua maioria, a melhorar a resiliência das infraestruturas do Sistema, através de intervenções de reabilitação, muitas das quais devido a defeitos que apresentavam do passado, e da reposição de reservas e substituição de equipamentos, com reflexo positivo na manutenção dos ativos explorados.

Prosseguindo a estratégia de melhoria contínua da ecoeficiência e sustentabilidade do seu desempenho operacional, a empresa manteve-se focada na gestão estratégica da sua eficiência energética, promovendo-a e colaborando com a AdP Energias, no âmbito do Plano de Eficiência Energético (PEPE) e da consolidação do "Programa de Neutralidade Energética ZERO", através do qual a empresa pretende ser energeticamente autossustentável até 2030, por via de produção própria de energia verde.

Pela sua importância ambiental e energética destacam-se a substituição das luminárias por tecnologia LED na rede de iluminação exterior das ETAR, a certificação energética da frota numa clara aposta numa mobilidade mais sustentável e o convite da E-redes para participação da SIMARSUL, com diversas infraestruturas, no projeto europeu EUniversal na área da energia elétrica,

Complementarmente, e reforçando a estratégia da inovação, foi apresentado o novo Plano de Trabalho para a Inovação da SIMARSUL – No presente, a tratar o Futuro. Neste âmbito, merece igual destaque a atribuição à SIMARSUL do título de Patente de Invenção Nacional para o "SILICA - Sistema de limpeza automática de caleiras de decantadores circulares". De salientar, também, o desenvolvimento da participação, em consórcio com a AdP – Águas de Portugal e outras empresas do Grupo, no "Projeto SARS Control - Avaliação dos impactos de SARS-CoV-2 no ciclo urbano da água e dos efeitos a jusante em Saúde Pública" com a divulgação de resultados prevista para 2022.

Revestiu-se de igual importância a prioridade estratégica atribuída à Digitalização dos serviços, quer através da adjudicação do procedimento para contratação e colocação em funcionamento do Sistema de Telegestão da SIMARSUL para responder às necessidades da atividade de exploração, de gestão de ativos e gestão da energia de todo Sistema de saneamento, quer da entrada em funcionamento do sistema de gestão documental EDOC, assim como da atividade realizada ao nível da Cyber Segurança e do seu reforço de investimento para 2022.

Em 2021 demos igualmente continuidade ao trabalho que tem vindo a ser efetuado pela empresa e pelos seus parceiros, na infraestruturação de saneamento na região, para garantir uma adequada cobertura e o tratamento dos efluentes produzidos, de forma próxima com as partes interessadas e em estreita colaboração com os municípios e as indústrias locais. Foi assegurada a procura das melhores soluções para problemas comuns, para proteger o ambiente, e que visam promover a erradicação de afluências indevidas que condicionam a exploração das infraestruturas e potenciam impactos ambientais e socias.

Tendo por objetivo continuar a sensibilizar sobre a colocação indevida de resíduos nas redes de saneamento e o seu impacto no processo e nas infraestruturas de recolha e tratamento das águas residuais, foi prosseguida localmente, em articulação com os municípios, a campanha regional de proximidade "Superamigo – Lixo no esgoto, não!", com a presença da exposição itinerante da campanha nos municípios do Seixal, Moita, Barreiro, Palmela, Sesimbra e Montijo, a que se seguirá Alcochete, para apelar à mudança de comportamentos.

A par dos impactos da pandemia, estamos conscientes dos desafios e dificuldades com que ainda nos deparamos, designadamente no que respeita, para além do continuado contributo da empresa para a conservação e melhoria da condição do estuário do Tejo e das massas de água da região, a continuação da renovação de um vasto parque de equipamentos capazes de responder às necessidades da reutilização de água residual tratada e da neutralidade carbónica, permitindo, assim, incrementar a qualidade de serviço em todas as áreas de atuação e promover também a adaptação e mitigação à Emergência Climática.

Atento o exposto, é merecido uma palavra de reconhecimento aos nossos trabalhadores e trabalhadoras que diariamente, com resiliência e eficiência, garantiram a segurança e a continuidade da prestação do serviço público essencial, quer no desempenho das suas funções no terreno, quer em serviço de regime de prontidão, como por via do trabalho remoto. A todos eles e elas, cabe-me agradecer, em nome do Conselho de Administração, o excelente trabalho e esforço desenvolvidos, assim como a compreensão com que aceitaram a responsabilidade e a capacidade com que assumiram e ultrapassaram as dificuldades e os condicionalismos de mais um ano atípico.

É, também, merecedor um reconhecimento especial à permanente cooperação dos municípios acionistas que continuaram a acompanhar de perto a atividade da sociedade, contribuindo, de forma articulada com todos os intervenientes, para que a SIMARSUL pudesse continuar a prestar um serviço público de qualidade não obstante os obstáculos.

Por fim, é também devido um agradecimento aos Órgãos Sociais, designadamente à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, ao Revisor Oficial de Contas (ROC), aos Acionistas, à Entidade Reguladora do Setor e à Tutela Governamental pela colaboração e apoio permanentes, que constituiu um incentivo constante e determinante para o bom desempenho e prossecução dos nossos objetivos e desafios, ainda acrescidos pelo cenário pandémico.

Continuaremos juntos, em segurança, e com o desempenho fundamental de cada trabalhador e trabalhadora, a realizar o nosso propósito no cumprimento da nossa missão e centrados na geração de valor rumo a um futuro cada vez mais sustentável, circular e inovador que possa contribuir decisivamente para a descarbonização do ciclo urbano da água, para o Pacto Europeu para o Clima e para o bem-estar das gerações futuras.

António Manuel Ventura

Presidente do Conselho de Administração

A - A EMPRESA

Quem Somos

Missão, Visão e Valores

A SIMARSUL tem por missão gerir e explorar o sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, garantindo a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, no sentido da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da acessibilidade aos serviços públicos, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, num quadro de equidade e estabilidade tarifária, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território, bem como contribuir para alcançar as metas previstas nos planos e programas nacionais e as obrigações decorrentes do normativo comunitário.

Complementarmente, a SIMARSUL pretende ser empresa de referência no setor da água da região onde se insere, em termos de qualidade do serviço prestado, competência, eficiência, sustentabilidade e criação de valor.

Os valores fundamentais da sociedade assentam na sustentabilidade dos recursos naturais e na preservação da água enquanto recurso estratégico essencial à vida, no equilíbrio e melhoria da qualidade ambiental, na equidade no acesso aos serviços básicos e na melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Descrição, atividade e presença

A SIMARSUL foi criada pelo Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de março, tendo-lhe sido atribuída pelo Estado Português, a concessão da exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, que consubstancia um serviço público a exercer em regime de exclusividade e por um período de 30 anos.

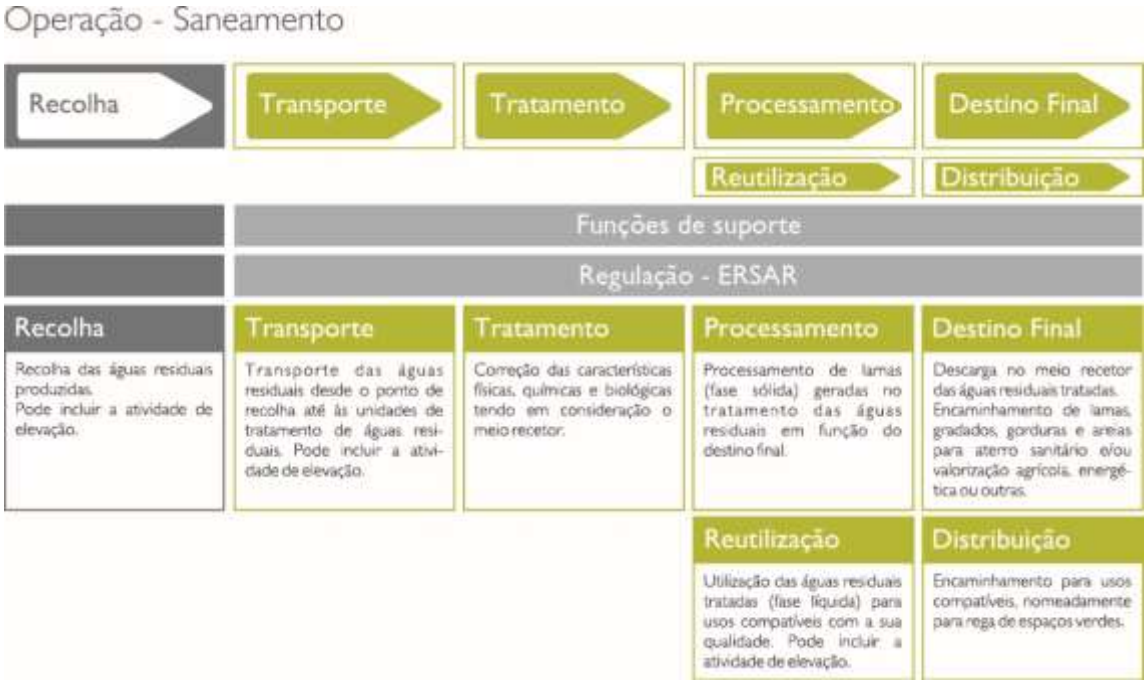
Estima-se em cerca de 600 mil habitantes a população atualmente residente nos 8 municípios abrangidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal), servindo-se atualmente a população de todos os Municípios, com exceção de Setúbal, enquanto perdurar a concessão previamente existente com a Águas do Sado. No entanto, a SIMARSUL já contribui para o saneamento em alta de cerca de 14% da população deste concelho, através do cliente Águas do Sado.

O município de Setúbal integrar-se-á como pleno utilizador a partir do dia seguinte à data da extinção do contrato de concessão celebrado pelo município em 24 de novembro de 1997, pelo prazo de 25 anos, ou a partir da data em que, por modificação, rescisão ou resgate do mesmo contrato, seja possível ao município exercer integralmente os direitos e cumprir as obrigações decorrentes da qualidade de utilizador do sistema, devendo, em qualquer caso, essa integração verificar-se no máximo até 1 de janeiro de 2023.

O sistema pode ser alargado a outros municípios por iniciativa destes, mediante reconhecimento de interesse público, devidamente fundamentado em despacho do membro do Governo responsável pela área do ambiente, sob proposta da sociedade e ouvidos os municípios utilizadores do sistema.

Cadeia de Valor

Na representação gráfica que a seguir se apresenta, expõe-se a visão sistémica da cadeia de valor do negócio, individualizada para a atividade de saneamento em alta, bem como a especificação das atividades de operação.



Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

ESTRUTURA ACIONISTA

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com um valor de capital social de 25 000 000,00 de euros, integralmente realizado.

A empresa tem como acionistas a AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. (AdP SGPS), que detém 51% do capital social e os Municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal, que detêm os restantes 49%, com a seguinte estrutura acionista:

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	**25 000 000**	**25 000 000**	**100,00%**

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Os órgãos sociais da SIMARSUL, para o triénio 2021/2023, foram eleitos em Assembleia Geral de Acionistas, realizada a 12 de março de 2021.

O Conselho de Administração da SIMARSUL atuou, em 2021, em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pelos acionistas e pela Tutela Setorial e Financeira, à luz do Programa do XXII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia COVID-19.

Desde o dia 1 de julho de 2019 que a empresa apresenta a seguinte estrutura organizacional:

ÓRGÃOS SOCIAIS

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente | Maria de Fátima de Alegria Antunes Valença Mourinho

Vice-presidente | Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário | Ana Cristina Rebelo Pereira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente Executivo | António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura

Vogal Executiva | Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança

Vogal Executivo | João Afonso Almeida da Silva Luz

Vogal Não Executivo | Isidro Durão Heitor

Vogal Não Executivo | Rute Isabel Talhadas Cesário

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo | Paulo Jorge Simões Ribeiro

Suplente | Sandra Paula Enes Pinto Araújo Chambel

CONSELHO FISCAL

Presidente | Maria do Carmo Mendes

Vogal Efetivo | Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho

Vogal Efetivo | João Carlos Alves Faim

Vogal Suplente | Patrícia Isabel Sousa Caldinha

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

ROC | PricewaterhouseCoopers & Associados – S.R.O.C., Lda | Aqui representado por: José Alves Bizarro Duarte

Suplente | Carlos José Figueiredo Rodrigues

COMISSÃO DE VENCIMENTOS

Presidente | Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal Efetivo | AdP-Águas de Portugal, SGPS, S.A

Vogal Efetivo | Joaquim Carlos Coelho Tavares

Carteira de Participações e Sucursais

No final do exercício de 2021, a SIMARSUL detinha uma participação social no montante de 5.000 euros na S.Energia - Agência Regional de Energia para os concelhos do Barreiro, Moita e Montijo, correspondendo a 0,86% do Fundo Patrimonial desta associação (578.287 euros). A S.Energia é uma associação privada sem fins lucrativos, criada em maio 2007. De acordo com o definido no ponto 4, do artigo 6.º dos respetivos Estatutos, *"Cada Associado Fundador ou Ordinário tem direito a um voto por cada fração de Mil Euros de participação no Património Associativo Nominal"*, o que no caso da SIMARSUL corresponde a 5.

Em 2021, a SIMARSUL não dispunha de qualquer sucursal.

Síntese de Indicadores

Indicadores Financeiros

		2021	2020	2019
Capital Social	milhões EUR	25,00	25,00	25,00
Capital Próprio	milhões EUR	67,85	66,90	65,87
Ativo Líquido Total	milhões EUR	232,99	236,61	240,09
Passivo Total	milhões EUR	165,15	169,71	174,22
Volume de Negócios[1]	milhões EUR	18,41	17,35	15,14
CMVMC	milhões EUR	0,30	0,29	0,24
Fornecimentos e Serviços Externos [2]	milhões EUR	6,27	5,91	5,12
Investimento *(Ativos Tangíveis)*	milhões EUR	0,00	0,00	0,00
Investimento *(Ativos Intangíveis)*	milhões EUR	2,13	0,90	0,50
Endividamento Bancário	milhões EUR	71,66	75,91	79,63
EBITDA (ajustado) [3]	milhões EUR	8,51	7,58	6,48
Margem EBITDA (ajustada)	%	46,23%	43,72%	42,80%
Endividamento líquido / EBITDA *(ajustado)*	n.º	7,38	8,67	10,52
Resultado Líquido do Exercício	milhões EUR	0,94	1,04	1,25
ROCE	%	4,52%	3,68%	2,77%
Número de Trabalhadores	n.º	100,00	99,00	99,00
Dívida de Clientes Total	milhões EUR	6,96	6,55	5,54
Dívida de Clientes Total *(Vencida)*	milhões EUR	2,64	3,35	3,27
Prazo Médio de Pagamentos	dias	37	43	55
Prazo Médio de Recebimentos	dias	100	87	81

[1] O valor corresponde apenas à Prestação de Serviços

[1] O valor dos FSE em 2019 reflete a aplicação da IFRS 16

[2] O EBITDA ajustado resulta do EBITDA expurgado dos subsídios ao investimento e das provisões e ajustamentos.

Indicadores de Atividade

		2021	2020	2019
Volume de efluente recolhido	milhões m^3	31,95	30,48	27,35
Volume de efluente tratado	milhões m^3	29,20	27,78	24,73
Volume de efluente faturado	milhões m^3	31,93	30,47	27,34
População abrangida	milhões habitantes	0,60	0,60	0,60
População servida	milhões habitantes	0,42	0,42	0,42
Municípios Abrangidos	n.º	8	8	8

Reconhecimento / Prémios / Certificações

Pese embora os constrangimentos decorrentes do cenário pandémico, a empresa manteve, com as respetivas limitações, os trabalhos e atividades possíveis para a renovação de futuras candidaturas, quando disponíveis, no âmbito dos Prémios PEPE e da ERSAR.

O Prémio PEPE avalia a dinâmica de implementação das medidas preconizadas no Plano de Eficiência Energético (PEPE), dando assim relevo ao trabalho que, no âmbito da eficiência energética e produção própria de energia, vem sendo desenvolvido pela empresa.

Os prémios e selos dos serviços de águas e resíduos são uma iniciativa da ERSAR, organizada em parceria com o jornal Água&Ambiente, e tem como objetivo identificar, distinguir e divulgar casos portugueses de referência relativos à prestação dos serviços de abastecimento público de água, saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos e assim contribuir para a melhoria dos setores.

Por fim, no âmbito da certificação, em 2022 a empresa pretende recuperar a certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho pelas Normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001 para as novas versões de 2015 e a transição para a NP EN ISO 45001, após realização da auditoria pela entidade certificadora Associação Portuguesa de Certificação (APCER).

A SIMARSUL, ciente da importância da eficiência energética e ambiental da sua atividade e do respetivo impacto destas na viabilidade e no equilíbrio económico e financeiro da empresa, assegurou a prossecução de trabalhos que visam adicionar ao sistema de gestão as normas de Energia (NP EN ISO50001) e de Gestão de Ativos (NP EN ISO55001), para que numa fase posterior seja possível a certificação.

Destaques do Ano / Principais Acontecimentos

Relevam-se neste capítulo os principais factos do exercício, embora o seu relato integral e toda a atividade desenvolvida pela empresa estejam explanados, e com mais detalhe, nos capítulos correspondentes à atividade operacional e à atividade das diversas áreas funcionais e de suporte, bem como no capítulo dedicado ao impacto da Pandemia da COVID-19.

O ano de 2021 ficou marcado não somente por um período conturbado pela continuidade da pandemia e respetivos constrangimentos associados, mas também pelo início de um novo ciclo - o primeiro ano civil do segundo mandato da Sociedade e a eleição dos seus novos órgãos sociais para o mandato 2021-2023.

Não obstante a suspensão ou reprogramação de certas atividades, projetos e parcerias, a empresa assegurou a prestação do seu serviço e os investimentos previstos e necessários para a resiliência e fiabilidade das suas infraestruturas, assim como os procedimentos de contratação de bens e serviços para a continuação da sua atividade. Em resultado da atividade desenvolvida, a empresa tem vindo progressivamente a ultrapassar o passivo verificado na manutenção e reabilitação dos ativos explorados.

Pese embora o cenário exigente que continuou a ser vivenciado em 2021, foi possível encetar as empreitadas programadas no plano de investimentos da empresa, representando um valor de investimento realizado de cerca de dois milhões de euros, fundamentalmente na atividade de saneamento, onde se destacam, pelo seu valor, a execução das empreitadas para a Ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio, a execução do Intercetor de Alfarim Norte, a Reabilitação da EE de Santa Marta de Corroios, a Substituição do Sistema de Gradagem da EE4, EE Vinha das Pedras e EE Fonte da Prata e a execução da Etapa de Gradagem da ETAR da Lagoinha.

Relativamente à conclusão de empreitadas, destacam-se a conclusão da Reabilitação da Estação Elevatória de Santa Marta de Corroios, a conclusão da Substituição do Sistema de Gradagem da EE4, EE Vinha das Pedras, e EE Fonte da Prata, a Reabilitação da Lagoa de Equalização da ETAR de Alcochetea, a conclusão física da Etapa de Gradagem da ETAR da Lagoinha, a Execução do Intercetor Alfarim Norte, a execução da Portaria da ETAR da Quinta do Conde e a Instalação de Sistema de Monitorização de Carbono Orgânico Total em Contínuo na ETAR da Quinta do Conde.

De salientar, no âmbito da gestão das garantias das empreitadas, o acionamento de algumas Garantias Bancárias, no valor de 400 mil euros, de empreitadas executadas no passado para resolução de anomalias verificadas em período de Garantia de Obra e cuja mobilização do Empreiteiro responsável não foi possível.

Merece especial destaque a prossecução do plano de atuação e da execução dos investimentos com o objetivo de redução de afluências indevidas no Sistema, em articulação com as demais partes interessadas.

Em simultâneo, foi ainda possível alcançar um bom desempenho financeiro ao nível dos recebimentos. Em termos de dívida verificou-se um esforço dos Municípios, num contexto de pandemia, em manter o ritmo dos pagamentos verificados nos últimos anos.

Importa referir, também, o desenvolvimento da candidatura apresentada no âmbito do Instrumento de Recuperação e Resiliência (IRR), promovido pela Comissão Europeia para restaurar o crescimento das economias dos Estados-Membros na sequência da crise provocada pela pandemia COVID-19 e relativos às medidas "Digitalização dos Serviços Ambientais", "Economia Circular" e "Neutralidade Energética", que irão contribuir para o reforço do desenvolvimento sustentável do Sistema Multimunicipal.

Complementarmente à prossecução do Plano de Eficiência e Produção de Energia (PEPE), alinhado com o Grupo AdP – Águas de Portugal, e que assenta na eficiência energética e na produção própria de energia, através da cogeração do biogás produzido nos processos de digestão das lamas nas ETAR, a empresa prosseguiu, também, a consolidação do Programa de Neutralidade Energética ZERO, através do qual, juntamente com as empresas do Grupo, até 2030 pretende ser energeticamente autossustentável, através da produção de energia 100% renovável e da adoção de medidas de eficiência energética.

Pela sua importância no desempenho energético e ambiental da empresa destacam-se, também, a instalação de um contentor marítimo recuperado para a função de portaria na sede da empresa; a substituição das luminárias por tecnologia LED na rede de iluminação exterior das ETAR da SIMARSUL; a adesão ao Programa

de Eficiência de Recursos na Administração Pública ECO.AP 2030, a certificação energética da frota da SIMARSUL que reforça o compromisso da empresa com uma mobilidade mais sustentável, liderando o caminho como frota certificada pelo MOVE+, assim como o convite da E-Redes para a SIMARSUL participar no projeto europeu EUniversal na área da Investigação e Inovação, e que visa desenvolver um interface para a ativação de flexibilidade, a pedido do distribuidor de energia elétrica, através da interação com mercados de flexibilidade, e que contará com a participação de infraestruturas da SIMARSUL.

A nível ambiental e por forma a permitir a manutenção do Projeto ENVITEJO, desenvolvido em parceria com a APA/ARH Tejo, para monitorização da qualidade da água do estuário do Tejo, a SIMARSUL, em parceria com a Águas do Tejo Atlântico, celebrou o contrato de monitorização ambiental da qualidade da água dos meios recetores, tendo sido realizadas duas campanhas de monitorização.

A empresa continuou a participar em projetos de investigação e de inovação, a nível nacional e europeu, destacando-se do relato constante do capítulo dedicado neste relatório, entre outros, o desenvolvimento da participação, em consórcio com a AdP e outras empresas do Grupo, no "Projeto SARS Control - Avaliação dos impactos de SARS-CoV-2 no ciclo urbano da água e dos efeitos a jusante em Saúde Pública", financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, cuja divulgação do projeto e dos seus resultados estão previstos para 2022.

Ainda no âmbito da Inovação merece igualmente destaque a apresentação interna do novo Plano de Trabalho e estratégia para a Inovação da SIMARSUL – "*No presente, a tratar o Futuro*", assim como a a atribuição do título de Patente de Invenção Nacional Nº 107392 que consagra a SIMARSUL titular da patente do SILICA - Sistema de limpeza automática de caleiras de decantadores circulares.

Prosseguindo a prioridade estratégica de Digitalização dos serviços na SIMARSUL, releva-se a adjudicação do procedimento para contratação do Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão, no âmbito do processo de reconfiguração e uniformização das suas plataformas tecnológicas, abrangendo a reformulação do atual Sistema de Telegestão com a integração das instalações ainda não monitorizadas, bem como a requalificação dos sistemas de supervisão e automação locais, por forma a responder às necessidades da atividade de exploração, de gestão de ativos e gestão da energia de todo o sistema de recolha, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais a cargo da SIMARSUL.

Reveste-se de igual importância neste âmbito, a implementação e entrada em funcionamento do sistema de gestão documental EDOC, assim como a atividade realizada ao nível da Cyber Segurança, nomeadamente o estabelecimento de mecanismos de monitorização de rede e dos servidores para defesa a ameaças externas, e o planeamento de reforço de investimento para 2022 nesta matéria.

Relativamente à Gestão de Ativos destaca-se o desenvolvimento do trabalho para a consolidação das bases e implementação do Sistema de Gestão de Ativos Operacionais da empresa. Nomeadamente, a disponibilização de uma base consolidada dos Ativos Operacionais, que resultou do mapeamento integral do Parque Operacional da SIMARSUL efetuado anteriormente, e que foi objeto de validação para assegurar a sua funcionalidade como eixo transversal de gestão de informação operacional da empresa. De salientar, também, a conceção de uma Campanha de Etiquetagem de Localizações e Ativos que será promovida em 2022, para dar resposta aos requisitos das ferramentas de mobilidade do Sistema de Gestão de Manutenção. Na vertente de Controlo de Risco, foi desenvolvida a Matriz de Avaliação de Ativos que visa a avaliação individual das infraestruturas face aos objetivos estratégicos definidos.

A empresa reforçou o compromisso da sua governação com os mais elevados padrões éticos, de transparência e excelência nas práticas de gestão pública e de integridade do serviço essencial que presta à população ao subescrever o Compromisso de Integridade do Grupo AdP e o Global Compact das Nações Unidas para

reforçar a responsabilidade empresarial ao nível dos Direitos Humanos, do Trabalho, da Proteção do Ambiente e de Mecanismos Anticorrupção.

Reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, bem como na vida familiar, a SIMARSUL prosseguiu o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade. Neste sentido foi realizado o Plano para a Igualdade de Género 2021 e a planificação para 2022.

Tendo por objetivo sensibilizar para o problema da colocação indevida de resíduos nas redes de saneamento e do seu impacto nas infraestruturas que encaminham e tratam as águas residuais, foi prosseguida localmente a campanha regional de proximidade "Superamigo – Lixo no esgoto, não!" De forma articulada com os parceiros municipais, a campanha, que contou com a participação dos trabalhores e seus familiares nos conteúdos produzidos, visa consciencializar e envolver a comunidade para a mudança de comportamentos, através de um plano multimeios e de uma exposição itinerante que percorreu, depois de se estrear no RioSulShopping, os municípios da Moita, do Barreiro, de Palmela, de Sesimbra e do Montijo, e a que se seguirá o Muninípio de Alcochete.

Ciente da importância da sensibilização para o desenvolvimeto sutentável, a SIMARSUL divulgou em diferentes meios o projeto de parceria estabelecida com a Casa Ermelinda Freitas e os parceiros regionais. A parceria teve por objetivo dar resposta aos impactos das afluências indevidas do setor agroindustrial, decorrente da atividade vinícola na região, no subsistema de saneamento de Águas de Moura, permitindo reforçar a eficiência da ETAR de Águas de Moura e contribuir para a eficiência hídrica dos processos produtivos da Casa Ermelinda Freitas e, consequentemente, valorizar o recurso água e proteger o ambiente.

Por fim, traçando um rumo comum de orientação futura, destaca-se a continuidade da participação das várias direções e áreas da SIMARSUL nos Comités Especializados e nos Grupos de Trabalhos temáticos, constituídos pelas empresas do Grupo AdP – Águas de Portugal, e instituído pela AdP SGPS, vocacionados para conferir maior eficácia na implementação de normas transversais, na fluidez dos processos de comunicação, no estudo de propostas de integração de processos / funções e no aprofundamento da partilha de boas práticas nas empresas, e que decorre do desenvolvimento do "Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP 2020-2022".

Neste âmbito, a SIMARSUL encetará as medidas preconizadas para reforço da capacidade de resposta à dinâmica associada às alterações climáticas, à descarbonização, à transformação digital e à economia circular nos próximos anos.

B – O NEGÓCIO

Linhas Estratégicas

Os objetivos do Grupo AdP são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

O Conselho de Administração em funções a 31 de dezembro de 2021, foi eleito a 12 de março de 2021, para o mandato 2021/2023.

O Conselho de Administração da SIMARSUL atuou, em 2021, em conformidade com as determinações legais vigentes e com as orientações de atuação que lhe foram transmitidas pela titular da função acionista e pela Tutela Setorial e Financeira, à luz do Programa do XXII Governo Constitucional e das medidas excecionais aprovadas pelo Governo no atual contexto de Pandemia COVID-19, designadamente pelo(a):

a) Cumprimento da sua missão e exercício da sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;

b) Atuação socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal dos trabalhadores, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;

c) Desenvolvimento de ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;

d) Promoção do equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;

e) Adoção de metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;

f) Conceção e implementação de políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento da produtividade e satisfação dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a respetiva dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;

g) Implementação de planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);

h) Implementação de políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens de mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;

i) Implementação e manutenção de sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Deveres e Responsabilidades da Administração

Em 2021, no exercício das funções, o Conselho de Administração da SIMARSUL teve em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:

a) Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;

b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;

c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;

d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;

e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;

f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;

g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem ainda promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da Sociedade e, consequentemente, do setor e do Grupo AdP.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da SIMARSUL estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e agentes do mercado.

Acresce que no quadro da missão que lhe está acometida, a SIMARSUL deverá prosseguir as suas atividades em linha com o Quadro de Compromisso Estratégico 2020-2023, aprovado pelo Grupo Águas de Portugal, que assenta em 3 pilares e em 12 desafios estratégicos, que se resumem na imagem infra.

Enquadramento

A Envolvente

CONTEXTO MACROECONÓMICO[1]

A pandemia Covid-19 continuou a afetar profundamente a atividade económica em 2021, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos têm vindo a condicionar o crescimento do PIB. As projeções apresentadas assumem que as restrições irão manter-se. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

GLOBAL

A economia mundial prossegue uma trajetória de recuperação, embora os estrangulamentos persistentes do lado da oferta, a subida de preços das matérias-primas e o aparecimento da variante Ómicron do coronavírus (COVID-19) continuem a pesar sobre as perspetivas de crescimento no curto prazo. Em 2021, a recuperação da atividade económica e do comércio a nível mundial foi menos regular do que o anteriormente esperado.

O crescimento global para o ano 2021 estima-se em 5,9% e é esperado um crescimento de 4,4% para 2022 (3,8% para 2023) após um decréscimo global de 3,5% em 2020). Este exercício de projeção incorpora efeitos de restrições à mobilidade, encerramento de fronteiras e impactos sanitários decorrentes da propagação da variante Ómicron.

Entretanto, outros fatores adversos condicionaram a atividade e o comércio e exerceram pressões ascendentes sobre os preços. As tensões nas redes de produção mundiais intensificaram-se no decurso de 2021, tendo afetado sobretudo as economias avançadas de grande dimensão e o setor da indústria transformadora (especialmente a indústria automóvel). A turbulência no mercado imobiliário residencial da China e a maior restritividade da política monetária em algumas economias de mercado emergentes limitaram ainda mais a velocidade de recuperação. Por último, a subida dos preços das matérias-primas conduziu à acumulação de pressões inflacionistas em todo o mundo.

Espera-se que os estrangulamentos do lado da oferta comecem a atenuar a partir do segundo trimestre de 2022 e que se desvaneçam totalmente até 2023. A trajetória futura da pandemia continua a constituir o principal risco a afetar as projeções de referência para a economia mundial.

ZONA EURO

A economia da área do euro continua a registar uma recuperação. O crescimento apresenta uma moderação, mas espera-se que a atividade recupere fortemente de novo no decurso deste ano. Prevê-se que a continuação da recuperação económica seja impulsionada por uma procura interna robusta. O mercado de trabalho está a melhorar, com mais pessoas empregadas e menos em regimes de manutenção de postos de trabalho. Tal apoia a perspetiva de um aumento do rendimento das famílias e do consumo. A poupança acumulada durante a pandemia também apoiará o consumo. A atividade económica apresentou uma moderação no último trimestre de 2021 e é provável que este crescimento mais lento se estenda ao início de 2022. Espera-se agora que, no primeiro trimestre de 2022, o produto ultrapasse o nível registado antes da pandemia.

Embora a crise da COVID-19 tenha continuado a pesar significativamente nas finanças públicas em 2021, as projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema mostram que

[1] Fontes: *FMI World Economic Outllook*, *European Comission Economic Outllook*, *Boletim Económico do Banco Portugal*, *Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu*, Eurostat e INE.

o saldo orçamental segue já uma trajetória de melhoria. Tendo atingido um pico de 7,2% do PIB em 2020, estima-se que o rácio do défice tenha caído para 5,9% em 2021 e projeta-se que continue a cair para 3,2% em 2022, estabilizando depois disso num valor ligeiramente inferior a 2% no final do horizonte de previsão em 2024.

Espera-se que o crescimento registe uma forte recuperação ao longo de 2022. As projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema de dezembro indicam que o crescimento real anual do PIB se situará em 5,1% em 2021, 4,2% em 2022, 2,9% em 2023 e 1,6% em 2024.

A inflação registou nova subida, situando-se em 4,9% em novembro de 2021. Permanecerá acima de 2% durante a maior parte de 2022. Espera-se que a inflação permaneça elevada no curto prazo, mas que decresça no decurso de 2022. As projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema apontam para uma inflação anual de 2,6% em 2021, 3,2% em 2022, 1,8% em 2023 e 1,8% em 2024.

O Conselho do BCE considera que os riscos para as perspetivas económicas apresentam-se globalmente equilibrados. As taxas de juro de mercado permaneceram globalmente estáveis desde a reunião de outubro do Conselho do BCE. A criação de moeda na área do euro aumentou em outubro de 2021, refletindo uma maior incerteza relacionada com a pandemia de COVID-19 e medidas de apoio em termos de políticas.

PORTUGAL

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2021 são os seguintes:

	Estimativa 2021	Ano 2020
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	4,8%	-8,4%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,0%	-7,1%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,9%	-0,1%
Taxa de desemprego	6,6%	7,0%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,30%	0,42%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 4,8% em 2021, seguida de um crescimento de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos. A inflação excluindo bens energéticos aumenta gradualmente ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,5% em 2024.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia. O Produto Interno Bruto (PIB) retoma o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022, mas no final do horizonte permanece abaixo da tendência projetada antes da ocorrência da pandemia. O crescimento médio do PIB em Portugal no período de 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção do Eurosistema de 2,9% para a área do euro.

As condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis. O balanço do BCE em percentagem do PIB da área do euro fixou-se em cerca de 70% no terceiro trimestre de 2021, 30 pp acima do valor pré-pandémico, o que está largamente associado ao programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP – pandemic emergency purchase programme). As taxas de juro de curto prazo aumentam ligeiramente a partir de 2023, mas mantêm-se muito baixas. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa permanece em torno de 2% no horizonte de projeção.

PENÍNSULA DE SETÚBAL

Conforme resulta do PED - Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal 2014-2020, a Península de Setúbal detém, no contexto nacional e da Área Metropolitana de Lisboa, uma base territorial de elevado potencial de desenvolvimento através dos seus recursos naturais, do sistema urbano de povoamento, de espaços e instalações industriais, de áreas de lazer e turismo e de redes de transporte.

A estes fatores acrescem condicionantes e recursos territoriais para a atratividade e competitividade da região, merecendo destaque os valores naturais muito significativos a nível metropolitano, nacional e mesmo internacional, ao integrar um conjunto importante de áreas de relevância ecológica (Reservas Naturais do Estuário do Tejo e do Sado, Parque Natural da Arrábida, Paisagem Protegida da Arriba Fóssil da Costa da Caparica, Estuários do Sado e do Tejo, Arrábida/Espichel, Fernão Ferro/ Lagoa de Albufeira).

Merecem também destaque para a competitividade da região, os investimentos realizados no passado e respetivos resultados obtidos ao nível do saneamento, da despoluição e da preservação do ambiente, o rápido crescimento populacional, os recursos humanos qualificados e a sua forte integração com o mercado de trabalho metropolitano, a população ativa fortemente terciarizada mas vulnerável a situações de desemprego, a integração na região mais desenvolvida do país, o mercado de trabalho fortemente integrado a nível metropolitano e o potencial de inovação em crescimento, pelo facto da Península de Setúbal estar inserida na região mais inovadora de Portugal, considerada "*innovation leader*" segundo o *Regional Innovation Socreboard* 2012, da Comissão Europeia (a Península de Setúbal enquanto foi uma região NUTS III, encontrava-se entre as melhores posicionadas em vários indicadores das dinâmicas de inovação).

A estes fatores juntam-se algumas condicionantes tais como uma economia incompleta, de base industrial e residencial, o insuficiente desenvolvimento do terciário superior, uma plataforma industrial exportadora assente em grandes empresas de frágil vinculação territorial, o emprego em regressão maioritariamente da responsabilidade das grandes empresas, um desempenho económico abaixo das potencialidades e condicionado por variáveis de insuficiência no planeamento, de cooperação estratégica e estratégias coletivas dos seus agentes que permitam a adoção de um estratégia regional que reforce a autonomia da ação e influência na Região de Lisboa, junto ao poder central e de Bruxelas, já que, o atual enquadramento comunitário da Península de Setúbal é de 72% da média do PIB *per capita*, mas integrada em região de "Competitividade e Emprego", penalizando assim os apoios ao seu desenvolvimento por via de Fundos Estruturais.

O Setor

A NÍVEL MUNDIAL[2]

A água está no centro do desenvolvimento sustentável, constituindo um recurso para todos. Este mesmo pressuposto está no centro do Objetivo 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030.

Não apenas para fazer frente às alterações climáticas, servindo como elo entre a sociedade e o meio ambiente, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, para a produção de energia e alimentos e para a construção de ecossistemas saudáveis. Em suma é crucial para a sobrevivência das espécies.

Todavia, a escassez deste bem tem tendência para se agravar até 2050. Este facto decorre não só do aumento da população mundial, como da procura cada vez maior dos segmentos industrial e doméstico, sobretudo nas economias emergentes.

Significa, portanto, que é urgente promover o equilíbrio entre a oferta e disponibilidade deste recurso e a procura e necessidade das comunidades, em todo o mundo.

Paralelamente, o recurso água não pode ser visto isoladamente do saneamento, na medida em que, conjuntamente são vitais para a melhoria da saúde das populações, sobretudo através da redução a carga global de doenças, para a educação e para a produtividade e crescimento económico das regiões.

Aqui chegados, convém ter em mente que, três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável, mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico e que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano. Estes são factos indesmentíveis a que acrescem outros.

Apesar de, nas últimas décadas, se ter assistido a uma melhoria em alguns indicadores, de que é exemplo, a redução para metade do número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água, ainda se constata que, apenas, cerca de um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

Mesmo nas regiões desenvolvidas, apesar de existir acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Com efeito, poucas empresas no setor cobrem o nível de custos de operação e são poucas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Paralelamente, é urgente criar resiliência nos sistemas que possam resistir aos eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, sem descurar a fragilidade patente em regiões com níveis de escassez de água.

Todos estes desafios, para além de muito difíceis, são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law

[2] Fonte: http://www.worldbank.org; http://oecdobserver.org https://iwa-network.org/; https://unric.org/pt/

(resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Para além do referido, e porque é globalmente aceite que a solução/resolução passa não só pela tecnologia, mas também pelas pessoas e pelos processos. Sendo este sector abundante em dados, mas com muitas lacunas de informação. O esforço neste âmbito é o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação se pretende e, consequentemente quais os dados necessários para produzir a mesma.

Em termos tecnológicos, um dos principais focos é a instrumentação, que instalada e implementada de forma adequada permite a correta operação e manutenção dos sistemas e com isso obter qualidade na informação.

A PANDEMIA COVID19

A pandemia do COVID19 levantou questões para o setor de abastecimento de água e saneamento globalmente. A velocidade e a extensão da propagação da pandemia fizeram com que as respostas a essas perguntas urgissem. Embora as operadoras forneçam os serviços num contexto nacional, as preocupações e os insights científicos e operacionais são relevantes além-fronteiras.

A Associação Internacional da Água (IWA) convocou uma Task Force de seus membros logo no início de 2020, para fornecer ao setor um ponto de referência oficial em relação às questões científicas e operacionais relevantes.

Apoiada por informações e contribuições fornecidas pelas concessionárias, a Task Force da IWA COVID19 preparou orientações sobre as lições aprendidas durante a pandemia da COVID19. O objetivo da orientação foi capturar as melhores práticas, para que as lições aprendidas pudessem ser implementadas durante as próximas fases de pandemia. Também ficou evidente que a experiência adquirida, permitirá às entidades operadoras dotar e aumentar a sua capacidade de resposta face a outras circunstâncias desafiadoras futuras.

Para além do referido, vários exemplos surgiram a nível mundial.

- A EurEau - Federação Europeia das Associações Nacionais dos Serviços de Água, que representa 70 mil entidades gestoras e meio milhão de profissionais do setor da Água, reagiu através da criação duma plataforma específica para troca de informações entre países permitindo, numa fase inicial, agilizar decisões essenciais ao sector, o que possibilitou uma reação eficaz.
- A Assembleia Geral da EurEau reuniu periodicamente para fazer a comparação e partilha de dados sobre o estado de cada país a nível do abastecimento de água, tratamento de águas residuais e o impacto financeiro nas operações da Entidades Gestoras; ou
- A delineação de trabalho em rede com os Comités Especializados da EurEau (EU1 - Água para Consumo Humano, EU2 - Águas Residuais, e EU3 - Economia e Legislação), que contam com a contribuição de elementos de cariz técnico dos vários países, entre os quais membros das Comissões Especializadas da APDA, de forma, a criar pontes e canais entre as diversas organizações.

As conclusões à data obtidas é que o setor da água no quadro europeu respondeu de uma forma eficaz, não se verificando anomalias significativas nos serviços, de que Portugal constitui um exemplo.

No universo do Grupo AdP merece especial referência a parceira estabelecida pela AdP Internacional com o Banco Mundial no projeto "Covid Just-in-Time", iniciativa que procura apoiar entidades gestoras de abastecimento e saneamento na resposta à emergência no contexto da pandemia de Covid19, incluindo no seu âmbito um quadro de referência para a elaboração de Planos de Emergência de Operadores dos Serviços de Água e o apoio a operadores de diferentes países, principalmente em África e na América Latina.

O ABASTECIMENTO E O SANEAMENTO EM PORTUGAL[3]

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Panorama Nacional

Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
▪ 9,7 milhões de habitantes servidos ▪ 96% de alojamentos servidos ▪ 186 litros: consumo médio diário de água por habitante ▪ Tarifa média ponderada: 0,5519EUR/m^3 ▪ Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,53%	▪ 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem ▪ 86% de alojamentos servidos ▪ 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento ▪ 86% de alojamentos servidos com tratamento ▪ 1,9 milhões de m^3 de águas residuais tratadas diariamente ▪ Tarifa média ponderada: 0,5393EUR/m

Dados RASARP 2021 - ERSAR

O ano de 2021 foi marcado pelo fim do período temporal do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

Este plano estratégico promovia, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Com o término do Plano foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que passará a incluir no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- -Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

[3] Fonte: http://www.ersar.pt/pt; https://www.apambiente.pt ; Diário da República, 1.ª série; IWA COVID-19 Task Force - International Water Association (iwa-network.org); https://www.apda.pt/pt/noticia/3204/disponivel-sessao-gravada-de-a-pandemia-covid-19-e-o-abastecimento-de-agua/

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação.
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;
- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por "PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais";
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.
- Despacho n.º 5316 /2020, de 7 de maio: Cria o grupo de trabalho do plano estratégico para o setor de abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais, para o período de 2021-2030 (GT PENSAARP 2030).

No contexto de Pandemia, Portugal, em linha com a União Europeia adotou um conjunto de medidas no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades do Grupo AdP. No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período (Despacho 3547-2020).

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a

continuidade e a ininterruptabilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

No sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19), foram emitidas orientações pela ERSAR, que as entidades gestoras tiveram de implementar.

O GRUPO ADP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2021, o Grupo AdP era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo AdP trabalha em estreita colaboração com os Municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how, no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

O ano de 2021 continuou marcado pela Pandemia. Já desde 2020 que o Grupo se preparou, quer no âmbito dos Planos de Contingência, quer nos planos operacionais e de emergência para a gestão dos riscos e das contingências inerentes a este tipo de situação, tendo garantido o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas estão desenvolvidos e implementados planos de contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus, elaborados de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde e integrando medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia e a redução de encargos associados constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo

posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.".

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em 2021, a frota operacional do Grupo AdP renovou a certificação energética ao abrigo do programa Move+ da ADENE. Neste âmbito, a frota operacional do Grupo, que integra viaturas movidas a combustível convencional e 100% elétricos, alcançou a classe de eficiência energética B, numa escala de F (menos eficiente) a A (mais eficiente). A estratégia de descarbonização do Grupo prevê que se alcance em 2030 a classe energética A.

Ainda integrado no Programa Zero a AdP assinou a 22 de dezembro um protocolo de cooperação colaboração com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso "Business Ambition for 1.5°C" da United Nations Global Compact, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2021 o Grupo AdP subscreveu o manifesto "Rumo à COP26" agora assinado por mais de 80 empresas-membro do BCSD Portugal, no âmbito da 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) que decorreu de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021 em Glasgow.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

A Regulação

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

No que diz respeito à regulação ambiental, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos setoriais nacionais.

As entidades gestoras que integram o Grupo AdP atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos alta (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e baixa (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

REGULAÇÃO ECONÓMICA

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo AdP estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de concessão, de parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo tarifário e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade gestora de um sistema de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade das tarifas e dos tarifários com as disposições contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Com a publicação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, ocorreram alterações aos estatutos da entidade reguladora em matéria tarifária.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

Em 2021, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

O Grupo AdP manteve também durante o ano de 2021 a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destaca-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta do Guia Técnico n.º 27 – Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 4ª geração do sistema de avaliação em novembro de 2021.

Durante 2021, realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária para o segundo período tarifário dos SMM cujos contratos assim o determinavam, perspetivando que os mesmos se concluam até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 124/2021, de 30 de dezembro

SISTEMA MULTIMUNICIPAL

A SIMARSUL é um sistema multimunicipal, e exerce, através de contrato de concessão celebrado com o Estado, a atividade de saneamento de águas residuais em "alta".

As tarifas em "alta" praticadas são avaliadas pela ERSAR sendo calculadas com base nos encargos eficientes aceites por esta entidade.

Para a SIMARSUL as tarifas encontram-se estabelecidos para o primeiro período tarifário no decreto-lei de constituição e respetivo contrato de concessão. Neste período, a ERSAR valida a atualização das tarifas com base na taxa de inflação (IHPC).

Nos termos do contrato de concessão, são considerados encargos a recuperar por via tarifária os gastos operacionais eficientes, incluindo as amortizações de investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros, líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a remuneração acionista. São ainda considerados encargos tarifário a quota-parte de recuperação dos desvios de recuperação de gastos (DRG), quando aplicável.

A tarifa aplicada na faturação durante o ano de 2021 pela SIMARSUL, foi objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR.

O contrato de concessão determina que a rendibilidade dos capitais próprios, a recuperar por via tarifária, resulte da remuneração do capital social e da reserva legal a uma taxa equivalente às OT (obrigações do tesouro) a dez anos acrescida de uma margem de 3%, e da remuneração acionista em dívida, a uma taxa equivalente às OT a dez anos.

Em 2021, a taxa de juro média diária das obrigações do tesouro a 10 anos cifrou-se em 0,30%.

O diploma constituinte da SIMARSUL estabelece a metodologia de registo e de recuperação dos DRG. Com a publicação do Decreto-lei n.º16/2021 de 24 de fevereiro, ficou estabelecido que os DRG podem ser gerados até ao termo do terceiro período quinquenal da concessão, e que estes saldos (ativos ou passivos) devem ser recuperados até ao termo do prazo da concessão.

Por via do contrato de concessão, a ERSAR detém o poder de aprovar o valor de DRG a registar nas contas anuais da SIMARSUL, tendo por base um cenário de eficiência produtiva estabelecido de acordo com critérios previamente definidos. Este facto confere à ERSAR o poder de estabelecer os gastos que podem ser recuperados por via tarifária, podendo estes ser distintos dos efetivamente incorridos.

À data do presente relatório a ERSAR ainda não se pronunciou sobre o DRG de 2021.

Relativamente ao ano de 2020, a ERSAR não aceitou um ajuste ao DRG no montante de 32 142 EUR decorrentes do custo unitário com reagentes e matérias do serviço de AR.

Em 31 de dezembro de 2021 estavam registados nas contas cerca de 64,28 milhões de EUR de DRG de natureza deficitária, decorrentes da atividade da SIMARSUL.

REGULAÇÃO DA QUALIDADE DO SERVIÇO

A SIMARSUL está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

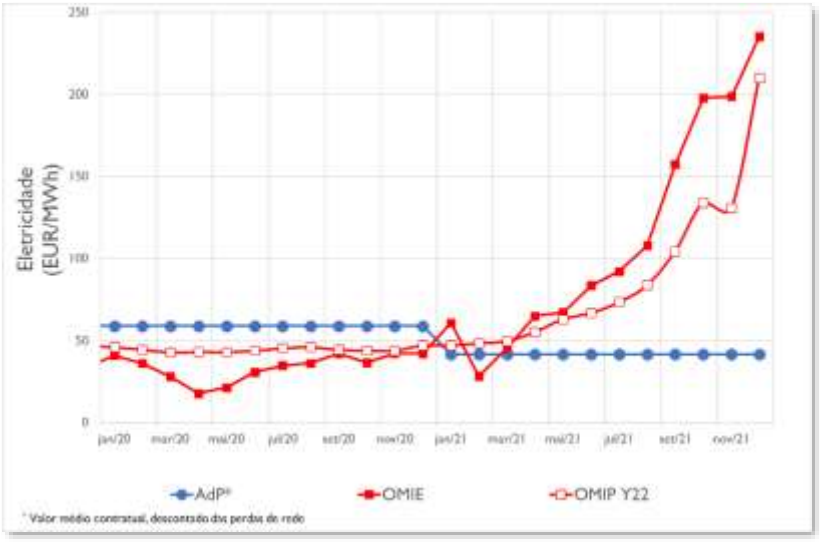
O volume 1 do RASARP com os resultados do sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado pelas entidades gestoras, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2019, foi disponibilizado pela ERSAR em janeiro de 2021.

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da SIMARSUL.

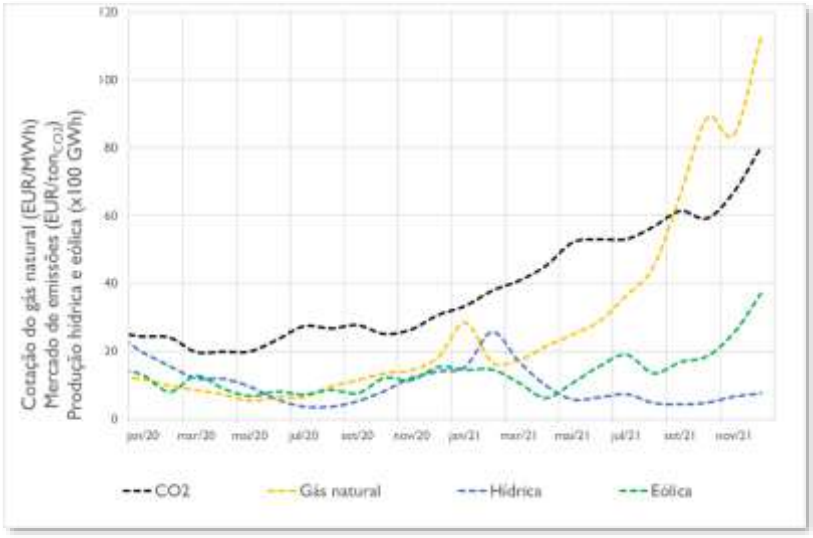
O PREÇO DA ENERGIA ELÉTRICA EM PORTUGAL

Em 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (tenho sido de 33,99 €/MWh em 2020), tendo as cotações no OMIE atingido valores máximos históricos, em particular ao longo do 2.º semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia no mercado ibérico nos anos de 2020 e 2021.



Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destacam-se o aumento quase exponencial do preço do gás natural (+364,7%) e o aumento da cotação média do CO_2 (+116,0%), que atingiram valores máximos históricos de 138,48 EUR/MWh e de 89,00 EUR/ton CO_2 para as cotações do gás natural e do CO_2, respetivamente.



Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	111,99	33,99	229,5%
Alemanha	96,85	30,47	217,8%
França	109,17	32,20	239,0%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2022, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação média em 2021 (EUR/MWh)	Cotação média em 2020 (EUR/MWh)	2021/ 2020
Portugal	90,04	44,51	102,3%
Alemanha	90,15	43,67	106,4%
França	96,68	46,09	109,8%

No ano de 2021, o consumo nacional foi de 49.512 GWh, superior em 1,4% face a 2020. De notar que 2020 foi o ano com menor consumo da década em resultado do confinamento provocado pela pandemia do Covid-19.

O consumo foi satisfeito em 59,7% com produção de origem renovável, ligeiramente superior aos 59,0% verificados em 2020. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -4,8% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,93 (-4,1% face a 2020) - e a produção de energia eólica foi de +7,1%."

A produção térmica, entre 2020 e 2021, apresentou um decréscimo de 11,6% no gás natural e um decréscimo de 18,2% na cogeração, também a produção com base em carvão reduziu em 67,5%, sendo de apenas 1,4% a sua importância no consumo de 2021. Recorda-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 9,6% do consumo, superior ao verificado em 2020, 3,0%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2021 foi de 15,67º C, inferior em 0,55º C relativamente a 2020, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

De acordo com a ERSE, em 2021 as TAR subiram apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%). Em 2022 as TAR terão uma redução muito significativa: -94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN. Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta do facto dos CIEG (Custo de Interesse Económico Geral) se traduzirem em 2022 num benefício para o sistema.

Em 2020, o Grupo celebrou um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE - para 2021 e 2022 - com uma redução média de -30,7% face ao contrato vigente em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020.

O ano de 2021 ficou marcado por uma subida ímpar dos preços de energia, o que impediu o sucesso da contratação antecipada do Grupo com um preço base exigente, que se materializou em 2 processos de concurso, obrigando ao lançamento de um terceiro concurso sem preço base, mas apenas por um ano, de que resultou o atual valor contratualizado (+163,7% face ao contrato terminado em 2021).

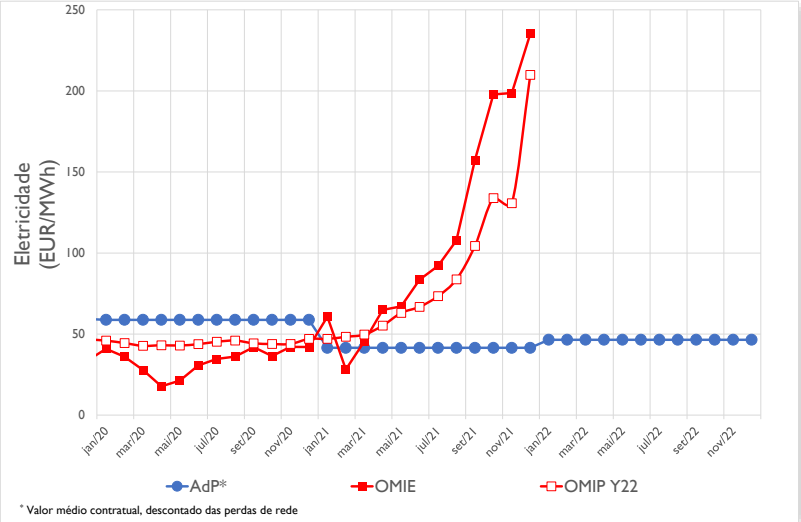
Em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado entre 2020 e 2022, fruto de uma redução acentuada em AT, MT, e BTE no fornecimento em 2021 e 2022 (obtido através de concurso de compras

centralizadas que teve como inovação apresentar preço base) e de um aumento em BTN no fornecimento para 2022, acompanhado da forte redução das TAR em 2022, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo se reduza em 33,58 milhões de euros entre 2020 e 2022 (-44,9%).

O CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA NO GRUPO ADP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

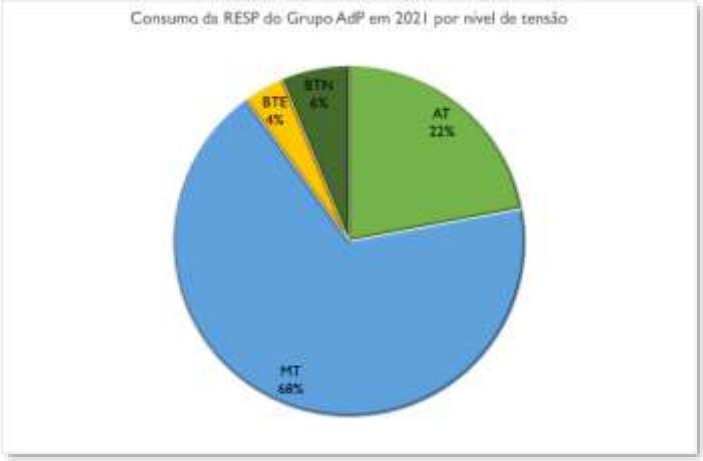
O ano de 2021 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo originado pelas poupanças acumuladas, à evolução dos preços das matérias-primas e da energia, com constrangimentos nas cadeias de abastecimento na sequência da reabertura das economias. A partir de meados de 2021 essa evolução acentuou-se, e foi mais evidente para o preço do gás natural, que no mês de dezembro de 2021 registou um valor médio 999,0% superior ao valor médio registado do ano de 2020. Este aumento deve-se sobretudo às restrições à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa. No conjunto do ano de 2021, o preço do gás natural registou um aumento de 364,7%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre. Em resultado, no ano de 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (tendo sido 33,99 €/MWh em 2020).



Refira-se que, com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram entre 2021 e 2020, cifrando-se neste ano em 736,37 GWh (-1,3% do que em 2020).

Destes, 710,07 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -1,6% do que em 2020 e 26,30 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+7,8% do que em 2020). Este valor de 710,07 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 708,12 GWh e do fornecimento pela REN no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação de 1,95 GWh.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2021 por nível de tensão: 22,0% em alta tensão (AT), 68,0% do consumo é em média tensão (MT), 3,8% em baixa tensão especial (BTE) e 6,2% em baixa tensão normal (BTN).



No ano de 2021 merece destaque a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2021 apontam para uma produção de 36,60 GWh/ano (+2,5% face a 2020). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 5,0% do seu consumo total de energia (foi de 4,8% em 2020).

Registo ainda para a produção de energia para venda à RESP que, em 2021, totalizou 10,30 GWh (-8,8% do que em 2020).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 699,77 GWh, que representa uma variação de -1,5% do que em 2020, em que o saldo foi de 710,30 GWh.

Em termos de emissões de CO2, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.858 toneladas, o que representa um aumento de -282 toneladas face a 2020 (+-3,1%).

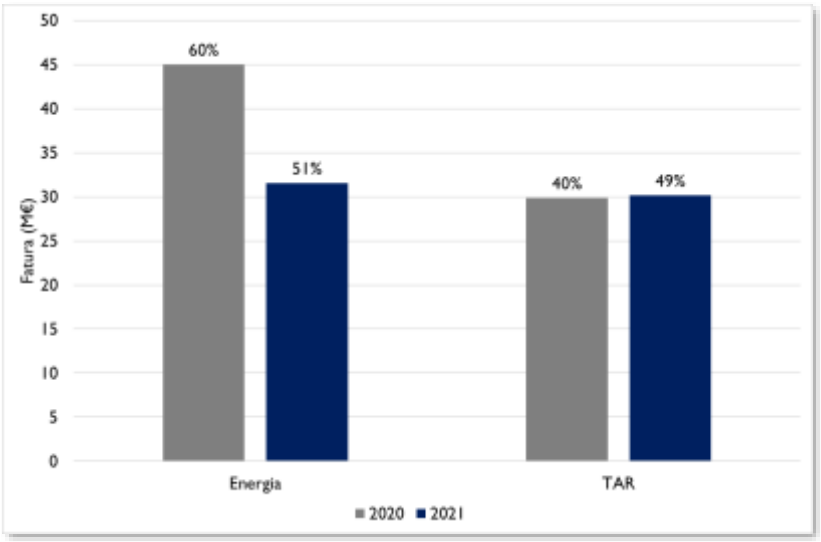
Em termos nacionais e relativamente a 2021, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2021, 6.513 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 999 em Média Tensão, 384 em Baixa Tensão Especial e 5.121 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +0,9% face a 2020 (+60 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.239 registaram consumos durante o ano de 2021, representando 95,8% ativos.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.
A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2021 os 61,67 milhões de euros (-18,0% do que em 2020), que corresponde a cerca de -13,53 milhões euros face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do preço médio de compra de energia (-17,3%) e da diminuição do consumo da RESP (-1,6%).

Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2021 foi cerca de 86,60 €/MWh (foi de 104,70 €/MWh em 2020), correspondendo a uma redução média de -17,3% face a 2020, representando o custo de aquisição de energia 51,1% (versus 60,1% em 2020).

Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 44,41 e 62,32 €/MWh, para 2021 e 2020, respetivamente (-28,7%).



Para o ano de 2022 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 31 de dezembro de 2022 para todos os níveis de tensão) o valor médio deverá situar-se em torno dos 57,38 €/MWh (versus 86,60 €/MWh em 2021 e 104,7 €/MWh em 2020), representando uma redução face a 2021 de -33,7%, maioritariamente influenciado pela descida das tarifas de acesso a redes; a combinação da descida do preço da energia de mercado verificada entre 2021 e 2020 e a descida das tarifas de acesso a redes entre 2022 e 2021 representa uma redução do preço médio do Grupo AdP entre 2022 e 2020 de -45,2%.

Os valores estimados para 2022 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Existe uma correlação direta entre os consumos e a atividade; refira-se que os dados apurados até à presente data apontam para um volume de caudais fornecidos de água para consumo humano e caudais tratados de águas residuais, que geram despesas com consumo de energia elétrica, de 1.235,3 milhões de m3 (+1,2% do que em 2020), sendo diferenciada entre as atividades, uma vez que se registou um aumento de +1,3% nos caudais de água (680,5 versus 671,5 milhões de m3) e um aumento de +0,9% nos caudais de saneamento (554,8 versus 549,6 milhões de m3).

Assim, os dados preliminares globais do consumo específico apontam para uma variação de -9,5% face a 2020 (0,5961 kWh/m3 em 2021, versus 0,6590 kWh/m3 em 2020), estimando-se que seja de 0,6654 kWh/m3 e de 0,5111 kWh/m3 para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respetivamente.
Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2021, os 128 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,1 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 176 mil litros de combustíveis de origem fóssil e que representa uma redução de 593 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,4% (-86,47tep), e o consumo elétrico foi de 299 MWh.

Em termos de emissões de CO2, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -395 toneladas (-84,5%).

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

No ano de 2021 a frota automóvel do Grupo AdP (1.421 veículos) consumiu cerca de 2,8 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) e que representa uma variação de 11,1% face a 2020 – primeiro ano da pandemia e em que foram consumidos 2,50 milhões - e uma variação de -2,9% face a 2019 (onde se consumiram 2,9 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de7.579l/dia (em 2020 o consumo médio diário foi de 6.803 l/dia, tendo sido de7.806 l/dia em 2019).

O consumo de combustíveis em 2021 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,0 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +25,1%face a 2020 (2,381 milhões de euros, sem IVA incluído) e de 4,4% face a 2019 (2,856 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento da preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero – e comparando os valores de dezembro de 2021 com os valores de dezembro de 2020, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 29,2 cents/l (+22,7%) para o gasóleo e de 28,0 cents/l (+19,4%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +9,1% no gasóleo e de 7,9% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2021 cerca de 33,5 milhões de km (o que representa cerca de 836 vezes o perímetro da Terra).

A ESTRATÉGIA DO GRUPO ADP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO_2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas) e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu

desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

O Negócio

Introdução

A SIMARSUL é uma empresa multimunicipal e é responsável pela gestão e exploração do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime exclusivo e por um prazo de 30 anos.

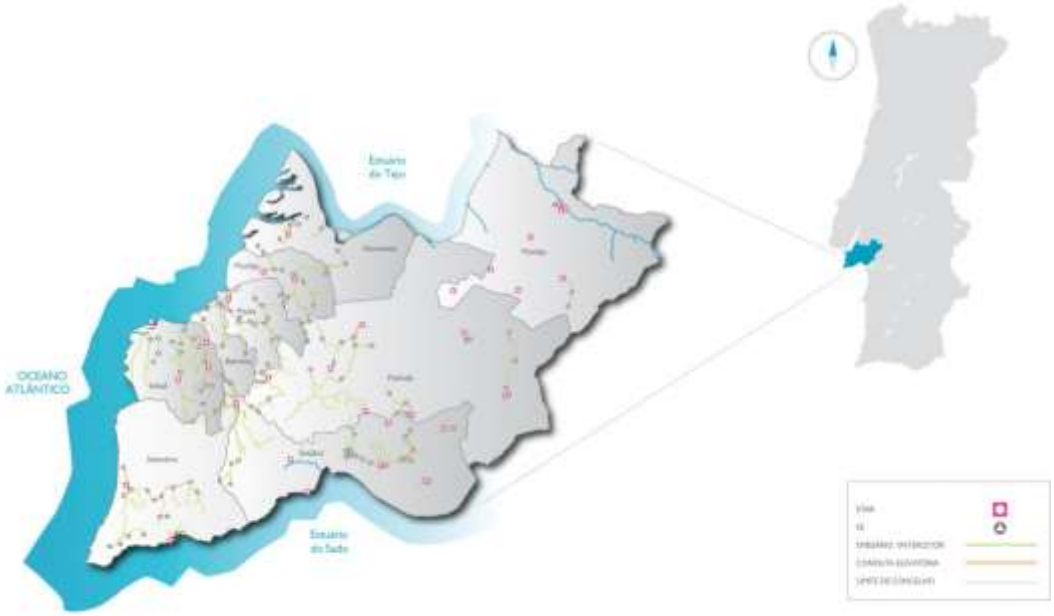
O sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal compreende a exploração e a gestão da recolha, do tratamento e a rejeição de efluentes domésticos e urbanos, de forma regular, contínua e eficiente.

A SIMARSUL rege-se pelo Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março de 2017, e pelos seus Estatutos, anexos a esse diploma, tendo os referidos Estatutos da Sociedade sido objeto de atualização por deliberação da Assembleia Geral Ordinária, na sua reunião de 17 de junho de 2020, que aprovou a sua alteração.

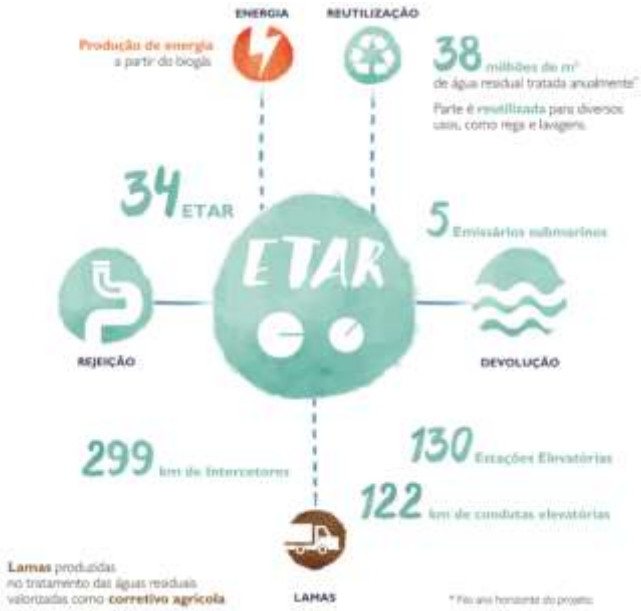
Saneamento em Alta

Estima-se em cerca de 600 mil habitantes a população atualmente residente nos 8 municípios abrangidos por este sistema de saneamento de águas residuais (Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra e Setúbal), servindo-se atualmente a população de todos os Municípios, com exceção de Setúbal, enquanto perdurar a concessão previamente existente com a Águas do Sado. No entanto, a SIMARSUL já contribui para o saneamento em alta de cerca de 14% da população deste concelho, através do cliente Águas do Sado.

A exploração e a gestão do sistema incluem o projeto, a construção, a extensão, a conservação, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas e a aquisição dos equipamentos e das instalações necessárias para o desenvolvimento da sua atividade.



Na imagem seguinte são apresentados os grandes números associados à dimensão da Empresa, no horizonte da concessão, no que respeita a infraestruturas, produtos e subprodutos resultantes da sua atividade de exploração:



A atividade da concessão atribuída à SIMARSUL pelo Estado Português compreende, em regime exclusivo, a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais (designados por efluentes urbanos) e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas (que cumpram a regulamentação aplicável).

O objeto da concessão compreende ainda:

- A conceção, construção, instalação, aquisição ou outros meios previstos para a afetação e a extensão (nos termos do projeto global constante do Anexo I ao contrato de concessão) das infraestruturas e instalações necessárias à recolha, tratamento e rejeição dos efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição, incluindo coletores, estações elevatórias e estações de tratamento de águas residuais;
- A aquisição ou outro meio previsto para a afetação, instalação e extensão de todos os equipamentos necessários à recolha, tratamento e rejeição de efluentes domésticos e urbanos, canalizados pelos utilizadores e à receção dos afluentes provenientes de limpeza de fossas séticas, bem como o respetivo tratamento e rejeição;
- A conservação, reparação, renovação, manutenção, adaptação e melhoria das infraestruturas, instalações e equipamentos referidos anteriormente, que se revelem necessárias ao bom desempenho do serviço público, de acordo com as exigências técnicas e com os parâmetros sanitários legalmente em vigor;
- O controlo dos parâmetros sanitários dos efluentes tratados, bem como da qualidade da água dos meios recetores em que os mesmos são descarregados;
- Oportunidades de expansão da atividade.

Outros Negócios

De entre as atividades desenvolvidas classificadas como outros negócios, destacam-se a recolha e tratamento de efluentes a clientes particulares e industriais.

Sustentabilidade

Enquadramento

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

A SIMARSUL e as empresas do Grupo AdP tem a Sustentabilidade no seu ADN e prosseguem uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das empresas de base regional, como a SIMARSUL, do Grupo AdP, e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos *stakeholders*, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos parte do grupo empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.

Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve a SIMARSUL e todas as empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A estratégia de sustentabilidade até 2025 do Grupo e das suas empresas, nomeadamente da SIMARSUL, está apresentada no relatório de sustentabilidade consolidado do grupo Águas de Portugal.

ESTRATÉGIA DE SUSTENTABILIDADE

De forma a enfrentar os grandes desafios societais associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente, decorreu uma evolução do paradigma, rumo assumido no Quadro Estratégico de Compromisso onde a SIMARSUL e as empresas do Grupo AdP sistematizaram a visão coletiva para 2030, e de que decorreu a necessidade de revisão dos compromissos, metas e da estratégia de sustentabilidade com base nos desafios definidos no Quadro Estratégico de Compromisso.

A SIMARSUL, enquanto empresa pertencente ao universo AdP, desenvolve uma gestão sustentável dos recursos, de forma a promover uma operação mais eficiente, que garanta uma melhor qualidade do serviço prestado a melhores tarifas para a comunidade, e antecipando os novos desafios, em especial os decorrentes das alterações climáticas.

Stakeholders / Partes Interessadas

Por *stakeholder* entende-se uma pessoa ou grupo que podem afetar e/ou são afetados pelos resultados estratégicos obtidos e que têm reivindicações aplicáveis, respeitantes ao desempenho da empresa.

A SIMARSUL está consciente das suas responsabilidades enquanto empresa prestadora de um serviço de interesse público que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente, constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade.

A envolvência dos *stakeholders* na atividade da empresa passa por um exercício de partilha e transparência da empresa na sua relação com a sociedade e, em particular, com as entidades que têm impacto ou são impactadas por ela.

São vários os grupos de partes interessadas com quem a empresa se relaciona de diversas formas. A figura seguinte ilustra esses grupos de partes interessadas.

A empresa pretende manter um adequado relacionamento institucional e informativo com o universo dos *stakeholders* acima descritos, garantindo um envolvimento e uma comunicação profissional e constante com estes, sendo responsável pela celeridade, credibilidade e robustez de toda a informação disponível.

Para tal, são desenvolvidos esforços e estabelecidas competências que garantem o fluxo de comunicação constante com todas as entidades interessadas, disponibilizando toda a informação necessária e observando todas as disposições formais, legais e regulamentares aplicáveis. Só assim, se torna possível dar resposta às solicitações de informação que lhe são dirigidas.

A responsabilidade da empresa neste âmbito é acrescida e particularmente sensível pelo facto de prestar serviços de caracter público, constituindo o seu *core business* uma contribuição decisiva para o desenvolvimento sustentável da região.

A comunicação com as partes interessadas desenvolve-se através de múltiplos canais, diretos e indiretos, sendo o Relatório de Sustentabilidade consolidado do Grupo AdP um dos documentos principais de materialização desta política de transparência.

O relatório anual de sustentabilidade do Grupo segue as diretrizes do GRI – *Global Report Initiative* e os referenciais da ERSAR, e integra o balanço consolidado da atividade da *holding* e das empresas detidas direta ou indiretamente pela AdP SGPS, evidenciando as estratégias adotadas, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas das empresas.

INICIATIVAS DE RESPONSABILIDADE SOCIAL

Face aos constrangimentos decorrentes do contexto pandémico vivenciados em 2021, um conjunto de ações e atividades programadas, no âmbito do envolvimento da empresa e dos seus trabalhadores em ações de solidariedade social e de valorização da relação com os mesmos, não puderam ser realizadas.

Contudo, foi possível assegurar um conjunto de iniciativas, nomeadamente as que seguidamente se descrevem.

Na quadra Natalícia, para além do envolvimento dos trabalhadores nas peças de comunicação do projeto "Nós AdP no Natal", foram ofertados cabazes de Natal solidários, foi realizado o Espetáculo virtual de Natal "Nós AdP" para os trabalhadores/as e as suas famílias, substituindo a oferta de bilhetes para o Circo de Natal, e foi promovido o concurso infantil corporativo "Desenha o Natal". Foi também renovada a participação no projeto social do Grupo AdP "Plataforma para envio dos Cartões Eletrónicos de Natal 2021" que permite atribuir, anualmente, Bolsas de Estudos para os filhos/as dos trabalhadores/as das empresas do Grupo AdP.

Manteve-se a disponibilização de oferta do "Cabaz de Nascimento" com produtos de puericultura destinado aos filhos/as dos trabalhadores/as nascidos anualmente, tendo em vista promover o equilíbrio entre a vida pessoal, familiar e profissional.

À semelhança de anos anteriores, com exceção de 2020 devido à pandemia, foi disponibilizado o programa de ocupação de tempos livres infantil e juvenil, entre os 6 e os 17 anos de idade, com a possibilidade dos trabalhadores/as interessados/as inscreverem os seus filhos/as.

Reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, bem como na vida familiar, a SIMARSUL pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade. Neste sentido foi realizado o Plano para a Igualdade de Género 2021 e a planificação para 2022, que se encontram disponibilizados no sítio de Internet da SIMARSUL.

Foram realizadas reuniões em modo remoto com os trabalhadores e chefias para informar e envolver todos os interessados nos assuntos de gestão corrente e recursos humanos da empresa. Complementarmente, ocorreram ações de sensibilização e esclarecimento no âmbito do plano de contingência para os trabalhadores/as, apoiadas por suportes de comunicação digitais, tais como vídeos, comunicação escrita e sinalética entre outros.

A SIMARSUL implementou e participou, em ações de sensibilização para as medidas de prevenção de contágio da COVID-19, através de vários suportes, das campanhas nacionais e corporativas tais como "Pela saúde pública e pelo ambiente, não paramos", "Seja um agente da saúde pública, respeite as regras" "Stop COVID-19" e "Cuidar de si, é cuidar de todos".

A empresa prosseguiu com a estratégia de acompanhamento e orientação de estágios profissionais e curriculares, em estreita colaboração com as instituições de ensino, pese embora os mesmos tenham sido afetados em número pelo contexto pandémico.

Reforçando a sua estratégia de aproximação contínua à comunidade onde se insere, e de reforço do seu papel ativo no envolvimento da população para as questões ambientais e sociais, tendo em vista a inclusão social, a empresa irá dar continuidade aos trabalhos em curso com parceiros da região para a implementação de um novo projeto na área da manutenção dos espaços verdes. Este trabalho continuou também suspenso em 2021 face aos constrangimentos devidos à pandemia COVID-19, prevendo-se que seja oportunamente retomado.

No domínio da proteção ambiental e das compras ecológicas e tendo por objetivo sensibilizar e contribuir para a erradicação de plásticos de utilização única na empresa, a par de outras medidas implementadas e legalmente previstas, mantiveram-se os procedimentos e os requisitos internos associados a novas aquisições de bens e serviços sempre que necessário e aplicável.

No âmbito da responsabilidade empresarial, a empresa reforçou o compromisso da sua governação com os mais elevados padrões éticos, de transparência e excelência nas práticas de gestão pública e de integridade do serviço essencial que presta à população ao subescrever o Compromisso de Integridade do Grupo AdP e o Global Compact das Nações Unidas para reforçar a responsabilidade empresarial ao nível dos Direitos Humanos, do Trabalho, da Proteção do Ambiente e de Mecanismos Anticorrupção.

Cotribuindo para a inclusão social e igualdade do género, a SIMARSUL recebeu a visita da jovem moçambicana Taniça Mazoio do projeto Girl Move no âmbito do estágio de vida realizado no Grupo AdP, do programa Change promovido pela Girl MOVE Academy, dando-lhe a conhecer no âmbito da atividade e rotinas de saneamento da empresa, a ETAR da Quinta do Conde.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental representa um importante pilar das simbioses com a comunidade e com o ambiente na estratégia de sustentabilidade, para promover uma aproximação crescente à comunidade e prosseguir políticas ambientais que visem a utilização sustentável dos serviços essenciais de água e saneamento, o envolvimento ativo da população para as questões sociais, a partilha do conhecimento, a valorização das massas de água, a minimização da produção de resíduos e a valorização dos subprodutos, assim como a promoção da conservação da biodiversidade, do ambiente e da saúde pública.

A preservação do ambiente, assente num modelo de desenvolvimento sustentável, é um dos propósitos da educação para a sustentabilidade e representa um desafio relacional com as partes interessadas, para a promoção de valores e a mudança de comportamentos no âmbito dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

As atividades de educação ambiental contribuem, desta forma, para divulgar os resultados da missão, a qualidade e a fiabilidade operacional, para potenciar o futuro circular e o bem-estar sustentável, assim como promover ações de proximidade e de envolvimento com a comunidade com enfoque nas temáticas das boas práticas ambientais, da água para reutilização, do combate às alterações climáticas, da descarbonização e energia verde, da ecoeficiência e da colocação indevida de resíduos nas redes de saneamento.

Decorrente dos constrangimentos da situação pandémica e das medidas de contingência que levaram à suspensão de atividades e iniciativas programadas em 2021 com as partes interessadas no âmbito da educação ambiental, muitas tiveram de ser adiadas e reprogramadas temporalmente, nomeadamente:

- O desenvolvimento de parcerias com os municípios da área de influência da SIMARSUL e com outros *stakeholders*, destacando-se as ações conjuntas de comemoração dos principais dias temáticos sob o lema "Na ETAR, como na natureza, nada se cria, nada se perde, tudo se transforma" e o "Valor da Água", a realização de atividades lúdico-pedagógicas e ações de sensibilização ambiental das quais se destacam, entre outras, as ações em praias e férias jovens no âmbito da campanha "Amar o Mar", sessões realizadas na comunidade escolar e ações em eventos públicos;
- As visitas às Estações de Tratamento de Águas Residuais realizadas por públicos diversos, no âmbito escolar, técnico, institucional, social, assim como decorrente do Programa Nacional "Ciência Viva no Verão em Rede". Estas ações têm como principal objetivo a sensibilização para o uso eficiente da água, a divulgação do papel da empresa na gestão do ciclo urbano da água e na circularidade dos seus recursos, a sua importância para a preservação dos recursos hídricos, dos ecossistemas, da biodiversidade e do meio ambiente da região;
- As sessões da campanha de "*Bioblitz*" para a Península de Setúbal, em parceria com a Biodiversity4all (uma associação portuguesa, membro fundadora da *European Citizen Science*). As atividades da campanha são compostas por ações lúdicas tendo em vista desafiar pessoas de todas as idades a tornarem-se cidadãos-cientistas e a sensibilizar para a proteção da biodiversidade e o conhecimento das espécies que as rodeiam, em cada município da área de intervenção da SIMARSUL, através da inventariação da fauna e flora com a presença de cientistas e o tratamento dos registos de observações de espécies, na maior plataforma *online* pública em Portugal para o efeito;
- As sessões escolares de eficiência hídrica realizadas pela SIMARSUL em parceria com o Grupo AdP e enquadradas nas campanhas nacionais de poupança e sensibilização para o valor da água.

Contudo, foi possível assegurar e adaptar um conjunto de iniciativas como segue.

- A realização de algumas visitas às Estações de Tratamento de Águas Residuais realizadas presencialmente por públicos diversos, no âmbito escolar, técnico, institucional e social, em períodos de menor perigosidade da situação pandémica e de contingência;
- Em estreita proximidade com a sua comunidade envolvente, a SIMARSUL procurou continuar a dar resposta às novas necessidades do público escolar no estado de contingência, assegurando, em segurança, a continuidade das ações de educação ambiental para o valor da água, a importância das ETAR e do serviço público essencial de saneamento para a preservação do ambiente, da biodiversidade e da saúde pública na península de Setúbal por via de disponibilização de recursos digitais, tais como e entre outros com a plataforma Aquaquiz em forma de jogo *online* sobre o valor da água, mantendo também a sua participação e colaboração com diversos Conselhos de Ecoescolas que integra em escolas da região;
- No âmbito das celebrações do Dia Nacional da Água e das parcerias regionais com os municípios onde a SIMARSUL exerce a sua atividade, foi renovada a parceria com o município de Sesimbra através da participação direta de representantes da SIMARSUL na prova da Travessia a nado da Baía de Sesimbra. A parceria visa promover hábitos saudáveis e sensibilizar a comunidade para o valor da água e o contributo do trabalho realizado ao longo de mais de uma década, no âmbito do tratamento de águas residuais na Península de Setúbal, para a preservação dos ecossistemas e da melhoria da qualidade da água balnear da região. Através da divulgação de suportes de comuncição e materiais da SIMARSUL associados à prova, foi sensibilizada a comunidade para a importância da preservação e valorização do recurso água, mas em especial para o papel que cada um tem para que seja assegurada a qualidade deste serviço público essencial de saneamento, apelando para que não sejam deitados resíduos nas redes de saneamento;
- A prossecução no ano letivo 2020/2021 da ação "*SIMARSUL online*" nas escolas em parceria com a comunidade educativa, para a disponibilização de sessões de sensibilização ambiental e visitas virtuais à

ETAR, em direto por videoconferência nas salas de aula, recorrendo a diversos conteúdos pedagógicos de educação ambiental digitais da SIMARSUL e da AdP - Águas de Portugal;

- O desenvolvimento local, em estreita articulação com os municípios, da campanha regional "Superamigo - Lixo no Esgoto, Não!" no âmbito da educação cívica com o objetivo de sensibilizar a comunidade da península de Setúbal sobre a colocação indevida de resíduos nas redes de saneamento e o seu impacto no processo e nas infraestruturas que encaminham e tratam as águas residuais. Trata-se de uma campanha de proximidade à comunidade e parceiros para consciencializar e envolver os intervenientes para a mudança de comportamentos. A divulgação da campanha prosseguiu em 2021 com um plano multimeios para a sua comunicação nos mídias regionais, nas redes sociais, nos canais digitais, em *outdoors* e encartes à população com uma mensagem veiculada através de uma história de monstros, heróis e superamigos e na qual participaram trabalhadores e os seus familiares nos suportes de informação produzidos, entre os quais o vídeo da campanha;

- Complementarmente, a exposição itinerante "Vamos acabar com os monstros dos esgotos" da referida campanha que foi iniciada no Seixal prosseguiu, com os parceiros municipais, a sua participação na região tendo marcado presença em diversos locais nos municípios da Moita, Barreiro, Palmela, Sesimbra e Montijo. Da exposição constam imagens, fotografias e amostras dos monstros reais – resíduos indevidamente lançados nas redes de saneamento - e dos seus impactos nocivos, que apelam à alteração de comportamentos de forma lúdica mas séria;

- Divulgações diversas nas redes sociais e nos canais digitais de conteúdos de sensibilização ambiental e cívica sobre a importância de comportamentos corretos para a proteção do ambiente e da saúde pública e sobre a Missão e os investimentos da SIMARSUL.

APOIOS DE NATUREZA CIENTÍFICA, TECNOLÓGICA E SOCIOCULTURAL

Devido ao período pandémico, muitas das atividades e iniciativas que estavam programadas para o ano de 2021continuaram a ser adiadas e reprogramadas temporalmente, nomeadamente a colaboração e o apoio a atividades e eventos de natureza ambiental, científica, tecnológica e sócio cultural, onde a empresa assegura a respetiva divulgação da sua atividade, missão e dos benefícios associados para o meio ambiente da região, assim como uma mensagem de educação cívica para a sustentabilidade, destacando-se, entre outras, as seguintes atividades que foram adiadas.

- Os Jogos do Futuro da Região de Setúbal, que constituem uma iniciativa multimunicipal na área do desporto escolar;

- O Festival Outfest na sua componente educativa "Cidade SOM" da Associação Cultural OUT.RA, em parceria com o Município do Barreiro, associada à sensibilização ambiental e social através da documentação e retrato sonoro (cuja realização já contou desde 2017 com a participação da ETAR do Barreiro/Moita), em escolas secundárias do Barreiro;

- A "Mini travessia SIMARSUL" da Baía de Sesimbra em parceria com o município e inseridas nas celebrações da empresa do Dia Nacional da Água para promover hábitos saudáveis e sensibilizar a comunidade para o contributo da SIMARSUL no âmbito do tratamento de águas residuais na Península de Setúbal, na preservação dos ecossistemas e na melhoria da qualidade da água balnear da região, através da divulgação de materiais e atividades de educação ambiental que apelam para o uso eficiente do recurso água e para o papel da SIMARSUL na sua preservação e reutilização;

– O Festival de Música da Liberdade, destinado e realizado por jovens da região com o apoio da AMRS e dos municípios, que constitui uma iniciativa multimunicipal na área artística e cultural com a participação e envolvimento dos jovens e associações juvenis na sua organização.

DEVERES ESPECIAIS DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÃO

A SIMARSUL cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, sempre assente no princípio da transparência e assegurando os deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

Gestão do Risco

A SIMARSUL e em particular, o seu Conselho de Administração, dedicam especial atenção as temáticas do controlo interno, da gestão dos riscos, da fraude, da transparência da informação e da fiabilidade do relato financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a SIMARSUL se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2021 foi concluída a primeira fase do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

- ### Ambiente de Controlo

  Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

  Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.

  É a base de todas as restantes componentes do SCI.

- ## Avaliação dos Riscos

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

- ## Atividades de Controlo

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

- ## Informação e comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as

responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expetativas.

- **Monitorização de Atividades**

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.
No âmbito da primeira fase do projeto, em 2021 foi concluído na SIMARSUL o mapeamento dos 15 processos iniciais, identificados os eventos de riscos e os controlos implementados na sua mitigação. O trabalho, iniciado no 4.º trimestre de 2020, respeitou o cronograma temporal definido inicialmente, tendo sido integralmente concluído, conforme previsto inicialmente, no final do 4.º trimestre de 2021.

Tendo sido finalizada a revisão do Manual de Controlo Interno do Grupo AdP e das Métricas de avaliação do SCI definidas, por forma a melhor adequá-los à realidade das empresas do Grupo AdP e acomodar os conhecimentos adquiridos ao longo da implementação da primeira fase do projeto, prevê-se a sua aprovação na empresa no início de 2022, passando as MRC dos processos já mapeados, a fazer desde já, parte integrante do referido Manual de Controlo Interno.

Foi efetuada uma análise preliminar à maturidade do Controlo Interno da SIMARSUL, através da sistematização das respostas obtidas nos questionários submetidos, de modo a identificar o nível de conhecimento e a sensibilidade a esta matéria.

No seguimento, encontra-se prevista a continuação da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, será efetuado um teste à avaliação das métricas de avaliação do sistema de controlo interno definidas, por forma a obter uma visão preliminar da situação dos respetivos sistemas de controlo interno;

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se o as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da SIMARSUL sobre o desempenho do SCI.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

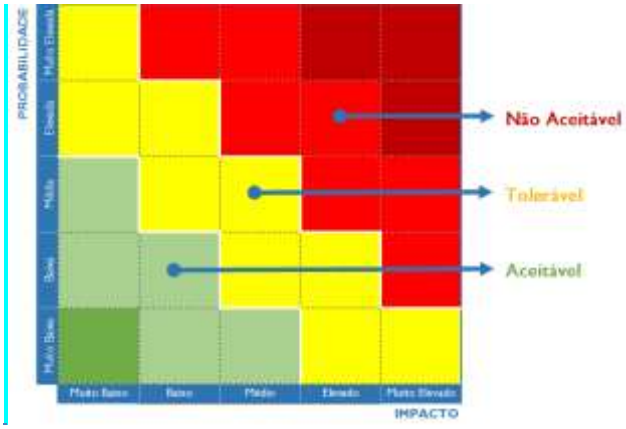
As alterações acima indicadas conjugadas com a revisão e do Modelo de Gestão de Risco em vigor no Grupo AdP e na SIMARSUL, prevista para 2022, permitirão ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

A existência de um Modelo de Gestão do Risco Empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCI encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O Modelo de Gestão do Risco Empresarial presentemente implementado no Grupo AdP, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:



A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo AdP, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela SIMARSUL, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela SIMARSUL e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2021, alguns dos principais riscos a que a SIMARSUL se encontra exposta, são os seguintes:

- [R124] – Gestão do conhecimento - Risco de perda de conhecimento por parte da organização, decorrente da inexistência ou desadequação dos procedimentos de retenção e partilha de conhecimento dentro da organização;
- [R232] – Rutura de infraestruturas de informação crítica - Deterioração, sobrecarga ou fecho/encerramento de infraestruturas físicas e digitais críticas ou serviços como resultado de uma dependência sistêmica de redes cibernéticas e/ou tecnologia: sistemas IA intensivos, internet, dispositivos portáteis, serviços públicos, satélites, etc;
- [R236] – Segurança da informação - Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação;
- [R333] – Gestão de talentos - Risco de dificuldade na captação e retenção do capital humano necessário ao bom funcionamento e desenvolvimento da organização, decorrente de:
    - um processo de recrutamento não direcionado para as necessidades da organização;
    - uma ineficiente e inatempada avaliação de desempenho;
    - uma política de formação desalinhada com o incremento de competências;
    - uma ineficiente política de gestão de carreiras;
- [R414] – Regulação - Risco de não atingimento dos objetivos estratégicos ou operacionais da organização, decorrente das decisões tomadas por parte da Entidade Reguladora.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto da ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

A classificação global do Risco Residual da SIMARSUL situa-se num nível Médio, considerado Tolerável face ao nível de aceitação do risco definido para o Grupo AdP.

De acordo com a metodologia implementada, concluída a avaliação do risco efetuada pela empresa, o Conselho de Administração avalia a necessidade de identificar e/ou implementar ações corretivas, que devem ser monitorizados periodicamente, de forma a acompanhar a sua implementação, o impacto na mitigação dos riscos identificados e aferir o respetivo nível de controlo.

RISCO FINANCEIRO

A avaliação do Risco Financeiro encontra-se detalhada mais à frente no relatório, mais especificamente no ponto #2 do Cumprimento das Obrigações Legais.

Atividade Operacional

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO / INOVAÇÃO

A promoção da Inovação na empresa está sustentada na visão estratégica da SIMARSUL, promovendo a valorização dos trabalhadores/as e dos seus clientes e acionistas, sendo objetivo inovar nas várias vertentes, ou seja, nos seus serviços e nos seus processos de gestão interna.

A atividade da SIMARSUL assenta na conceção, construção, operação e manutenção de infraestruturas de cariz tecnológico, pelo que se torna importante, não só o acompanhamento dos desenvolvimentos tecnológicos

associados ao tratamento de águas residuais, mas também a procura contínua de otimização da gestão operacional, a integração de novos sistemas de informação e a gestão de energia.

Existe assim uma aposta clara no envolvimento de todos os trabalhadores como potencial génese de criação de inovação, através da geração de ideias que posteriormente são analisadas e capitalizadas em benefício da eficácia e da eficiência da SIMARSUL.

A SIMARSUL manteve uma cooperação contínua com a comunidade científica, ao nível da promoção e acompanhamento de estágios e na divulgação dos respetivos trabalhos, bem como no estabelecimento de parcerias com centros de conhecimento, desde os níveis académicos base, representados por estabelecimentos de ensino técnico e profissional, até aos de excelência, representados pelas Universidades e Centros de Investigação.

Neste âmbito, foi acompanhada e concluída uma tese de mestrado integrado em Engenharia do Ambiente, da FCT-UNL, com a temática "Reabilitação de uma ETAR Urbana de Pequena/Média Dimensão – Caso Estudo da ETAR do Pinhal Novo" tendo sido igualmente iniciada a dissertação de mestrado integrado em Engenharia do Ambiente, da FCT-UNL, com a temática "Otimização e Modelação de Tratamento Primário Avançado da ETAR Barreiro/Moita", cuja conclusão deverá acontecer em 2022.

Resultado de colaborações passadas com a comunidade científica realce para a publicação, no Journal of Water & Climate Change da IWA, do artigo científico "Forecasting saltwater intrusion volume and sulfate content in a wastewater collection system. Case study: Barreiro/Moita WWTP, Portugal" com elementos da FCT e SIMARSUL na equipa de autores.

Foi também concluido em parceria com a Faculdade de Ciências e Tecnologia o "Estudo Técnico-Científico do Sistema de Drenagem de Águas Residuais de Lagoa/Meco – Avaliação de odores" que permitiu proceder à análise dos dados de base e de monitorizações existentes, realizar a análise hidráulica dos troços em estudo, modelar as condições de formação de sulfuretos e definir potenciais medidas a adotar para mitigação do problema em análise.

No arranque de 2021, a SIMARSUL concretizou a sua participação na elaboração de uma proposta para o desenvolvimento de um projeto de Investigação e Desenvolvimento a nível europeu, integrado no programa Horizonte 2020, call LC-GD-8-1-2020: Innovative, systemic zero-pollution solutions to protect health, environment and natural resources from persistent and mobile chemicals, cuja candidatura foi entregue em janeiro de 2021. No projeto participaram várias entidades nomeadamente a Universidade de Birmingham do Reino Unido, a INOV e o INESC-ID de Portugal e instituições de vários países (França, Itália, Finlândia, Espanha, Irlanda, Grécia, Bélgica e África do Sul).

A proposta designou-se "Wicked - The wicked problem of environmental pollution: circular systemic solutions to manage natural capital while protecting human and environmental health" e tem por objetivo desenvolver soluções para a proteção do meio ambiente e da saúde humana dos poluentes emergentes. A SIMARSUL participava no projeto como end user, disponibilizando a ETAR do Barreiro/Moita, para aplicação do piloto de tratamento de afinação. O sistema de tratamento piloto DWS, utiliza um agente biológico, o crustáceo Daphnia, que remove, concentra e retém os contaminantes das águas residuais (por exemplo, produtos farmacêuticos, pesticidas e produtos de cuidados pessoais) com uma eficiência de até 99% e no mínimo de 55%, superando significativamente outros agentes biológicos (por exemplo, algas, bactérias).

A candidatura não foi no entanto aprovada, mas desta participação resultou a possibilidade de colaborar novamente com a Universidade de Birmingham e um conjunto de parceiros de diversos países, numa nova candidatura junto da Biotechnology and Biological Sciences Research Council (BBSRC) do Reino Unido com o título "Bio-based technology development for water reclamation and waste valorisation" com o propósito de testar a utilização de um piloto semelhante ao contemplado na proposta Wicked, mas desta feita a implementar na ETAR de Fernão Ferro. Os resultados desta candidatura deverão ser conhecidos no início de 2022.

Ao longo de 2021, a SIMARSUL participou em consórcio com a AdP e outras empresas do grupo no projecto "SARS Control - Avaliação dos impactos de SARS-CoV-2 no ciclo urbano da água e dos efeitos a jusante em Saúde Pública".

O projecto, com participação da ETAR do Seixalinho, tem incidido na amostragem e monitorização da carga viral ao longo do esquema de tratamento, na deteção de poluentes emergentes resultantes da implementação de medidas profiláticas (desinfetantes) e de tratamento de doentes infetados com SARS-Cov-2, na análise de correlação do SARS-CoV-2 com outros parâmetros microbiológicos, na avaliação da eficiência das soluções de tratamento e na avaliação do risco para a saúde pública e ambiental da descarga e utilização das águas residuais tratadas e lamas e identificação de medidas de controlo e mitigação. Está prevista para 2022 a fase de disseminação e comunicação do projecto quando os resultados finais do mesmo estiverem próximos de ser obtidos.

O Projeto SARS Control é financiado pelos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, cuja gestão é assegurada por delegação de competências pelo organismo intermédio, a Agência Nacional de Inovação (ANI).

A SIMARSUL avançou com a adjudicação do contrato para o "Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL", no âmbito do processo de reconfiguração e uniformização das suas plataformas tecnológicas, abrangendo a reformulação do seu atual Sistema de Telegestão com a integração das instalações ainda não monitorizadas/integradas, bem como a requalificação dos sistemas de supervisão e automação locais, por forma a responder às necessidades da atividade de exploração, de gestão de ativos e gestão da energia de todo o sistema de recolha, transporte, tratamento e rejeição final de águas residuais sob a sua concessão.

Neste âmbito, de salientar a presença de elementos da SIMARSUL no Grupo de Trabalho da Digitalização, coordenado pela AdP Valor e com a presença de todas as empresas do Grupo AdP, visando a harmonização e aceleração do processo de transformação digital que se espera que venha a ocorrer dentro do Grupo nos tempos mais próximos.

Em 2021, a SIMARSUL continuou a colaboração com o Projeto de Investigação e Desenvolvimento CEMOWAS2, sendo este o ano em que se deu a conclusão do mesmo.

O Projeto CEMOWAS2: Gestão circular ecossistémica dos serviços de resíduos orgânicos e águas residuais (SOE2/P5/F0505) - Programa Interreg VB Sudoe, é um novo desafio dentro do conceito de economia circular aplicado às competências das autoridades locais no que se refere aos serviços de gestão de resíduos orgânicos e dos produtos resultantes dos processos de tratamento de águas residuais: lamas e efluentes. Este novo modelo de gestão visa uma mudança de paradigma em que "o desperdício se converte num recurso", o que permitirá reduzir o impacto no meio ambiente e favorecer o desenvolvimento de novos modelos económicos. O trabalho a desenvolver no CEMOWAS2 baseia-se na capitalização dos resultados obtidos no âmbito do Projeto 4KET4Reuse e pretende inovar, através da junção de duas técnicas: processo eletrocinético acoplado a fitorremediação em ETAR.

Pretende-se assim validar tecnologias que permitam a eliminação de contaminantes emergentes em efluentes de ETAR, mantendo como principal enfoque as classes de contaminantes já em estudo no 4KETeReuse, tais como, algumas tipologias de fármacos.

Em setembro de 2021 foi realizado o webinar final do projecto InterregSudoe CEMOWAS2, com participação de elementos da Simarsul na Sessão 2 - REUTILISATION DES EAUX USEES TRAITEES.

A SIMARSUL iniciou em 2021, a convite da E-Redes e em colaboração com diversos parceiros, a participação no projecto europeu EUniversal.

Trata-se de um projecto financiado pela União Europeia H2020, na área da Investigação e Inovação, que tem como objectivo principal desenvolver um interface para a ativação de flexibilidade, a pedido do distribuidor de energia eléctrica, através de interação com mercados de flexibilidade, capazes de monetizar, para o cliente, o benefício da disponibilização de recursos.

O projeto será alavancado no Universal Market Enabling Interface (UMEI) – um interface aberto e agnóstico. Este conceito representa uma abordagem inovadora, agnóstica, adaptável, modular e evolutiva que será a base para o desenvolvimento de novas abordagens de negócio, soluções de mercado e, acima tudo, pretende garantir os mecanismos para uma participação ativa dos clientes, que estão no centro de todos estes projetos de investigação.

A flexibilidade dos recursos distribuídos na rede elétrica consiste na utilização do potencial de armazenamento/produção ou deslocação de períodos de consumo de um cliente em sintonia com a empresa distribuidora de energia, no sentido de reduzir ou evitar constrangimentos na rede elétrica. Esta disponibilidade em alguns períodos do dia por parte do consumidor/produtor terá, no futuro, um valor de compensação monetária, com enquadramento a definir pelo regulador (Entidade Reguladora do Setor Energético). A flexibilidade na rede de distribuição de energia elétrica foi já identificada como um fator chave em sistemas de energia sustentáveis, onde os clientes são efetivamente os principais agentes - uma das prioridades da União Europeia.

Por forma a permitir a manutenção do Projeto ENVITEJO, desenvolvido em parceria com a APA/ARH Tejo, nomeadamente ao nível da monitorização da qualidade da água do estuário do Tejo, a SIMARSUL, em parceria com a Águas do Tejo Atlântico, assinou em maio de 2021 o contrato que assegura a monitorização ambiental da qualidade da água dos meios recetores, tendo sido realizadas duas campanhas de monitorização no decurso de 2021.

Foi também concluído no final de 2021 a instalação de um equipamento de monitorização em contínuo do parâmetro Carbono Orgânico Total (COT) no efluente tratado à saída da ETAR da Quinta do Conde, através de medição de COT a frio. A escolha deste equipamento exigiu uma extensa análise das tecnologias existentes uma vez que este tipo de monitorização não é usual nos processos de tratamento e monitorização realizados nas Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR), pelo que não existem ainda sistemas implementados com resultados de aplicação conhecidos e difundidos. Pretende-se alavancar este projeto realizando um estudo comparativo entre os resultados obtidos pelo analisador de COT e análises realizadas no laboratório interno da SIMARSUL para permitir uma análise comparativa dos resultados obtidos pelos dois métodos analíticos, o que permitirá demonstrar a eficácia da utilização do sistema de monitorização escolhido e validar as gamas de correlação entre o parâmetro CQO e COT.

No que respeita a patentes, e após ter sido concretizado em 2018 o pedido de averbamento do processo de patente e modelo de utilidade do SILICA - Sistema de limpeza automática de caleiras de decantadores circulares para a nova SIMARSUL, o qual foi publicado no Boletim da Propriedade Industrial, de 05/03/2018, foi atribuido pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), em julho de 2021, o Título de Patente de Invenção Nacional Nº 107392 que consagra a SIMARSUL como titular da patente do SILICA - Sistema de limpeza automática de caleiras de decantadores circulares.

Pretende-se, em 2022, analisar novas ideias e/ou produtos que poderão reunir os requisitos necessários para serem devidamente desenvolvidas e patenteadas.

Ainda em 2021 foi realizada uma Info-Sessão, interna e online, de apresentação do novo Plano de Trabalho para a Inovação da SIMARSUL. A mesma contou também com a presença do Chief Inovation Officer da Aarhus Water, Karsten Lumbye Jensen que apresentou o contributo da Inovação no cumprimento dos objetivos desta empresa, numa conversa que contribuiu para o debate sobre como e qual o caminho a seguir na SIMARSUL.

Neste âmbito, de salientar a presença de elementos da SIMARSUL no Grupo de Trabalho da Inovação, coordenado pela AdP Valor e com a presença de todas as empresas do Grupo AdP, visando a concretização da Agenda de Inovação de Grupo, bem a harmonização e aceleração do processos de Inovação, considerando que a Visão Estratégica do Grupo ADP define a Inovação como um dos seus pilares.

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

No ano de 2021 foi aplicada aos utilizadores municipais a tarifa prevista no Contrato de Concessão devidamente atualizada e ratificada pelo regulador, no valor de 0,5873 euros/m^3.

A faturação aos clientes ao longo do ano de 2021 ultrapassou os 18,4 milhões de euros e os recebimentos totalizaram cerca de 19,4 milhões de euros.

Em termos de dívida verificou-se, durante o ano de 2021, um esforço dos Municípios, num contexto de pandemia, em manter o ritmo dos pagamentos dos últimos anos.

A dívida total dos utilizadores do sistema pode decompor-se da seguinte forma:

Unidade: milhões de euros

	2021	2020	2019
Dívida Não Vencida	4,33	3,20	2,27
Faturação	3,05	3,20	2,27
Acordos de Pagamento	1,23	-	-
Juros	0,05	-	-
Empresas Subsidiárias	-	-	-
Dívida Vencida	2,64	3,35	3,27
Injunções	1,86	2,50	2,50
Faturação	0,36	0,42	0,34
Juros	0,00	0,00	0,00
Especialização de Juros	0,42	0,42	0,42
	6,96	**6,55**	**5,54**

No final de 2021, cerca de 1,9 milhões de euros do valor total em dívida encontra-se em processos de injunção, relativos ao Município de Alcochete, correspondente a cerca de 73% do total da dívida vencida e a cerca de 28% do total da dívida de clientes.

A tarifa média da atividade de saneamento de águas residuais foi de 0,5765 euros/m^3.

Na **Direção Administrativa e Financeira (DAF)**, para além do natural envolvimento no suporte à Administração e às diversas áreas da empresa, são de relevar as seguintes ações:

- Participação ativa nos Comités Financeiros e de Compras especializados do Grupo AdP;
- Preparação do SAP para a adoção de novas normas contabilísticas IFRS;
- Melhoria de utilização dos módulos SAP CO (Controlling), PM (Gestão de Frota) e MM (Compras e Logística);
- Implementação do pagamento a fornecedores por lote;
- Implementação da faturação eletrónica interempresas do Grupo AdP e com os fornecedores operacionais e de investimento da SIMARSUL;
- Implementação da Gestão Documental EDOC;
- Gestão dos Contratos de Frota e Serviços de Apoio e Logística a empresa.

DIREÇÃO DE INFRAESTRUTURAS

Apesar do significativo número de adjudicações efetuadas em 2021, a realização do investimento foi muito condicionada pela pandemia e pelo acionamento de algumas Garantias Bancárias, no valor de cerca de 400 mil euros, de empreitadas executadas no passado para resolução de anomalias verificadas em período de Garantia de Obra e cuja mobilização do Empreiteiro responsável não foi possível, situando-se ligeiramente acima de dois milhões de euros, a quase totalidade na atividade de saneamento.

Investimento 2021	milhões de euros
Saneamento	2,10
Estrutura	0,03
TOTAL	**2,13**

Para o valor de investimento executado em 2021 contribuíram principalmente as seguintes empreitadas:

- Empreitada de Execução da Ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio (Subsistema Barreiro/Moita);
- Empreitada de Execução do Intercetor de Alfarim Norte (Subsistema Lagoa/Meco);
- Empreitada de Reabilitação da EE de Santa Marta de Corroios (Subsistema Quinta da Bomba);
- Empreitada de Substituição do Sistema de Gradagem da EE4, EE Vinha das Pedras e EE Fonte da Prata (Subsistema Barreiro/Moita);
- Empreitada de Execução da Etapa de Gradagem da ETAR da Lagoinha (Subsistema Lagoinha).

Contribuíram também para o valor obtido a realização de diversos investimentos de substituição em diversas infraestruturas da SIMARSUL. No final de 2021 estava em curso um montante de investimento de cerca de 0,69 milhões de euros.

A **Direção de infraestruturas (DINF)** continuou a assegurar a realização das ações de manutenção e o desenvolvimento dos investimentos necessários à gestão eficiente dos ativos explorados, de forma a satisfazer os interesses, objetivos e expectativas dos acionistas e demais partes interessadas e na prossecução de um serviço público essencial.

Para a concretização dos objetivos definidos e para os resultados alcançados, tendo também em consideração o contexto da pandemia, foi determinante o envolvimento empenhado dos trabalhadores das diversas áreas e setores da Empresa, sendo de reconhecer a competência e a capacidade de entreajuda demonstradas, numa abordagem multidisciplinar, decorrente da natureza das ações desenvolvidas, pese embora as dificuldades ocorridas durante o exercício.

A gestão das Equipas em conformidade com as exigências de funcionamento das infraestruturas e a necessidade de minimizar eventuais contágios da COVID-19; a participação nos processos de recrutamento; a formação dos novos técnicos e técnicos superiores que integraram a Direção; foram algumas das atividades que, em matéria de organização, funcionamento e meios humanos continuaram a merecer particular atenção da Direção de Infraestruturas.

No *Departamento de Engenharia* foi, em 2021, dada continuidade à execução do Plano de Investimentos previstos para o primeiro período Tarifário, tendo em consideração a gestão dos riscos e prioridades definidas, a adaptação e a modernização das infraestruturas, para dar resposta às necessidades reais verificadas na sua operação e aumentar a segurança e a resiliência.

Para a execução do plano de Investimentos contribuíram no ano de 2021 a concretização dos projetos de execução da reabilitação do Emissário de Palmela (EN379 entre o km35+175 e o km35+350); da Substituição do Emissário do Poceirão; da Reabilitação do EM de Pinhal Novo Norte 1 (G1D) e Desativação da EE de Pinhal Novo Norte (MRC), da Reabilitação de Infraestruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba – Intercetor Fanqueiro e da Reabilitação no âmbito do período de garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR da Quinta do Conde.

Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento de projetos de referir em 2021 o início do desenvolvimento do Projeto de Reabilitação no Âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR de Fernão Ferro. A aprovação das Notas Técnicas para elaboração dos Projetos de Execução do Circuito de Escorrências e Remodelação do Arejamento da Vala de Oxidação da ETAR do Pinhal Novo, da Reabilitação do Intercetor Amora, da Reabilitação do Emissário Pinhal Novo Norte 2 e do desenvolvimento de Nota Técnica para elaboração do Projeto de Execução de Sistema de Drenagem da Lançada (SS Afonsoeiro).

Por forma a garantir a continuidade da elaboração de projetos, em 2021 foi adjudicada a realização dos projetos de execução da Reabilitação da ETAR de Pinhal Novo e da Erradicação de Odores do Subsistema Lagoa/Meco.

A execução física dos projetos previstos no plano de investimentos teve, apesar das dificuldades decorrentes da pandemia, uma aceleração que se concretizou através da conclusão das empreitadas de Reabilitação da Lagoa de Equalização da ETAR de Alcochete, da Execução de Portaria na ETAR da Quinta do Conde, da Execução do Intercetor Alfarim Norte (Subsistema de Lagoa/Meco), da Execução da Substituição do Sistema de Gradagem da EE4, EE Vinha das Pedras, EE Fonte da Prata, da Reabilitação da Estação Elevatória de Santa Marta de Corroios, da Execução da Etapa de Gradagem da ETAR da Lagoinha e da conclusão da Instalação de Sistema de Monitorização de Carbono Orgânico Total em Contínuo na ETAR da Quinta do Conde, necessidade resultante da alteração das condições da Licença de descarga.

A continuidade da execução do plano de investimentos para atingir os objetivos definidos ficou assegurada em 2021 através da adjudicação das empreitadas e prestações de serviços de Beneficiações em Infraestruturas na Área de Concessão e Reabilitação dos Decantadores Secundários da ETAR da Zona Industrial da Autoeuropa (ZIA); Execução da Reabilitação de Infraestruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba – Emissário de Corroios; da Reabilitação no Âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Barreiro/Moita e do Sistema de Drenagem e Elevatório do Barreiro/Moita; da Substituição do Silo de Lamas da ETAR Fernão Ferro, com recurso às garantias bancárias prestadas no âmbito da Empreitada de Conceção-Construção; do Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL; da Execução da Reabilitação do Intercetor da Arrentela e da Aquisição de Serviços de Fiscalização, Coordenação de Segurança em Obra e de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico de empreitadas da SIMARSUL e ainda, através do início da execução da Ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio e da abertura de procedimento para contratação de Aquisição de Serviços de Rede OT, implementação e suporte ao Sistema de Telegestão da SIMARSUL S.A.

Acresce a gestão das garantias das empreitadas, designadamente das vistorias às infraestruturas no âmbito dos processos de libertações parciais de caução e de receções definitivas, incluindo a identificação das anomalias existentes e respetivas reparações ao abrigo das mesmas e a ativação das garantias bancárias, quando necessário, para a correção dos defeitos apontados no âmbito das vistorias efetuadas e que condicionam as receções definitivas.

Ainda no âmbito das atividades desenvolvidas pela área de engenharia de realçar ainda a prossecução do plano de atuação **de redução de afluências indevidas** no Sistema, em articulação com as demais partes interessadas, a Manutenção e atualização do Cadastro e do Sistema de Informação Geográfica (SIG) da SIMARSUL, realizando ações de levantamento no terreno e levantamento cadastral que permitem melhorar o conhecimento infraestrutural da rede sob gestão da SIMARSUL e a continuação da monitorização e análise de dados obtidos por intermédio da instalação de dataloggers em Estações Elevatórias críticas.

A participação no Grupo de Trabalho da Digitalização dos Serviços do Grupo AdP e no Sub-Grupo de Trabalho de Revisão das Especificações Técnicas do Grupo AdP atesta a importância que este tema adquiriu no Grupo.

Departamento de Manutenção

O Departamento de Manutenção procurou assegurar as intervenções de manutenção requeridas para os ativos explorados, com recursos internos e externos e tendo em consideração a sustentabilidade e a qualidade do serviço prestado e os inerentes aspetos de segurança, de ambiente e sociais.
Destaca-se neste quadro de melhoria a participação conjunta com o departamento de engenharia no Grupo de Trabalho da Digitalização dos Serviços do Grupo AdP.

No âmbito da Digitalização de processos o Departamento de Manutenção procedeu ao desenvolvimento da implementação da aplicação de mobilidade SAP Asset Management, conducente à melhoria da gestão e análise avançada e preditiva dos ativos explorados.

Em resultado da atividade desenvolvida, tem-se vindo progressivamente a ultrapassar o passivo verificado na manutenção e reabilitação dos ativos explorados, com reflexo nos principais objetivos, metas e indicadores e resultados atingidos, designadamente no número de interrupções de serviço motivadas por avarias em equipamentos.

No quadro seguinte demonstra-se a evolução da atividade de conservação e reparação entre os anos 2020 e 2021 sendo evidente o esforço que tem vindo a ser efetuado neste domínio.

	2021	2020	Δ Absol.	Var. %
Gastos com Manutenção	2 035 809	1 572 176	463 633	29,5%
Nº Ações de Manutenção	42 780	41 710	1 070	2,6%

Para a prossecução da atividade do departamento de engenharia contribuiu decisivamente o trabalho efetuado no planeamento das atividades, situação que foi alavancada por diversas adjudicações que permitiram ter atempadamente as necessárias peças de reserva como foi o caso das adjudicações relativas à aquisição de peças e serviços para reabilitação, manutenção ou substituição de sistemas de desinfeção por radiação ultravioleta, a aquisição de bens e serviços de manutenção de equipamentos em edifícios, a aquisição de peças e serviços para reabilitação e manutenção de bombas centrífugas e ainda do fornecimento de acessórios de manutenção industrial.

Para além da prestação dos serviços de manutenção assegurados por recursos internos, um conjunto de trabalhos de manutenção especializados e de melhorias efetuadas em equipamentos específicos foi assegurado através de diversos fornecimentos e prestações de serviço.

Destes, destacam-se em 2021 as adjudicações efetuadas para a realização das prestações de serviços de Técnico Responsável pela Exploração de Instalações Elétricas de Serviço Particular; de Manutenção Preventiva e Corretiva de Postos de Transformação; de Manutenção dos Espaços Verdes, Manutenção dos equipamentos da instrumentação de processo e de trabalho, de Manutenção do Sistema de Desinfeção por radiação ultravioleta da ETAR Seixal, de Manutenção dos equipamentos de deteção e análise de gases, de Reparação de grupos eletrobomba das EE Lavradio e Moita 1, de trabalho, de reparação e fornecimento de variadores eletrónicos de velocidade, arrancadores suaves, consolas HMI e de componentes de autómatos, de Manutenção Preventiva e Corretiva de cogeradores e de equipamentos dos circuitos de biogás e de Manutenção Corretiva em Postos de Transformação.

Como complemento das prestações de serviço anteriormente mencionadas em 2021 e para substituição e ou melhoria de desempenho e eficiência de diversas instalações foram adjudicados os fornecimentos relativos a Substituição das luminárias por tecnologia LED na rede de iluminação exterior das ETAR da SIMARSUL, ao fornecimento e instalação por substituição dos transformadores de Potência para PT EE Lavradio e PT EE Breyner e ainda do Fornecimento de agitadores para a ETAR Lagoinha.

Numa perspetiva de continuidade e de melhoria das infraestruturas ainda em 2021 deu-se início à contratação do Fornecimento de elementos de transmissão mecânica; da contratação de Fornecimento de grupo eletrobomba EE Palhais.

Gestão de Energia

A ***gestão de energia*** continua a ser uma das prioridades estratégicas da SIMARSUL, que procura a melhoria da eficiência e do desempenho energético das operações de saneamento de águas residuais, garantindo a sua ecoeficiência e sustentabilidade.

No ano de 2021 consolidou-se o Programa de Neutralidade Energética da SIMARSUL desenvolvido em conjunto com a AdP ENERGIAS e de acordo com o objetivo de atingir a neutralidade energética do Grupo AdP até 2030 (também designado Programa ZERO), o qual foi submetido ao Concedente para solicitação de autorização do Investimento. Este Programa terá um importante contributo para os exigentes objetivos ambientais definidos para Portugal, nomeadamente para a neutralidade energética, por via da eficiência energética e da incorporação de uma percentagem elevada de energia obtida a partir de fontes renováveis, e para a neutralidade carbónica em resultado da forte redução de emissões de GEE que serão induzidas pela concretização das ações/ medidas que integram este ambicioso Programa. A SIMARSUL pretende concretizar este programa através das seguintes medidas:

- Aumento da produção de energia a partir de recursos disponíveis nas suas instalações, como por exemplo, o biogás produzido nas ETAR;

- Utilização da energia solar fotovoltaica, num mix energético integrado que visará a maximização do autoconsumo;

- Implementação de procedimentos de eficiência energética e de substituição de equipamentos dos processos operativos por equipamentos energeticamente mais eficientes.

Com efeito, a maximização da energia produzida para autoconsumo obrigará a alterações no padrão da operação, incorporando a produção e armazenamento de energia no core da atividade de saneamento de águas residuais e promovendo a reengenharia de sistemas e processos para aumento de eficiência. O desenvolvimento do Programa ZERO na SIMARSUL obriga à implementação daquelas ações/medidas que se estima que venham a atingir cerca de 6,4 milhões de euros. Este investimento conduzirá a uma poupança, por via de custos evitados com a aquisição de energia elétrica da rede, que se estima na ordem dos 16,4 milhões de euros até ao final da concessão. Proporcionará ainda um conjunto de proveitos, por via da venda de energia elétrica sobrante à CER (Comunidade das Energias Renováveis) (e disponibilizada a outras empresas do Grupo AdP) ou à rede elétrica nacional, que se estima na ordem dos 2,4 milhões de euros até ao final da concessão. De referir ainda que, para se conseguir implementar este ambicioso plano, será necessário o reforço do quadro técnico existente na SIMARSUL.

Para suportar e apoiar o desenvolvimento de projetos de energia foi efetuada a Contratação de Apoio Técnico na Área da Gestão de Energia - Prestação de Serviços Especializados pela AdP Energias.

Foi adjudicado o Projeto de Dimensionamento da UPAC da ETAR Quinta do Conde, em dezembro de 2021, que permitirá maximizar a produção de energia através da cogeração.

Efetuou-se um Estudo de Viabilidade Económica de conversão das 4 microproduções fotovoltaicas existentes na SIMARSUL em regime UPP (Unidade de Pequena Produção) para regime UPAC (Unidade de Produção para Autoconsumo), tendo sido aprovado em setembro de 2021 avançar com um projeto-piloto na EE ZI Cascalheira (Subsistema Pinhal Novo) e EE Saldanha (Subsistema Seixalinho).

Foi adjudicado um procedimento por ajuste direto para a contratação da "Instalação de um Sistema de Monitorização de Consumos, Otimização Energética do Sistema de Desodorização e Introdução de Melhorias na Automação da ETAR Barreiro/Moita".

A E-Redes convidou a SIMARSUL para participar no projeto europeu EUniversal, em novembro de 2021. Trata-se de um projeto financiado pela União Europeia H2020, na área da Investigação e Inovação, que tem como objetivo principal desenvolver um interface para a ativação de flexibilidade, a pedido do distribuidor de energia elétrica, através da interação com mercados de flexibilidade, capazes de monetizar, para o cliente, o benefício da disponibilização de recursos. A SIMARSUL participará neste projeto com a ETAR Seixalinho e Alcochete e com a EE Alcochete (Subsistema Alcochete).

A SIMARSUL registou-se na plataforma ECO.AP, tendo aderido ao Programa de Eficiência de Recursos na Administração Pública ECO.AP 2030, aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 104/2020, de 24 de novembro. O ECO.AP 2030 apresenta medidas para a redução dos consumos de energia, água e materiais e respetivas emissões de Gases de Efeito de Estufa (GEE), verificados nas instalações afetas a edifícios, equipamentos, frotas e infraestruturas, incluindo infraestruturas de mobilidade elétrica. Apresenta também medidas relacionadas com a capacidade de produção de energia e soluções de armazenamento de energia, sob gestão ou utilização pelas entidades.

No âmbito da Gestão de Energia, continuou a ser promovida a interação com as agências de energia locais, nomeadamente a S.Energia – Agência Regional de Energia para os Concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo e a AMESEIXAL - Agência Municipal de Energia do Seixal, onde a SIMARSUL integra as respetivas Assembleias Gerais.

	2021	2020
Energia Produzida	968 470	791 778
Total de Energia Consumida	20 249 924	19 642 230
Autonomia Energética	5%	4%
Energia Vendida	82 847 €	75 176 €

Valores em kW

Na Direção de Operação (DOP), para além da atividade de gestão operacional que garante o adequado funcionamento das infraestruturas que constituem o sistema multimunicipal anteriormente referido, de entre as atividades desenvolvidas no decorrer do ano 2021, que foram fortemente condicionadas pela pandemia, existem algumas que pela sua importância importam destacar.

A gestão das Equipas de Operação em conformidade com as exigências de funcionamento das infraestruturas e a necessidade de minimizar eventuais contágios da COVID-19; a participação nos processos de recrutamento de Técnicos Operacionais de saneamento; a formação dos novos técnicos operativos que integraram a direção; ou a reorganização dos Responsáveis dos Centros Operacionais; bem como, o acompanhamento e orientação de Estágios profissionais e curriculares, em estreita colaboração com as instituições de ensino; ou o acompanhamento de visitas de estudo efetuadas às infraestruturas de tratamento em exploração, embora afetadas em número pela pandemia, foram algumas das atividades que, em matéria de organização, funcionamento e meios humanos continuaram a merecer particular atenção da direção de Operação.

Em articulação com a Direção de Infraestruturas, procedeu-se à implementação de soluções operacionais para promoção da melhoria contínua do serviço prestado em termos de exploração das infraestruturas; à medição e monitorização no terreno de diversos parâmetros e condições para apoio à elaboração de estudos; à realização de ações de manutenção preventiva, no âmbito da Operação, previstas nos planos de manutenção; ao apoio técnico na revisão de projetos de execução; e ao acompanhamento das empreitadas.

A direção continuou a desenvolver medidas de gestão do processo de tratamento, tendo em vista a otimização dos consumos de energia, água e dos reagentes químicos de processo. E a articulação com os municípios servidos pelo sistema, continuou a ser determinante para a resolução de inúmeras questões que o afetam, mantendo-se como objetivo prioritário proceder à identificação, caracterização e eliminação das afluências indevidas.

A direção de Operação continuou a efetuar a gestão de clientes diretos e respetivo acompanhamento das condições contratuais – atualização das tarifas, valores de caução, qualidade dos efluentes descarregados, análise do autocontrolo exigido na autorização de descarga, assumindo estes um peso crescentemente significativo em matéria de efluente tratado.

Com vista a alargar ainda mais essa realidade, foi também responsável pela gestão de pedidos de ligação de utilizadores diretos – análise da viabilidade da ligação, cálculo das tarifas a aplicar e instrução do processo junto do Concedente.

A Direção de Operação foi responsável pela gestão dos processos de licenciamento das descargas de águas residuais junto das entidades competentes e pelo acompanhamento das ligações físicas ao sistema requeridas pelos municípios.

A direção participou no Comité Especializado de Operação e Manutenção, instituído pela AdP SGPS, vocacionado para conferir maior eficácia na implementação de normas transversais, na fluidez dos processos de comunicação, no estudo de propostas de integração de processos / funções e no aprofundamento da partilha de boas práticas nas empresas do grupo Águas de Portugal.

Para além disso, a Direção de Operação esteve diretamente envolvida em projetos de I&D, internos e externos à empresa, em estreita colaboração com as instituições de ensino. Tendo, também, participado em sessão técnica e mesa-redonda de abertura das XII Jornadas de Engenharia, organizadas pela Direção de Engenharia e Operação da AdP Valor.

No âmbito da Direção de Operação, através do Laboratório, foram realizados 15 059 ensaios analíticos, incluindo ensaios físicos, químicos e biológicos, no que se refere ao controlo da qualidade dos processos de tratamento da água residual, bem como do produto final, resíduos e subprodutos.

A participação do Laboratório Interno no Ensaio de Comparação Interlaboratorial, promovido pela RELACRE, demonstrou um desempenho satisfatório de 94%, tendo na 1ª distribuição ocorrida em maio, um desempenho satisfatório de 100% no universo de 50 participantes e na 2ª distribuição, ocorrida em outubro, um desempenho satisfatório de 86% no universo de 47 participantes a nível nacional.

O Laboratório Interno colaborou, ainda, com o Instituto Politécnico de Setúbal e com a Escola Profissional de Educação para o Desenvolvimento, tendo-se realizado dois estágios, com duração de 700 e 600 horas respetivamente.

A direção de Operação procedeu à análise e acompanhamento de reclamações apresentadas no âmbito da exploração das infraestruturas.

Coube, igualmente, a esta direção a avaliação da conformidade legal da qualidade do efluente tratado; o registo, compilação e cálculo dos valores de caudal real a faturar aos Clientes Municipais e Clientes Diretos; a elaboração do Plano Anual de Compras da Direção; a atualização do histórico de volumes, consumos e produções do Modelo Técnico (Modelação de Procura e Otimização de Custos Operacionais).

Constituindo a **reutilização de águas residuais tratadas** uma prioridade para a SIMARUL, a direção de Operação participou no Plano de Ação para a Reutilização nas ETAR do Grupo AdP, onde se materializa a caracterização e balanço da situação atual da SIMARSUL; e participou na construção do modelo técnico (MT) da atividade principal de ApR, através da identificação do universo das ETAR a considerar no MT, da identificação de situações de compromisso de fornecimento de ApR, da indicação dos volumes de globais de água consumidas pelos municípios em termos de usos urbanos, da identificação de ETAR com TURH que estabeleçam requisitos de qualidade específicos devido à existência de usos a jusante da descarga ou por se tratar de linhas de água torrenciais (eventuais usos ecológicos), da identificação das capacidades dos sistemas existentes de produção de ApR, da indicação dos consumos globais de água para a atividade de saneamento, da estimativa de eventual aumento das necessidades globais de água no futuro, após conclusão dos investimentos de saneamento, por via da alteração dos sistemas de tratamento, e da verificação de necessidade de adaptação do investimento ao nível de tratamento da ApR.

A direção de Operação participou, ainda, no Plano de Ação de Gestão de Lamas de ETAR do Grupo AdP, onde se definiram os investimentos a promover em cada uma das empresas do grupo AdP, com o objetivo de alcançar a redução da produção de lamas; no projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno desenvolvido pela Direção de Auditoria Interna e Controlo de Risco da AdP SGPS, com a elaboração das Matrizes e Risco e Controlo para os processos de Recolha e Transporte e Tratamento de Rejeição; no Projeto Piloto de Dimensionamento dos Recursos Humanos do Grupo AdP com realização de visitas a ETAR e a EE e compilação de diversa informação no âmbito da organização funcional dos Centros Operacionais, como os horários de trabalho de funcionamento, as tarefas desenvolvidas pelas equipas de operação e a respetiva ocupação do tempo de trabalho e a definição de macroprocessos.

Em matérias contratuais, a direção procedeu ao acompanhamento do processo de aquisição centralizada de energia (MT, BTN e BTN) e do processo de aquisição centralizada de reagentes, nomeadamente o Cloreto Férrico e o Hipoclorito de Sódio, realizados pela AdP; promovendo os procedimentos contratuais e o consequente acompanhamento da execução do contrato de prestação serviços de limpeza, desobstrução, inspeção CCTV e reparação pontual de roturas em coletores e limpeza de ETAR e de EE; do contrato de aquisição de polímeros para as ETAR; do contrato de fornecimento e substituição de carvão ativado nas desodorizações das instalações.

Em 2021, a direção continuou a acompanhar as ações inspetivas realizadas pela ARH - Administrações de Região Hidrográfica, Tejo e Oeste; pela IGAMAOT- Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território e pela GRN do Ambiente.

ÓRGÃOS DE SUPORTE

A **Área de Planeamento e Controlo de Gestão (PCG)** assegurou, em 2021, o reporte da SIMARSUL para as diversas entidades externas às quais a empresa está obrigada a prestar informação, bem como os reportes para a AdP SGPS.

Foi igualmente responsável pela preparação de todas as interações realizadas com o Concedente e com a Entidade Reguladora, no âmbito do exercício orçamental de 2021, tendo sido igualmente responsável, em colaboração com a Atividade Operacional, pela recolha, compilação e análise da informação de base ao exercício orçamental de 2022, bem como pela preparação do modelo económico da empresa, utilizado na elaboração do PAO (Plano de

Atividades e Orçamento) de 2022 e no Relatório de fundamentação de projeções e cumprimento de métricas ERSAR para 2022.

A área de PCG assegurou, adicionalmente, um controlo mais eficaz da qualidade e consistência da informação produzida e disponibilizada a entidades terceiras, bem como ao nível da qualidade e uniformização da mesma ao nível dos sistemas aplicacionais de suporte, nomeadamente ao nível do acompanhamento e parametrização da criação dos elementos analíticos, como Ordens Internas, PEP e Fichas de Imobilizado.

Em 2021, o PCG continuou a ter a seu cargo, apoiado pela CEA pela DAF, a compilação de informação e a elaboração dos Relatórios e Contas da SIMARSUL.

Igualmente em 2021, foi assegurada a continuação da centralização da informação relativa a indicadores de desempenho da empresa, na sua vertente financeira, operacional ou de sustentabilidade, assegurando o seu reporte atempado, com particular incidência nos Indicadores dos Objetivos de Gestão, nos Indicadores da Qualidade do Serviço da ERSAR e nos Indicadores de Sustentabilidade.

Garantiu, ainda, a atempada elaboração da informação de gestão a remeter mensalmente ao Conselho de Administração da SIMARSUL, para acompanhamento da atividade da empresa. A implementação de um relatório interno consolidado permitiu aprofundar o detalhe e a abrangência da informação de gestão disponibilizada.

Fizeram também parte das funções do PCG no decorrer do ano, a atualização das tarifas a aplicar aos clientes municipais e diretos, conforme previsto no Contrato de Concessão e respetivo envio para aprovação por parte da Entidade Reguladora, o mesmo tendo acontecido com o cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos e o cumprimento das métricas de eficiência operacional definidas para a SIMARSUL.

No ano de 2021 o PCG colaborou ainda com diversas áreas da empresa, nomeadamente ao nível de uniformização e validação de procedimentos, numa vertente de controlo interno, no acompanhamento de novos projetos e na participação nos comités de PCG do Grupo AdP em projetos de interesse e âmbito comum.

Durante o ano de 2021 o volume de reportes e o nível de informação a disponibilizar aos diversos *stakeholders* registou um incremento ao qual o PCG procurou sempre responder tempestivamente.

Para o ano de 2022 o PCG tem, na sua perspetiva de curto prazo, de assegurar a implementação de um novo modelo de suporte e execução de processo orçamental que permita uma mais eficiente elaboração do PAO.

Na **Área do Sustentabilidade e Responsabilidade Social (SRS)**, para além das atividades correntes da área do sistema de gestão, destacam-se como segue.

A certificação energética da frota da SIMARSUL. A ADENE – Agência para a energia felicitou a SIMARSUL pelo seu compromisso com uma mobilidade mais sustentável, liderando o caminho como frota certificada pelo MOVE+.

Atento às metas ambiciosas que Portugal fixou, as empresas do Grupo AdP definiram como um dos seus objetivos a certificação energética das suas frotas, de forma a analisar e a melhorar as práticas adotadas na gestão das viaturas, no desempenho dos condutores, na otimização dos consumos e nos cuidados com a manutenção. O programa existe desde 2020 e permitiu à SIMARSUL melhorar os indicadores energéticos da sua frota, constituída por 42 viaturas, e a sua classe energética, através de uma gestão mais eficaz e eficiente da frota.

Devido aos importantes constrangimentos à atividade normal aduzidos pela pandemia devida ao vírus SARS COV-2 e à necessidade imperiosa de garantir a continuidade do serviço essencial prestado pela SIMARSUL evitando o aparecimento de surtos internos, tendo sido a empresa obrigada a alocar meios para atingir aquele desiderato, a certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho teve que ser suspensa.

A **Assessoria Jurídica (JUR)** continuou a assegurar, e apesar das limitações decorrentes da situação pandémica ao longo do ano, o apoio jurídico à administração da empresa e às diversas direções e áreas da SIMARSUL. Os constrangimentos motivados pela pandemia fizeram-se sentir em especial na suspensão dos prazos processuais, nas constantes alterações legislativas resultantes das restrições decorrentes das múltiplas declarações do Estado de Emergência, bem como nos regimes excecionais de contratação pública e a demais legislação com implicações no quotidiano das pessoas e das empresas.

Adicionalmente a acessoria jurídica deu apoio aos processos de contratação realizados e elaborou o respectivo Relatório de Governo Societário da SIMARSUL.

Da atividade da Assessoria Jurídica, é possível destacar:

- Em 20 de Setembro de 2021, na sequência do auto de contraordenação, levantado pela IGAMAOT, relativamente à ETAR do Seixal, foram imputadas à SIMARSUL duas contraordenações muito grave, uma por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo e outra por inexistência de garantia sólida e em vigor, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. Em 12 de Outubro a empresa apresentou a sua defesa, aguardando-se a decisão da mesma;

- A 29 de Outubro de 2021, a APA levantou auto de contraordenação, também à ETAR do Seixal, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. Em 22 de Novembro a empresa apresentou a sua defesa, aguardando-se a decisão da mesma;

A **Comunicação e Educação Ambiental (CEA)** assegurou a articulação com as direções e áreas da empresa, no decorrer das atividades transversais de comunicação e educação ambiental, que continuaram condicionadas pela pandemia, dando também resposta a novas necessidades decorrentes das medidas de contingência que se contiuaram a vivienciar em 2021.

Merecem especial destaque as atividades desenvolvidas em estreita colaboração com o SRE e a AdP - Águas de Portugal no âmbito da comunicação interna e externa, nomeadamente o desenvolvimento e a implementação de campanhas de sensibilização e suportes de informação e materiais para prevenção do contágio da COVID-19, nas diferentes fases da pandemia, assim como para o regresso à "nova normalidade".

Considerando os constrangimentos e a suspensão de atividades decorrentes do plano de contingência, não foi possível assegurar o habitual calendário escolar de visitas às infraestruturas, nem a totalidade da programação de ações de educação ambiental, assim como a habitual participação e colaboração institucional da empresa em projetos e parcerias com diversas partes interessadas, por se encontrarem também estas na sua maioria ainda suspensas pelas entidades.

Contudo, foi possível prosseguir, com as devidas adaptações, à organização, lançamento e continuação de campanhas, à coordenação de iniciativas e ações, à produção de conteúdos para os canais de comunicação internos e externos, prosseguindo a divulgação institucional dos objetivos, áreas de atividade, investimentos, empreitadas e missão da empresa, bem como a prossecução de políticas e ações de sensibilização, educação ambiental e estratégia de sustentabilidade, tendo em vista a promoção do prepósito, visão e valores da SIMARSUL junto dos seus públicos externo e interno, em linha com a identidade corporativa do Grupo AdP e em proximidade com os municípios e *stakeholders* da empresa.

Neste âmbito evidenciam-se, entre outros, o desenvolvimento local nos municípios da região, da exposição itinerante da campanha de sensibilização sobre a colocação indevida de resíduos nas redes de saneamento "Lixo no esgoto não", o balanço da atividade e dos investimentos da SIMARSUL junto do comunicação social regional, a

disponibilização de sessões interativas pedagógicas com recursos digitais para a comunidade escolar, a prossecução de ações no âmbito da comunicação de empreitadas, assim como a organização da participação e associação da SIMARSUL no evento da Travessia a nado da Baía de Sesimbra, em parceria com o Município.

De salientar, também, o trabalho realizado para a partição no evento ditgal "Encontro em Nós AdP" com a produção do vídeo da SIMARSUL para divulgação do caso de sucesso da parceria estabelecida com a Casa Ermelinda Freitas e os parceiros regionais que teve por objetivo dar resposta aos impactos das afluências indevidas do setor agroindustrial, decorrente da atividade vinícola na região, no subsistema de saneamento de Águas de Moura, e que permitiu reforçar a eficiência da ETAR de Águas de Moura e contribuir para a eficiência hídrica dos processos produtivos da Casa Ermelinda Freitas e, consequentemente, para valorizar o recurso água e proteger o ambiente. O projeto foi igualmente divulgado nos canais digitais e redes sociais da SIMARSUL e no Stand coportativo do Grupo AdP no espaço expositivo do ENEG 2021.

Mais se destaca a coordenação a cargo do CEA, durante o segundo semestre de 2021, do recém criado Comité Especializado de Comunicação e Educação Ambiental do Grupo AdP e a gestão do Plano de Atividades, afeto a este Comité que integra todos os responsáveis de Comunicação das empresas do Grupo AdP, assim como a participação nos grupos de trabalhos temáticos para o desenvolvimento do Plano de Atividades de comunicação corporativa no âmbito do "Quadro Estratégico de Compromisso do Grupo AdP 2020-2022".

Complementarmente, destaca-se em 2021, a par da gestão corrente das suas funções e de respostas a outras solicitações diversas, o relato das atividades realizadas pelo CEA e que constam dos capítulos da Sustentabilidade e da Educação Ambiental do presente Relatório.

A função de **Suporte de Gestão de Ativos, Avaliação de Desempenho e Controlo de Riscos** deu continuidade ao trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nos anos anteriores no sentido da consolidação das bases e na implementação do Sistema de Gestão de Ativos Operacionais.

Durante o primeiro semestre de 2021, a base consolidada dos Ativos Operacionais da empresa, resultante do mapeamento integral do Parque Operacional da SIMARSUL decorrido nos anos de 2019 e 2020, foi objeto de um conjunto diverso de testes e validações no sentido de assegurar a sua funcionalidade como eixo transversal de gestão de informação operacional da empresa.

Deste exercício resultou a implementação de um conjunto de revisões às bases da Estrutura de Localização de Ativos que visaram dar resposta a necessidades adicionais e otimizações apontadas pelas Direções/Áreas da empresa.

Foi ainda implementado um significativo esforço na identificação e recolha, registo e arquivo centralizado de informação de caracterização dos Ativos que integram o Parque Operacional e na sua disponibilização transversal à empresa, em particular às equipas de operação, abrangendo documentação técnica tão diversa como Telas Finais e Esquemas de Quadros Elétricos, Relatórios de Avaliação de Condição e/ou Aptidão Funcional, Manuais de Operação e Manutenção de Infraestruturas, entre outras.

No decurso do ano de 2021, uma vez estabilizada a Estrutura de Localização e de forma a garantir a integrabilidade de dados de diferentes origens, foram despoletados com as restantes Direções/Áreas os trabalhos de integração das diferentes bases de dados da empresa, destacando-se:

- no âmbito do Sistema de Informação Geográfica (SIG), a associação das codificações da Estrutura de Localização às entidades carregadas neste sistema, que visam a integração da informação geográfica no processamento de dados para diferentes fins, entre os quais os processos associados à Gestão de Ativos;
- no âmbito do Sistema de Gestão de Manutenção a associação das codificações dos Ativos Operacionais do sistema em desativação (MAXIMO) no novo sistema em implementação, permitindo deste modo aceder ao histórico da vida útil do Ativo na empresa.

Conjuntamente com a Direção de Infraestruturas, e fazendo face aos requisitos das ferramentas de mobilidade do Sistema de Gestão de Manutenção em parametrização, foi concebida uma Campanha de Etiquetagem de Localizações e Ativos cuja promoção será assegurada em 2022.

O planeamento desta campanha envolveu a compilação dos requisitos técnicos do sistema e das características das etiquetas, do respetivo layout e tipologia de etiquetas, culminando na aquisição de uma impressora que permitirá a impressão de etiquetas diferenciadas Ativo/Localização que visam a otimização de tarefas de operação dos Ativos tão diversas como a consulta remota de características do Ativo, da Localização, a abertura e fecho de Ordens/Pedidos de Trabalho ou o carregamento de registos operacionais.

No âmbito da Avaliação de Desempenho foi dada continuidade ao processo desencadeado em 2019 no cumprimento do Plano Quinquenal de Avaliação de Aptidão Funcional de Infraestruturas. A implementação do plano permitiu recuperar parcialmente os atrasos registados no ano de 2020 decorrentes da situação pandémica, culminando na visita a um total de 30 infraestruturas.

Na vertente de Controlo de Risco, foi desenvolvida a Matriz de Avaliação de Ativos a qual se baseia num conjunto de indicadores que abrangem as vertentes de desempenho, risco e custo, diferenciados por família de infraestruturas, que visam a avaliação individual da infraestrutura face aos objetivos estratégicos definidos pela Administração.

Este documento, que será parte integrante do Sistema de Gestão de Ativos, abrangerá todas as infraestruturas e consubstanciará um complemento à tomada de decisão, tanto na área de priorização de investimentos como na definição de estratégias de exploração das infraestruturas, quer no âmbito da sua operação como da sua manutenção.

À semelhança do ano de 2020, também as atividades planeadas para o ano de 2021 foram fortemente condicionadas pelo cenário pandémico e pelo grau de imprevisibilidade que lhe esteve associado, comprometendo o planeamento das demais atividades associadas à implementação do Sistema de Gestão de Ativos.

Com efeito, os atrasos registados na contratação da consultoria especializada para a implementação do sistema ao abrigo da Norma ISO 55001 atrasaram a implementação de uma parte relevante do sistema não obstante dos progressos registados nas atividades até aqui descritas que constituem uma parte dos processos que também o integram.

Por último, importará assinalar a participação ativa da SIMARSUL em projetos estratégicos do Grupo AdP, destacando-se a participação em grupo de trabalho na área da Gestão de Ativos, cuja missão atribuída é assegurar uma revisão integral dos normativos e orientações vigentes, e no qual:

- a Estrutura de Localização adotada na SIMARSUL foi promovida como "projeto piloto" constituindo uma base de referência para a revisão do manual vigente;
- a SIMARSUL tem contribuído ativamente para a revisão da classificação dos Ativos, sobre os quais será baseado o processamento de informação da vida útil do ativo, no sentido de potenciar e otimizar os outputs de informação que conduzirão à melhoria da informação de base para a tomada de decisão.

A função de **Recursos Humanos (RH)** centrou-se no planeamento associado ao correto processamento de vencimentos e no cumprimento das regras constantes do Acordo Coletivo Trabalho (ACT) que entrou em vigor dia um de janeiro de 2019.

Face atual à situação pandémica a maioria da formação realizada em 2021 foi assegurada de forma *online.*

A medicina do trabalho foi efetuada no estrito cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à empresa.

Neste período de pandemia, os Recursos Humanos procuraram prestar apoio aos trabalhadores/as no terreno, bem como fazer o acolhimento e apoio à integração de novos trabalhaores na empresa, através de um adequado fluxo de comunicação oral e escrita.

Complementarmente, os Recursos Humanos asseguraram o cumprimento das obrigações legais decorrentes do pagamento dos salários dos órgãos estatutários e dos trabalhadores da empresa, designadamente os relativos à Segurança Social, Caixa Geral de Aposentações, ADSE, IRS, quotizações sindicais, fundo de compensação do trabalho e penhoras sobre os vencimentos. Foram aplicadas, também, medidas remuneratórias enquadradas na COVID-19, em articulação com as recomendações da AdP – Águas de Portugal.

Ademais, prosseguiu o cumprimento pontual e integral dos deveres de informação da empresa para com a Direção-Geral da Administração e do Emprego Público e com o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério do Trabalho e da Segurança Social.

Desta atividade, importa destacar:

- A realização do processo de avaliação de desempenho, correspondente ao trabalho realizado no ano anterior, com a consequente progressão salarial dos trabalhadores abrangidos, nos termos e critérios definidos no ACT;
- A medicina do trabalho assegurou a vacinação anti gripe, permitindo vacinar 28 trabalhadores, no dia 24 de novembro de 2021;
- Face à saída para a AdP de uma técnica superior da Direção de Operação, Responsável de Centro Operacional, foi necessário preencher o seu lugar tendo sido realizada uma transferência interna de um técnico superior, da Direção de Infraestruturas, tendo sido este substituído por uma nova contratação de uma técnica superior;
- Com a seleção da técnica superior, Responsável do Laboratório, no recrutamento interno realizado pela AdPI, por um período de 12 meses, houve necessidade de nomear uma nova Responsável e proceder à sua substituição. Tendo sido nomeada uma técnica superior do Laboratório para Responsável e a contratação de uma técnica superior a termo incerto;
- A contratação de cinco técnicos operativos para três substituições de trabalhadores que saíram do Grupo por iniciativa própria, um trabalhador que foi transferido para outra empresa do Grupo e uma substituição de trabalhador por ausência prolongada;
- A contratação de um técnico superior, como Responsável de Área do Planeamento e Controlo de Gestão, para substituir o técnico superior nessa função que regressou à AdP;
- Com a saída de um técnico da MAN interna ocorreu uma mobilidade interna de um técnico operativo, da Direção de Operação para técnico da MAN interna, da Direção de Infraestruturas. Com esta mobilidade houve a passagem a efetivo de um técnico operativo;
- Considerando o fim de cedência, a 17 de dezembro de 2021, do técnico superior, Responsável de Área da Sustentabilidade e Responsabilidade Social, procedeu-se à sua substituição tendo sido selecionada a técnica superior, da mesma área, para o referido lugar e que acumulou funções de técnica superior de segurança;
- Não foi concretizado em 2021 o recrutamento do técnico superior, para Área da Sustentabilidade e Responsabilidade Social, pelo facto da empresa se encontrar na fase final do ano;
- O Recrutamento, em 2021, de dois técnicos para Área da Manutenção Interna, na Direção de Infraestruturas, ficou deserto.

Relativamente aos efeitos decorrentes da COVID-19, nos Recursos Humanos, os aspetos a realçar constam do capítulo próprio, seguinte, dedicado em exclusivo aos efeitos da pandemia na atividade da empresa.

A área dos **Sistemas e Tecnologia de Informação (STI)** viu a sua atividade substancialmente afetada pela ausência do seu técnico, pelo que se revelou absolutamente indispensável assegurar uma prestação de serviços para assegurar as atividades do STI.

Assim, e durante o ano de 2021, o STI realizou as normais tarefas relativas ao Helpdesk de equipamentos e comunicações da SIMARSUL em todas as suas localizações operacionais. Este foi também o ano no qual o sistema

de gestão documental EDOC entrou em funcionamento sendo que o STI prestou apoio na configuração dos terminais, nos testes realizados em ambiente de qualidade e na entrada em produção.

Sendo um tema absolutamente crítico para a empresa, o STI concentrou também os esforços na área da Cyber Segurança, nomeadamente através do estabelecimento de mecanismos de monitorização de rede, bem como dos seus servidores em estreita articulação com os STI do Grupo AdP

Para 2022 prevê-se um reforço do investimento na componente da Cyber Segurança e da proteção de dados, nomeadamente no que respeita ao controlo e bloqueio de ameaças externas.

Complementarmente, também no próximo ano o STI acompanhará a continuação da renovação do parque informático e de telecomunicações da SIMARSUL.

IMPACTO DA PANDEMIA COVID-19

Enquadramento

Pese embora o continuado impacto em 2021 da pandemia devida ao vírus SARS-CoV-2 na atividade, gestão de equipas e recursos, planeamento e execução de objetivos e de projetos na SIMARSUL, foi possível, com a ativação do plano de contingência e os procedimentos de segurança, assegurar, com o desempenho e o esforço dos trabalhadores, a continuidade e a ininterruptibilidade do serviço de saneamento, essencial à saúde pública e ao ambiente da região.

A pandemia continuou a ter um impacto importante nas atividades da SIMARSUL, obrigando a empresa a aplicar parte importante dos seus recursos ao seu combate, assim como à prevenção de contágios, tanto de origem externa como de surtos internos.

A empresa e os seus trabalhadores/as mantiveram-se na linha da frente e evitaram a propagação do vírus, prosseguindo com os investimentos para reabilitação de infraestruturas e as atividades necessárias à exploração e à gestão do sistema multimunicipal, garantindo, em segurança, a qualidade do tratamento das águas residuais.

Contudo, em virtude da situação pandémica e do seu grau de imprevisibilidade associado, decorreram diversos condicionalismos que comportaram consequências inevitáveis ao nível do planeamento e colocação em prática de um conjunto de atividades da empresa.

Com efeito, constatou-se que para um conjunto de iniciativas não estiveram reunidas as condições para a sua implementação, enquanto que, para outras, o ritmo e a eficácia da respetiva implementação teve de ser adaptada ou reprogramada face ao preconizado inicialmente, comprometendo deste modo alguns objetivos setoriais.

Assim, relevam-se como principais impactos decorrentes do cenário pandémico na SIMARSUL:

- Situações de baixas médicas e/ou isolamento profilático decorrentes da pandemia SARS-CoV-2;
- Decréscimo das horas de formação previstas;
- Assegurado aos trabalhadores/as, no Estado de Emergência seguido do Estado de Calamidade, de 15 de janeiro a 30 de abril de 2021, a remuneração líquida mensalmente auferida, nas ausências motivadas por assistência a filhos menores, no fecho das escolas, devido a doença por isolamento profilático, ao abrigo da medida extraordinária da segurança social, e assim comparticipada por esta;
- Atribuição de duas horas adicionais ao período normal de trabalho, a título de trabalho suplementar aos trabalhadores/as que desempenharam funções no terreno (técnicos operativos, às técnicas do Laboratório interno (LAB) e aos técnicos da Direção de Infraestruturas (DINF) e na Manutenção (MAN) Interna). Estas aplicaram-se desde o Estado de Emergência seguido do Estado de Calamidade, de 15 de janeiro a 19 de abril de 2021, por se considerar necessário as medidas previstas no Plano de Contingência exposto pela Área de Sustentabilidade e Responsabilidade Social;

- Realização de 6762 horas de trabalho suplementar resultante das duas horas adicionais atribuídas no âmbito COVID, tendo tido um custo de 43.294,32€, abrangendo 54 técnicos operativos da Direção de Operação (DOP), 3 técnicas do LAB da DOP e 9 técnicos da DINF MAN Interna, perfazendo um total de 67 trabalhadores;
- Durante o regime de rotatividade semanal entre teletrabalho e trabalho presencial, com equipas em espelho, numa perspetiva de minimizar o número de contágios por COVID -19, foram realizadas várias campanhas semanais de testagem de rastreio para reforço de outras medidas já instituídas e para cumprimento das orientações nacionais;
- No decorrer das orientações nacionais, e pela escassez de vagas para realização de testes antigénio, a SIMARSUL acordou com algumas farmácias a garantia da realização dos testes a todos os trabalhadores semanalmente;
- Continuidade da prestação de serviço, em modo remoto, por parte de todos os trabalhadores das áreas de suporte e reorganização das equipas e horários de trabalho dos trabalhadores no terreno para assegurar a redução do contato social e garantir o funcionamento em pleno da empresa;
- Constrangimentos diversos na entrega de bens e serviços externos contratualizados;
- Suspensão dos prazos processuais, nas constantes alterações legislativas resultantes das restrições decorrentes das múltiplas declarações do Estado de Emergência, bem como nos regimes excecionais de contratação pública e a demais legislação com implicações no quotidiano das pessoas e das empresas;
- Afetação do planeamento e do desenvolvimento das atividades associadas à implementação do Sistema de Gestão de Ativos e consequente objetivo da certificação, ainda que parcial, do sistema ao abrigo da Norma ISO 55001;
- Suspensão da certificação do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho da SIMARSUL de acordo com os requisitos das normas NP EN ISO9001, NP EN ISO14001 e NP EN ISO 45001, estando prevista a sua retoma em 2022, com a realização das auditorias de concessão pela entidade certificadora Associação Portuguesa de Certificação (APCER);
- Suspensão temporária dos trabalhos em curso com parceiros da região para a implementação de um novo projeto na área da manutenção dos espaços verdes no âmbito da inclusão social e do envolvimento da população para as questões ambientais e sociais;
- Incapacidade de ser assegurado o habitual calendário escolar de visitas às infraestruturas, e a totalidade da programação de ações de educação ambiental, assim como a habitual participação e colaboração institucional da empresa em projetos e parcerias com diversas partes interessadas, por se encontrarem também estas suspensas pelas entidades.

Ações implementadas

Um dos principais acontecimentos em 2021 na empresa, comum ao país e ao mundo, decorrente da situação pandémica, foram as medidas de contingência, segurança e ações implementadas para mitigar o risco de propagação da doença COVID-19, em estreita articulação com as autoridades competentes e as orientações da Direção Geral da Saúde (DGS) e em cumprimento com a demais legislação aplicável nas diversas fases da pandemia.

Para a defesa da saúde pública e a proteção dos trabalhadores/as, enquanto existir risco de contaminação nos locais de trabalho, assim como para a retoma sustentável das atividades, destacam-se as seguintes ações implementadas na SIMARSUL como segue.

- Implementação de um conjunto de procedimentos, iniciativas e práticas de formação/sensibilização dos trabalhadores/as e de proteção individual e de trabalho, decorrentes do Plano de Contingência da SIMARSUL, tais como:

    i. Distribuição de máscaras com elevado grau de proteção e de álcool gel a todos os trabalhadores/as;

ii. Utilização de um canal de comunicação interno, na forma de endereço de correio eletrónico dedicado, para divulgação de informação necessária;
iii. Implementação de trabalho em espelho;
iv. Estabilização de equipas de trabalho, assim como a criação de horários desfasados e a separação de equipas de forma a evitar o seu cruzamento e o aparecimento de surtos internos;
v. Distribuição de um Kit, no período de desconfinamento, a todos os trabalhadores/as, com bolsa porta-máscaras, álcool-gel, saco e lancheira térmica.

- Produção de conteúdos e desenvolvimento de ações de comunicação interna e externa, nomeadamente a implementação de campanhas de sensibilização e suportes de informação e materiais para prevenção do contágio, nas diversas fases da pandemia, assim como para o plano de regresso à "nova normalidade". Destacam-se as campanhas "Pela saúde pública e pelo ambiente, não paramos", "Seja um agente da saúde pública, respeite as regras", Stop COVID-19", "Cuidar de si, é cuidar de todos";
- Resposta a novas necessidades decorrentes das diversas fases do estado de pandemia no decorrer das atividades transversais de comunicação e educação ambiental para o público interno e externo;
- Desenvolvimento da candidatura apresentada no âmbito do Instrumento de Recuperação e Resiliência (IRR), promovido pela Comissão Europeia para restaurar o crescimento das economias dos Estados-Membros na sequência da crise provocada pela pandemia COVID-19 e relativos às medidas "Digitalização dos Serviços Ambientais", "Economia Circular" e "Neutralidade Energética", que irão contribuir para o reforço do desenvolvimento sustentável do Sistema Multimunicipal;
- Prestação de apoio por parte dos Recursos Humanos aos trabalhadores com desempenho no terreno e respetivo acompanhamento de todas as situações de COVID-19, desde ao trabalhador/a testar positivo, ao seu isolamento profilático e assistência a filhos menores, com o devido reporte às entidades competentes, para garantir a devida remuneração;
- Aplicação de medidas remuneratórias face ao COVID-19 sob as orientações da AdP – Águas de Portugal;
- Disponibilização de acessos VPN´s em todos os computadores portáteis dos trabalhadores/as cujas funções permitiam a sua execução em regime de teletrabalho;
- Elaboração de um Plano de Regresso à "Nova Normalidade" no âmbito do período de desconfinamento com o principal objetivo de estabelecer linhas de orientação para a elaboração de planos de regresso à atividade normal bem como o regresso dos trabalhadores/as, que têm desempenhado as suas funções durante os estados de emergência em trabalho remoto, às instalações físicas.

Por fim, a empresa tem prosseguido com a preparação da resposta organizacional para minimizar o impacto do regresso no restabelecimento da atividade normal e continuar a assegurar o desempenho das atividades vitais e essenciais da SIMARSUL, progredindo para o assegurar de "todas" as atividades e funções, assim como proteger os trabalhadores/as, fornecedores, clientes e visitantes, enquanto existir risco de contaminação nos locais de trabalho.

Gestão do Capital Humano

A SIMARSUL partilha as políticas do Grupo AdP na gestão de recursos humanos, alinhadas com os seus objetivos estratégicos e em cumprimento das orientações da tutela e da moldura legal vigente aplicável ao SEE.

Os princípios orientadores da gestão dos recursos humanos da SIMARSUL são:

- Igualdade de tratamento e de oportunidades entre Mulheres e Homens;
- Rejeição de qualquer tipo de discriminação;
- Promoção e valorização profissional;
- Respeito pela vida pessoal e familiar;
- Cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética e de Conduta;
- Cumprimento da lei e da regulamentação interna da empresa em vigor.

CARACTERIZAÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O universo de 100 trabalhadores, a 31 de dezembro de 2021, caracteriza-se da seguinte forma, excluindo os Órgãos Sociais:

Dos 100 trabalhadores, 75 são do sexo masculino (75%) e 25 do sexo feminino (25%)

	2021	2020	2019
Homens	75	74	74
Com funções de chefia (*)	*9*	*9*	*9*
Sem funções de chefia	*66*	*65*	*65*
Mulheres	25	25	25
Com funções de chefia (*)	*11*	*11*	*11*
Sem funções de chefia	*14*	*14*	*14*
	100	**99**	**99**

(*) Cargos de Direção, Coordenação e Responsáveis de Área / Centro Operacional

A destacar que, do total dos 20 trabalhadores com funções de chefia, 11 (44%) são do sexo feminino e 9 (12%) do sexo masculino.

Não obstante os números anteriores temos uma trabalhadora com contrato a termo incerto que se encontra a substituir um trabalhador contabilizado no total do número de trabalhadores e que se encontra cedido temporariamente para um projeto internacional da AdP.

	2021	2020	2019
Efetivos	97	99	99
A termo	2	-	-
A termo incerto	1	2	1
	100	**101**	**100**

A idade média dos trabalhadores da SIMARSUL é de 45 anos, com 40% do total de trabalhadores, ou seja, 40 pessoas, situadas no escalão etário entre os 45 e os 54 anos e 31%, ou seja, 31, situadas no escalão etário entre os 35 e os 44 anos.

	2021	2020	2019
Idade média	45	45	43
Trabalhadores por estrutura etária			
idade < 25	-	1	2
idade entre 25 e 34	16	13	15
idade entre 35 e 44	31	34	34
idade entre 45 e 54	40	38	38
idade > 55	13	13	10
	100	**99**	**99**

A antiguidade média na SIMARSUL é de 12 anos, situando-se 74% do total de trabalhadores (74) na faixa entre os 11 e os 20 anos de antiguidade e 20% (20) com menos de 2 anos de antiguidade.

	2021	2020	2019
Antiguidade média	12	11	11
Trabalhadores por antiguidade			
antiguidade < 2	20	15	14
antiguidade entre 2 e 5	1	3	2
antiguidade entre 6 e 10	3	8	10
antiguidade entre 11 e 20	74	73	73
antiguidade > 20	2	-	-
	100	**99**	**99**

No que diz respeito ao nível profissional dos trabalhadores, 49% destes (49) são quadros não qualificados.

	2021	2020	2019
Trabalhadores por nível profissional			
Quadros superiores	30	30	30
Quadros médios	21	17	17
Não qualificados	49	52	52
	100	**99**	**99**

Cerca de 31% dos trabalhadores (31) detém qualificações ao nível do ensino superior e 40% (40) detém qualificações ao nível do ensino secundário.

	2021	2020	2019
Trabalhadores por nível habilitações			
Ensino Básico	29	29	29
Ensino Secundário	40	39	39
Ensino Superior	31	31	31
	100	**99**	**99**

No ano de 2021 foram realizadas 24 ações de formação que deram origem a 1336 horas de formação, número superior ao de 2020.

Formação	2021	2020	2019
N.º de horas de formação	1 336	780	1 233
N.º de Formandos	149	9	78
N.º de Participantes	149	9	78

A Taxa de Absentismo em 2021 foi de cerca de 6,99%, correspondente a 13.014 horas de ausência, de um total de 186.225 horas potenciais de trabalho.

Absentismo	2021	2020	2019
Taxa de Absentismo	6,99%	5,55%	8,88%
Horas de Absentismo	13 014	10 387	15 824

Ao longo do ano de 2021 ocorreram 5 acidentes de trabalho (igual a 2020), dos quais 2 deram origem a situações de baixa por acidente de trabalho. (menos 3 face a 2020).

Acidentes de Trabalho	2021	2020	2019
Total de Acidentes de Trabalho	5	5	14
Acidentes de Trabalho com Baixa	2	5	10

Financeira

A SIMARSUL aplicou o disposto na IFRIC 12 no que concerne ao rédito e gastos da construção.

Esta norma define que os Contratos de Concessão preveem que as empresas concessionárias prestam serviços de construção e operação de infraestruturas. Assim, deverá ser reconhecido o rendimento associado a cada uma das naturezas dos serviços, pelo que a SIMARSUL passará a reconhecer o rédito e gastos relacionados com a construção e modernização das suas infraestruturas, pois os serviços de operação das mesmas já eram reconhecidos.

Desta forma, o rédito reconhecido concorrerá para o volume de negócios da empresa (numa rubrica de "Rendimentos de Construção de Ativos Concessionados"), sendo que os gastos totais associados, de idêntico montante, e portanto com impacto nulo no resultado líquido do exercício, serão registados da seguinte forma: as aquisições ao exterior numa conta específca de gastos em CMVMC (Gastos de Construção de Ativos Concessionados), e os gastos incorridos internamente considerados nas respetivas contas, consoante a natureza dos mesmos (CMVMC, FSE e Gastos Financeiros).

PRINCIPAIS INDICADORES

		2021	2020	2019
Prestação de Serviços	milhões EUR	18,41	17,35	15,14
Volume de Efluente Faturado	milhões m^3	31,93	30,47	27,34
Tarifa Média Saneamento	EUR	0,58	0,57	0,55
Desvio Recuperação de Gastos (anual)	milhões EUR	-0,16	0,22	1,52
Rend. Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	2,13	0,90	0,50
Resultado Líquido do Exercício	milhões EUR	0,94	1,04	1,25
EBITDA (ajustado) [(1)]	milhões EUR	8,51	7,58	6,48

[(1)] O EBITDA ajustado resulta do EBITDA expurgado dos subsídios ao investimento e das provisões e ajustamentos.

Endividamento	milhões EUR	71,66	75,91	79,63
Net Debt - Endividamento Líquido	milhões EUR	62,82	65,78	68,15
Net Debt to EBITDA *(ajustado)*	n.º	7,38	8,67	10,52
Ativo Total	milhões EUR	232,95	236,61	240,09
Capital Próprio	milhões EUR	67,85	66,90	65,87
Passivo Total	milhões EUR	165,15	169,71	174,22

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido de 2021 ascendeu a 0,94 milhões de euros, que corresponde à remuneração garantida ao capital acionista investido, pelo que já incorpora o valor do desvio de recuperação de gastos do exercício.

		2021	2020	2019
Rendimentos Totais	milhões EUR	22,58	20,71	19,55
Gastos Totais	milhões EUR	21,19	19,47	17,93
Imposto	milhões EUR	- 0,45	- 0,21	- 0,37
Resultado Líquido	**milhões EUR**	**0,94**	**1,04**	**1,25**

Recorda-se que, nos termos da concessão, os acionistas têm direito a uma remuneração garantida do capital investido previsto na legislação e nos termos defnidos no Contrato de Concessão, onde se estabelecem os critérios para a fixação das tarifas ou valores garantidos em termos anuais, assegurando a integral recuperação dos gastos de investimento, operacionais, financeiros, impostos e também a adequada remuneração dos capitais próprios das concessionárias.

Assim, anualmente, é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção a fazer ao rendimento das atividades reguladas, para que estes sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

Em 2021 o valor do desvio de recuperação de gastos apurado foi de 0,16 milhões de euros de natureza superavitária, sendo que o resultado gerado pelas operações (antes do efeito do desvio de recuperação de gastos) apresenta um valor total de 1,07 milhões de euros.

RENDIMENTOS TOTAIS

Os rendimentos totais ascenderam em 2021 a 22,58 milhões de euros.

		2021	2020	2019
Volume de Negócios	milhões EUR	20,38	18,48	17,16
Subsídios ao Investimento	milhões EUR	1,86	1,88	1,58
Reversão de Provisões e Ajustamentos	milhões EUR	-	-	0,002
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	milhões EUR	0,14	0,09	0,15
Juros e Rendimentos Similares	milhões EUR	0,19	0,27	0,65
Rendimentos Totais	**milhões EUR**	**22,58**	**20,71**	**19,55**

VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios ascendeu a 20,38 milhões de euros em 2021.

			2021	2020	2019
Prestações de Serviços	milhões EUR		18,41	17,35	15,14
Rend. Construção Ativos Concessionados	milhões EUR		2,13	0,90	0,50
Desvio de Recuperação de Gastos	milhões EUR	-	0,16	0,22	1,52
Volume de Negócios	milhões EUR		**20,38**	**18,48**	**17,16**

O volume de negócios contempla, para além do valor relativo à prestação de serviços, as seguintes rubricas:

- Rendimentos da Construção dos Ativos Concessionados, que ascendem a 2,13 milhões de euros;
- Desvio de Recuperação de Gastos, o qual totalizou 0,16 milhões de euros de natureza superavitária.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECOLHA E TRATAMENTO DE EFLUENTES

		2021	2020	2019
Prestação Serviços Recolha Efluentes	milhões EUR	18,41	17,35	15,14
Volume Efluente Faturado	milhões m^3	31,93	30,47	27,34

Os rendimentos referentes à atividade de recolha, tratamento e rejeição de efluentes totalizaram 18,41 milhões de euros, em resultado dos 31,93 milhões de m^3 faturados aos clientes.

RENDIMENTOS DE CONSTRUÇÃO DE ATIVOS CONCESSIONADOS

A SIMARSUL aplicou o disposto na IFRIC 12 no que concerne ao rédito e gastos da construção, o qual não era reconhecido pelas empresas agregadas. Começou assim a reconhecer o rédito e os gastos relacionados com a construção e modernização das suas infraestruturas, não havendo contudo qualquer impacto no resultado líquido do exercício.

Para o ano de 2021 o valor apurado foi de 2,13 milhões de euros, correspondente ao aumento do DUI – Direito de Utilização de Infraestruturas.

DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Conforme já foi referido, os acionistas da SIMARSUL têm direito a uma remuneração garantida do capital investido.

Em termos de rendimentos do exercício, e a concorrer para o volume de negócios, foi reconhecido um desvio de recuperação de gastos de 0,16 milhões de euros de natureza superavitária em termos brutos.

GASTOS TOTAIS

		2021	2020	2019
CMVMC	milhões EUR	0,30	0,29	0,24
Gastos Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	2,13	0,90	0,50
Fornecimentos e Serviços Externos [1]	milhões EUR	6,27	5,91	5,12
Gastos com Pessoal	milhões EUR	3,32	3,45	3,26
Depreciações	milhões EUR	6,36	6,04	5,39
Perdas por Imparidade	milhões EUR	-	-	0,002
Provisões	milhões EUR	-	-	- 0,03
Outros Gastos Operacionais	milhões EUR	0,15	0,20	0,18
Juros e Gastos Similares	milhões EUR	2,66	2,67	3,26
Gastos Totais	**milhões EUR**	**21,19**	**19,47**	**17,93**
Imparidades	milhões EUR	-	-	0,002
Gastos Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	2,13	0,90	0,50
Gastos Totais Ajustados	**milhões EUR**	**19,05**	**18,56**	**17,43**

[1] O valor dos FSE em 2019 e 2020 reflete a aplicação da IFRS 16.

Os gastos totais ascenderam a 21,19 milhões de euros, os quais incluem 2,13 milhões de euros relativos a gastos de Construção de Ativos Concessionados.

Expurgando o efeito dos gastos de construção dos ativos concessionados, o total de gastos do exercício reduz cerca de 2,13 milhões de euros, ascendendo os gastos totais ajustados a cerca de 19,05 milhões de euros.

Nos quadros seguintes apresenta-se o detalhe de cada uma das rubricas que integram os gastos totais, para as quais será efetuada uma análise individual mais detalhada:

CMVMC

		2021	2020	2019
Reagentes	milhões EUR	0,30	0,29	0,24
CMVMC	**milhões EUR**	**0,30**	**0,29**	**0,24**

GASTOS CONSTRUÇÃO DOS ATIVOS CONCESSIONADOS

Nos termos da IFRIC 12, os aumentos do DUI correspondentes às aquisições de bens e serviços, ascenderam em 2021 a 2,13 milhões de euros.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

		2021	2020	2019
Energia	milhões EUR	1,94	2,15	2,18
Manutenção	milhões EUR	2,04	1,57	0,71
Trabalhos Especializados	milhões EUR	1,54	1,50	1,53
Outros FSE	milhões EUR	0,75	0,69	0,70
Fornecimentos e Serviços Externos [(1)]	**milhões EUR**	**6,27**	**5,91**	**5,12**

[(1)] O valor dos FSE em 2019 e 2020 reflete a aplicação da IFRS 16.

Os Gastos com Fornecimentos e Serviços Externos (FSE) ascenderam a 6,27 milhões de euros, representando os gastos com manutenção, no valor de 2,04 milhões de euros, a rubrica com maior peso em termos de FSE, sendo que as rubricas de energia e trabalhos especializados, com 1,94 milhões de euros e 1,54 milhões de euros, respetivamente, concorrem para que estas três contas representem cerca de 88% do total dos fornecimentos e serviços externos.

GASTOS COM ÓRGÃOS SOCIAIS E PESSOAL AFETO À CONCESSÃO

		2021	2020	2019
Gastos com os Órgãos Sociais	milhões EUR	0,30	0,37	0,37
Gastos com o Pessoal afeto à Concessão	milhões EUR	3,02	3,08	2,89
Gastos com o Pessoal	**milhões EUR**	**3,32**	**3,45**	**3,26**

Os Gastos com Órgãos Sociais e o Pessoal afeto à Concessão ascendem a 3,32 milhões de euros.

DEPRECIAÇÕES

A empresa adota o método da depleção (caudais) para o cálculo das amortizações do exercício, ou seja, reconhece as amortizações do investimento realizado e a quota-parte anual do investimento a realizar ao abrigo do contrato de concessão e das regras regulatórias, de acordo com o volume de caudais previsto para o prazo da concessão e os caudais reais do exercício.

PERDAS POR IMPARIDADE

Não foram registadas perdas por imparidade em 2021.

MARGEM OPERACIONAL

		2021	2020	2019
Volume de Negócios	milhões EUR	18,41	17,35	15,14
Outros Rendimentos Operacionais	milhões EUR	1,97	1,13	2,02
Rendimentos Operacionais	**milhões EUR**	**20,38**	**18,48**	**17,16**
Custo da Vendas	milhões EUR	0,30	0,29	0,24
Gastos Construção Ativos Concessionados	milhões EUR	2,13	0,90	0,50
Fornecimentos e Serviços Externos	milhões EUR	6,27	5,91	5,12
Gastos com o Pessoal	milhões EUR	3,32	3,45	3,26
Perdas de Imparidade	milhões EUR	-	-	- 0,002
Provisões	milhões EUR	-	-	- 0,03
Outros Gastos Operacionais	milhões EUR	0,15	0,20	0,18
Gastos Operacionais	**milhões EUR**	**12,17**	**10,76**	**9,28**
Depreciações e Imparidades de Ativos	milhões EUR	6,36	6,04	5,39
Cash Flow Operacional	**milhões EUR**	**14,57**	**13,76**	**13,27**
Desvio de Recuperação de Gastos	milhões EUR	- 0,16	0,22	1,52
IFRIC12 (Gastos Financeiros)	milhões EUR	-	-	-
Imparidades	milhões EUR	-	-	0,002
CF Operacional Ajustado	**milhões EUR**	**14,73**	**13,54**	**11,75**

O EBITDA totalizou 10,22 milhões de euros. Contudo, e atendendo a que os efeitos dos desvios de recuperação de gastos, rédito e gastos de construção de ativos concessionados e subsídios ao investimento concorrem para o apuramento desse indicador, não estando diretamente relacionados com a atividade operacional da Empresa, procedeu-se aos necessários ajustamentos, verifcando-se assim um EBITDA de 8,51 milhões de euros.

		2021	2020	2019
Resultado Operacional	milhões EUR	3,86	3,65	4,22
Depreciações	milhões EUR	6,36	6,04	5,39
Perdas por Imparidade	milhões EUR	-	-	- 0,002
Provisões	milhões EUR	-	-	- 0,03
EBITDA	**milhões EUR**	**10,22**	**9,69**	**9,58**
Desvio de Recuperação de Gastos	milhões EUR	- 0,16	0,22	1,52
IFRIC12 (Rédito de Construção)	milhões EUR	2,13	0,90	0,50
IFRIC12 (Gasto de Construção)	milhões EUR	- 2,13	- 0,90	- 0,50
Subsídios ao Investimento	milhões EUR	1,86	1,88	1,58
Reversão de Provisões e Ajustamentos	milhões EUR	-	-	-
EBITDA Ajustado	**milhões EUR**	**8,51**	**7,58**	**6,48**

A margem do EBITDA ajustado é de 46,23%.

		2021	2020	2019
EBITDA Ajustado	milhões EUR	8,51	7,58	6,48
Volume de Negócios Ajustado	milhões EUR	18,41	17,35	15,14
Margem EBITDA Ajustada	**%**	**46,23%**	**43,72%**	**42,80%**

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios
Volume de negócios ajustado – exclui efeito DRG e Rédito da construção

RESULTADOS FINANCEIROS

		2021	2020	2019
Rendimentos Financeiros	milhões EUR	0,19	0,27	0,65
Gastos Financeiros	milhões EUR	2,66	2,67	3,26
Resultado Financeiro	**milhões EUR**	**-2,47**	**-2,40**	**-2,60**

Com um endividamento líquido da empresa em cerca de 62,70 milhões de euros, regista-se um indicador Net Debt to EBITDA de 7,37. Este indicador apresenta valores elevados, reflectindo a especificidade da SIMARSUL, que tem financiamentos significativos em virtude do forte período de investimentos a que teve de fazer face a antiga concessionária extinta.

Contudo a SIMARSUL apresenta uma redução progessiva deste indicador viabilizada pelos meios libertos crescentes da empresa.

		2021	2020	2019
Net Debt - Endividamento Líquido	milhões EUR	62,82	65,78	68,15
Net Debt to EBITDA *(ajustado)*	n.º	7,38	8,67	10,52

POSIÇÃO FINANCEIRA

		2021	2020	2019
Ativo Não Corrente	milhões EUR	217,88	219,98	223,50
Ativo Corrente	milhões EUR	15,12	16,63	16,59
Total do Ativo	**milhões EUR**	**232,99**	**236,61**	**240,09**
Capital Próprio	milhões EUR	67,85	66,90	65,87
Passivo Não Corrente	milhões EUR	156,23	162,18	167,30
Passivo Corrente	milhões EUR	8,92	7,53	6,92
Total do Passivo	**milhões EUR**	**165,15**	**169,71**	**174,22**
Total do Capital Próprio e Passivo	**milhões EUR**	**232,99**	**236,61**	**240,09**

O total do ativo era, no final de 2021, de 232,99 milhões de euros.

O passivo não corrente apresenta um valor de 156,23 milhões de euros.

ENDIVIDAMENTO

O endividamento em 2021, foi de 71,54 milhões de euros, resultante dos empréstimos que transitaram da cisão da Águas de Lisboa e Vale do Tejo, sendo composto na sua totalidade por empréstimos BEI contraidos pela extinta concessionária.

		2021	2020	2019
BEI	milhões EUR	71,66	75,91	79,63
Endividamento	**milhões EUR**	**71,66**	**75,91**	**79,63**

		2021	2020	2019
Endividamento	milhões EUR	71,66	75,91	79,63
Disponibilidades	milhões EUR	6,56	7,85	2,21
Aplicações Financeiras	milhões EUR	2,27	2,27	2,27
Suprimento AdP	milhões EUR	-	-	7,00
Endividamento Líquido	**milhões EUR**	**62,82**	**65,78**	**68,15**

DÍVIDAS DE CLIENTES

Durante o ano de 2021, registou-se um aumento no saldo da dívida de clientes. A dívida vencida é de cerca de 2,64 milhões de euros. No que respeita à dívida total, a mesma ascende a 6,96 milhões de euros.

Esta evolução deve-se ao aumento da prestação de serviços pelo impacto do aumento do efluente tratado, ao aumento da tarifa e a um acordo de pagamento celebrado a 16 de dezembro de 2021 com o municipio do Barreiro.

		2021	2020	2019
Dívida Vencida	milhões EUR	2,64	3,35	3,27
Dívida Não Vencida	milhões EUR	4,33	3,20	2,27
	milhões EUR	**6,96**	**6,55**	**5,54**

Os valores não incluem imparidades nem valores de cobrança duvidosa.

PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS

O prazo médio de recebimentos passou de 87 dias, em 2020, para 100 dias, em 2021.

Este aumento deve-se a atrasos pontuais verificados ao longo do ano e que já se encontram regularizados, na sua maioria, à data do presente relatório. Destaca-se o efeito da aprovação do acordo de pagamento com a CM do Barreiro no mês de Dezembro de 2021.

IMPACTO FINANCEIRO DA PANDEMIA COVID-19

Devido ao atual contexto de pandemia de COVID-19, verificou-se um acréscimo de gastos em FSE decorrentes da aquisição de bens e serviços relacionados com a segurança no trabalho, no sentido de adequar as condições de trabalho à atual situação, bem como um acréscimo de gastos com pessoal decorrente da realização de horas extraordinárias e com a aquisição de bens para a proteção individual dos trabalhadores.

Unidade: euros

Gastos incorridos em 2021, decorrentes do COVID-19	
Fornecimentos e serviços externos (FSE)	40 885,03
Gastos com Pessoal	48 172,73
Outros Gastos	-
Total de gastos COVID-19	**89 057,76**

Eventos Posteriores ao Fecho

A Administração da SIMARSUL não tem conhecimento, em 28 de fevereiro de 2021, data da aprovação destas contas, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

Cumprimento das Orientações Legais

#1 Objetivos de gestão (artigo 38.º do RJSPE) e Plano de Atividades e Orçamento

Objetivos de Gestão

Na Assembleia-Geral de 25 de junho de 2021, foram fixados pelos acionistas um conjunto de Orientações Gerais e Específicas e Objetivos de Gestão, para o mandato 2021-2023. A determinaçãodo grau de cumprimento dos objetivos de gestão e resultados definidos pelos acionistas na Assembleia-Geral da SIMARSUL, de 25 de junho de 2021, é da responsabilidade da Auditoria Interna e Controlo de Risco (também designada por AICR) da AdP SGPS que, tendo procedido ao respetivo exercício de avaliação dos referidos indicadores, chegou aos valores que apresentam o quadro seguinte:

	Modo de Avaliação			Resultado	Avaliação	Ponderação	Atingimento
	Superado	Atingido	Não Atingido				
1. Indicadores Financeiros							
1.1. Eficiência de gestão	Δ PRC < -10%	-10% ≤ Δ PRC < 10%	Δ PRC> 10%	-3,7%	Superado	13,3%	0,4
1.2. Dívida comercial de devedores municipais	DCDMA < 95%	95% ≤ DCDMA ≤ 105%	DCDMA > 105%	78,2%	Superado	13,3%	0,4
1.3. Limite ao endividamento	[Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)]-1*100 ≤ 1,5%	1,5% < [Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)]-1*100 ≤ 2%	[Stock Dívida (Ano N) / Stock Dívida (Ano N-1)]-1*100 > 2%	-5,7%	Superado	13,3%	0,4
1.4. Respeito Prazos de Pagamento	PMP ≤ 60 dias	PMP > 1 dia	PMP > 1 dia face ao ano anterior	-18	Superado	13,3%	0,4
1.4. Rentabilidade	Variação do RL face ao PAO < 95%	95% ≤ Variação do RL face ao PAO < 105%	Variação do RL face ao PAO > 105%	210,2%	Não Atingido	13,3%	0,1
2. Indicadores Ambientais e de Serviço							
2.1. Plano de Manutenção	3. Nº Ações executadas face ao previsto >= 90,00%	2. Nº Ações executadas face ao previsto 80% <= x < 90%	1. Nº Ações executadas face ao previsto < 80,00%	90,6%	Superado	13,3%	0,4
2.2. Qualidade das águas residuais	AQAR > 95%	95% ≤ AQAR < 90%	AQAR < 90%	97,6%	Superado	20,0%	0,6
							2,7

Com base no resultado obtido no exercício de avaliação, conclui-se que o desempenho dos gestores da SIMARSUL, no ano de 2021, superaram os objectivos traçados.

Plano de Atividades e Orçamento

O Plano de Atividades e Orçamento para 2021 (PAO 2021), foi aprovado pelo despacho n.º 45/2021 – SET do Secretário de Estado do Tesouro em 1 de fevereiro de 2021 e pelo despacho n.º 33/SEAMB/2021 da Secretária de Estado do Ambiente em 11 de março de 2021. Assim, e no que respeita ao cumprimento do PAO 2021 encontram-se indicadas no quadro do final do presente capítulo as respetivas execuções, face às previsões constantes do PAO.

Da análise dos resultados da execução do ano de 2021 verifica-se:

– Investimento – apesar do significativo número de adjudicações efetuadas em 2021, a realização dos investimentos foi muito condicionada pela pandemia, quer na sua execução quer durante a fase de tramitação processual, contudo foram recebidos 400 mil euros relativos a garantias bancárias de empreitadas.

Unidade: euros

Investimento / projeto	PAO 2021	Executado 2021	Desvio	Observações
Investimento em curso a 31.12.2020	201 665	30 448	- 171 218	
Investimento iniciado em 2021 constante das fichas de acompanhamento dos RET	3 437 131	735 867	- 2 701 264	(a)
Investimento iniciado em 2021, materialmente relevante (de acordo com a identificação constante do PAO) e que não conste das fichas de acompanhamento dos RET	-	-	-	Não foi considerado qualquer Investimento materialmente relevante em PAO2021
Restante investimento previsto	7 215 455	1 365 685	- 5 849 770	(b)
Investimento realizado não constante do PAO 2021	-	-	-	Não foi realizado investimento não previsto
TOTAL	**10 854 251**	**2 131 999**	**- 8 722 252**	

(a) - Em 2021, a taxa de execução ainda foi influenciada negativamente pela pandemia, contudo foi possível proceder à adjudicação da maior parte das empreitadas previstas nas fichas de acompanhamento do RET, no montante de cerca de 2,38 milhões de euros.

(b) - Em 2021, a SIMARSUL procedeu ao recebimento de 405 mil euros decorrentes da ativação de garantias bancárias relativas ao período de garantia de diversas empreitadas

– Endividamento – redução de 6,1% conforme o disposto no n.º 1 do artigo 56.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro;

No que respeita ao cumprimento do PAO para 2021, encontra-se indicado no quadro anterior a respetiva execução.

#2 Gestão do Risco financeiro

As atividades do Grupo AdP estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneio e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneio.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de concessão são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo AdP.

No que se refere à SIMARSUL, esta apresenta uma diminuição da taxa média anual de financiamento em 2021, decorrente da renegociação de uma das linhas contratadas, conforme é possível ver pelos valores apresentados no quadro seguinte:

Anos	2021	2020	2019
Encargos Financeiros (€)	2 661 128	2 669 413	3 256 812
Taxa Média de Financiamento (%)	**3,71%**	**4,02%**	**4,02%**

#3 Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º1 do artigo 65.º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (lei do Orçamento de Estado para 2021, apurado nos termos da fórmula disposta no n.º4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019)

Variação do Endividamento (execução)	2021	2020	Variação 21/20	
	Valores (€)		Valor (€)	%
Financiamento Remunerado (Corrente e Não Corrrente)	71 660 445	75 906 171	- 4 245 727	-4,21%
Capital Social / Capital Estatutário	25 000 000	25 000 000	-	
Novos investimentos no ano (com expressão material)	-			

A SIMARSUL e o Grupo AdP têm adotado uma posição conservadora, com especial atenção às características de longo prazo dos ativos, tendo vindo a privilegiar a obtenção de financiamentos de longo prazo, em detrimento dos de curto prazo, com particular ênfase no BEI.

A empresa tem vindo a apresentar uma redução do seu endividamento, de acordo com o plano de pagamento que se encontra contratualizado.

#4 Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a RCM nº 34/2008, de 22 fevereiro; com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("*arrears*"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

O cálculo do PMP foi efetuado conforme estipulado no Despacho n.º 9870/2009, de 13 de Abril, tendo-se verificado em 2021 uma diminuição do prazo médio de pagamento a fornecedores para 37 dias, consubstanciando-se numa redução de 14% face a 2020.

PMP	2021	2020	2019	Variação 21/20	
				Valor	%
Prazo (dias)	37	43	55	-6	-14%

Os atrasos nos pagamentos apresentam a seguinte distribuição, sendo que os valores vencidos a mais de 90 dias respeitam essencialmente a serviço e bens cuja respetiva prestação não se encontra ainda concluída e/ou prestada:

Dívidas Vencidas	Valor (€)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1.º DL 65-A/2011 (€)			
	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	174 582	-	-	-	-
Aq. de Capital	156 374	2 793	-	-	-
Total	**330 956**	**2 793**	**-**	**-**	**-**

Tendo em conta que o PMP da SIMARSUL é inferior a 60 dias, conforme estabelecido, não foram publicadas as dívidas existentes.

#5 Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2021 aquando da aprovação das contas do exercício de 2020.

Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

#6 Determinações sobre remunerações

Foram cumpridas todas as orientações sobre a política remuneratória, constantes da legislação em vigor aplicável ao Setor Empresarial do Estado.

As reduções remuneratórias aplicadas foram as indicadas no quadro constante no final do presente capítulo, sendo que se apresenta em seguida a restante informação aplicável, conforme disposto no apêndice 1 das instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021 – Ofício SAI_DGTF/2022/359 – DPSE, de 20 de janeiro de 2022.

Mesa da Assembleia Geral

A Mesa da Assembleia Geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, conforme previsto no artigo 15.º dos Estatutos da SIMARSUL. Compete ao presidente convocar as Assembleias Gerais, dirigi-las e praticar quaisquer atos previstos na lei, nos Estatutos ou em deliberação dos acionistas. O presidente é substituído, nas suas faltas e impedimentos, pelo vice-presidente.

Em 12 de março de 2021, foram eleitos os membros da Mesa da Assembleia Geral da sociedade, abaixo identificados para o mandato 2021-2023:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação	
			Forma [1]	Data
2021-2023	Presidente	Mara de Fátima Alegria Antunes Valença Mourinho	AG	12/03/2021
2021-2023	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	AG	12/03/2021
2021-2023	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	AG	12/03/2021

Legenda:

[1] Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / despacho (D)

De acordo com o definido na Comissão de Vencimentos de 28 de maio de 2018, os membros da Mesa da Assembleia Geral não recebem qualquer retribuição.

Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, compete à Assembleia Geral eleger de entre os membros do Conselho de Administração o respetivo presidente, que dispõe de voto de qualidade, e o presidente do Conselho de Administração pode designar um vice-presidente, o qual o substitui nas suas faltas e impedimentos.

Por deliberação da Assembleia Geral de 12 de março de 2021, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2021 - 2023, composto por cinco membros, dois não executivos e três executivos (e de entre os quais se encontra o presidente executivo do Conselho de Administração).

Em 2021 terminou o mandato do anterior Conselho de Administração, inciado em 2017 e terminado no dia 11 de Março de 2021, o qual se apresenta no quadro abaixo.

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		OPRLO[2]				
			Forma [1]	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)[3]	Identificação da data da autorização e forma	Indicação do número total de mandatos
2017-2019	Presidente Executivo	António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	AG	13/04/2017	Não	n.a.	D	n.a.	I
2017-2019	Vogal Executivo	Isidro Durão Heitor	AG	13/04/2017	Não	n.a.	D	n.a.	I
2017-2019	Vogal Executivo	João Afonso Almeida da Silva Luz	AG	13/04/2017	Não	n.a.	D	n.a.	I
2017-2019	Vogal Não Executivo	Arménio de Figueiredo	AG	13/04/2017	Não	n.a.	(4)	n.a.	I
2017-2019	Vogal Não Executivo	Paula Alexandra Ferrão Pereira	AG	13/04/2017	Não	n.a.	D	n.a.	I

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [5] / [9]

Legenda:

[1] Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

[2] Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem

[3] O/D – Origem / Destino

[4] O Gestor não aufere remuneração pelo cargo desempenhado o valor correspondente à remuneração de vogal não executivo é faturado pela AdP, SGPS,S.

Assim, por deliberação da Assembleia Geral de 12 de março de 2021, foi eleito o Conselho de Administração para o triénio 2021 - 2023, composto por cinco membros, dois não executivos e três executivos (e de entre os quais se encontra o presidente executivo do Conselho de Administração) e que é a seguinte.

Mandato			Designação		OPRLO[2]				
(Início - Fim)	Cargo	Nome	Forma [1]	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D)[3]	Identificação da data da autorização e forma	Indicação do número total de mandatos
2021-2023	Presidente Executivo	António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	AG	12/03/2021	Não	n.a.	D	n.a.	2
2021-2023	Vogal Executivo	João Afonso Almeida da Silva Luz	AG	12/03/2021	Não	n.a.	D	n.a.	2
2021-2023	Vogal Executivo	Filipa Alves	AG	12/03/2021	Sim	AdCL	O	n.a.	1
2021-2023	Vogal Não Executivo	Isidro Durão Heitor	AG	12/03/2021	Sim	AdP	O	n.a.	1
2021-2023	Vogal Não Executivo	Rute Isabel Cesário	AG	12/03/2021	Não	n.a.	D	n.a.	1

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [5] / [9]

Legenda:

[1] Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime p Escrito (DUE) / Despacho (D)

[2] Opção Pela Remuneração do Lugar de Origem

[3] O/D – Origem / Destino

Dois dos membros do Conselho de Administração da SIMARSUL não auferem remuneração pelo cargo desempenhado, sendo o valor correspondente à remuneração de vogal executivo e de vogal não executivo, respetivamente, integralmente suportados pela empresa Águas do Centro Litoral e pela AdP.

O Conselho de Administração decidiu, na sua reunião de 16 de março de 2021, constituir uma Comissão Executiva, composta pelos elementos executivos do Conselho de Administração e presidida pelo Presidente executivo do Conselho de Administração, e delegou nesta comissão a gestão corrente da sociedade, fixando os limites da mesma.

Apresenta-se seguidamente o quadro com os cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração em simultâneo com outras entidades, dentro e fora do grupo devidamente repartido pela vigência dos mandatos da administração.

Mandato até 11 de março de 2021:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime (Público/Privado)	Identificação da data da autorização e forma
Isidro Durão Heitor	Assembleia Municipal do Barreiro	Membro	Público	n.a.
Isidro Durão Heitor	AdP Valor – Baia do Tejo – Barreiro – ACE	Presidente do Conselho de Administração	Público	n.a.
Isidro Durão Heitor	AdP Valor – Baia do Tejo – Seixal – ACE	Presidente do Conselho de Administração	Público	n.a.
João Afonso Almeida da Silva Luz	Assembleia Municipal de Setúbal	Membro	Público	n.a.
Arménio de Figueiredo	EPAL, S.A.	Assessor do Conselho de Administração	Público	n.a.
	Universidade de Aveiro	Membro cooptado do Conselho do Departamento de Ambiente e Ordenamento do Território	Público	n.a.
	Ordem dos Engenheiros	Membro do Conselho de Admissão e Qualificação	Público	n.a.

Mandato a partir de 12 de março de 2021:

Membro do Órgão de Administração	Acumulação de Funções			
	Entidade	Função	Regime (Público/Privado)	Identificação da data da autorização e forma
João Afonso Almeida da Silva Luz	Assembleia Municipal de Setúbal	Membro	Público	n.a.
Filipa Alves	Vogal Executivo	AdCL	Público	n.a.
Isidro Durão Heitor	AdP Valor – Baia do Tejo – Barreiro – ACE	Presidente do Conselho de Administração	Público	n.a.
Isidro Durão Heitor	AdP Valor – Baia do Tejo – Seixal – ACE	Presidente do Conselho de Administração	Público	n.a.
Isidro Durão Heitor	Assembleia Municipal do Barreiro	Membro	Público	n.a.

Relativamente às remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração da SIMARSUL, incluindo remuneração fixa e variável, devidamente repartidas pela vigência dos mandatos da administração., foram as seguintes:

Mandato até 11 de março de 2021:

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	S	B	4 864,34	1 945,73
Isidro Durão Heitor	S	B	3 891,47	1 556,59
João Afonso Almeida da Silva Luz	S	B	3 891,47	1 556,59
Arménio de Figueiredo	S	B	972,87	-
Paula Alexandra Ferrão Pereira	S	B	972,87	-

Mandato a partir de 12 de março de 2021:

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de representação
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	S	B	4 864,34	1 945,74
João Afonso Almeida da Silva Luz	S	B	3 891,47	1 556,59
Filipa Alves	S	B	-	-
Isidro Durão Heitor	S	B	972,87	-
Rute Isabel Cesário	S	B	972,87	-

O total anual relativo a remunerações auferidas pelos membros do órgão de administração da SIMARSUL apresenta-se na tabela abaixo.

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	91 449,64	n.a.	91 449,64	4 669,70	86 779,94
João Afonso Almeida da Silva Luz	73 159,66	n.a.	73 159,66	3 735,80	69 423,86
Filipa Alves	-	n.a.	-	-	-
Isidro Durão Heitor	27 045,75	n.a.	27 045,75	1 914,67	25 131,08
Rute Isabel Cesário	13 620,18	n.a.	13 620,18	2 278,81	11 341,37
Arménio de Figueiredo	2 918,61	n.a.	2 918,61	347,45	2 571,16
Paula Alexandra Ferrão Pereira	2 918,61	n.a.	2 918,61	347,45	2 571,16
			211 112,45	**13 293,88**	**197 818,57**

Os benefícios sociais anuais na SIMARSUL dos membros do Conselho de Administração foram os seguintes:

Membro do Órgão de Administração	Valor do Subsídio de Refeição		Regime de Proteção Social	Benefícios Sociais (€)					
				Seguro de Vida	Seguro de Saúde	Outros			
Nome	Diário	Encargo anual da entidade		Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Encargo anual da entidade	Comunicações	Viaturas	Gastos com Deslocações	Encargo anual da entidade
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	7,14	1 792,14	Seg. Social	21 252,72	1 383,84	774,00	319,25	8 229,81	-	8 549,06
João Afonso Almeida da Silva Luz	7,14	1 792,14	CGA/ADSE	17 121,78	1 110,31	1 544,53	312,67	7 162,69	-	7 475,36
Filipa Alves	-	-	Seg. Social	-	-	-	-	-	-	-
Isidro Durão Heitor	7,14	342,72	Seg. Social	3 436,11	394,39	437,17	83,98	1 627,19	-	1 711,17
Rute Isabel Cesário	-	-	Seg. Social	2 695,64	-	-	-	-	-	-
Arménio de Figueiredo	-	-	Seg. Social	751,67			-	-	-	-
Paula Alexandra Ferrão Pereira	-	-	Seg. Social	751,67			-	-	-	-
		3 927,00		**46 009,59**	**2 888,54**	**2 755,70**	**715,90**	**17 019,69**	**-**	**17 735,59**

Os encargos com viaturas na SIMARSUL dos membros do Conselho de Administração foram os seguintes:

Membro do Órgão de Administração	Encargos com Viaturas								
Nome	Viatura atribuída	Celebração de Contrato	Valor de referência da viatura (€)	Modalidade (1)	Ano Início	Ano Termo	Valor da Renda Mensal (€)	Gasto Anual com Rendas (€)	Prestações Contratuais Remanescentes
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	S	S	35 644	AOV	2018	2022	455	5 464	4
Filipa Alves	N	-	-	-	-	-	-	-	-
João Afonso Almeida da Silva Luz	S	S	34 440	AOV	2018	2022	451	5 417	4
Isidro Durão Heitor	N (2)	-	34 440	AOV	2018	2022	451	1 354	4
Rute Isabel Cesário	N	-	-	-	-	-	-	-	-

(1) aquisição; ALD; Leasing ou outra

(2) viatura até Março 21

Durante o ano de 2021 não foram realizados gastos associados a deslocações em serviço na SIMARSUL pelos membros do Conselho de Administração.

Conselho Fiscal

A composição do Conselho Fiscal, para o mandato 2019- 2021, é a seguinte:

Mandato (Início - Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado Mensal (€)	N.º de Mandatos
			Forma(1)	Data		
2019-2021	Presidente	Maria do Carmo Mendes	AG	01/04/2019	1 362,01	2
2019-2021	Vogal	João Carlos Alves Faim	AG	01/04/2019	1 021,51	2
2019-2021	Vogal	Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho	AG	01/04/2019	1 021,51	2

Número estatutário mínimo e máximo de membros - [3] / [5]

Legenda:

(1) Resolução (R) / Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)

Relativamente às remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da SIMARSUL foram as seguintes:

Membro do Órgão de Fiscalização	Remuneração Anual 2021 (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
Maria do Carmo Mendes	19 068,14	953,40	18 114,74
João Carlos Alves Faim	14 301,14	715,40	13 585,74
Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho	14 301,14	715,40	13 585,74
	47 670,42	**2 384,20**	**45 286,22**

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, nos termos da alínea b), do n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, foi proposto pelo Conselho Fiscal da Sociedade à Assembleia Geral realizada em 1 de abril de 2019, tendo esta proposta sido aprovada por unanimidade.

Mandato		Identificação SROC / ROC					Designação			
(Início - Fim)	Cargo	Nome	N.º inscrição na OROC	N.º registo na CMVM	Forma[1]	Data	Contratada	N.º de anos de funções exercidas no grupo	N.º de anos de funções exercidas na entidade
2019-2021	SROC	PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.	183	20161485	AG	01/04/2019	Sim	3	3
2019-2021	ROC	José Alves Bizarro Duarte	1957	20200003	AG	20/01/2020	Sim	3	3
2019-2021	ROC Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	AG	01/04/2019	Sim	3	3

Legenda:
[1] Assembleia Geral (AG) / Deliberação Unânime por Escrito (DUE) / Despacho (D)
Nota: Mencionar o efetivo (SROC e ROC) e o suplente (SROC e ROC)

No exercício de 2021 resultou uma remuneração anual de 7.203 euros:

Nome	Valor Anual do Contrato de Prestação de Serviços - 2021 (€)			Valor Anual de Serviços Adicionais - 2021 (€)			
	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)	Identificação do Serviço	Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados - SROC, Lda.	7 203,07	-	**7 203,07**	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Auditor Externo

A SIMARSUL não dispôs em 2021 de Auditor Externo.

#7 Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público

Foi dado cumprimento integral ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

a) À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

b) Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

c) Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet:

	Gastos com Comunicações (€)		
	Plafond mensal definido	Valor anual	Observações
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	80	319,25	
João Afonso Almeida da Silva Luz	80	312,67	
Filipa Alves	-	-	
Isidro Durão Heitor	80	83,98	
Rute Isabel Cesário	-	-	
Arménio de Figueiredo	-	-	
Paula Alexandra Ferrão Pereira	-	-	
		715,90	

d) Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço:

	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				
	Plafond mensal combustíveis e portagens	Combustível	Portagens	Total	Observações
António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura	486,43	2 105,24	418,10	2 523,34	
João Afonso Almeida da Silva Luz	389,15	1 037,55	534,10	1 571,65	
Filipa Alves	389,15	901,06	632,01	1 533,07	Apenas Combustível e Portagens
Isidro Durão Heitor	389,15	159,71	7,40	167,11	Até Março 2021
Rute Isabel Cesário	-	-	-	-	
Arménio de Figueiredo	-	-	-	-	
Paula Alexandra Ferrão Pereira	-	-	-	-	
				5 795,17	

#8 Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e do artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A SIMARSUL dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e no artigo 11.º do Estatuto do Gestor Público, não tendo realizado e/ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

#9 Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a SIMARSUL, divulgará internamente e disponibilizará no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através do relatório anual de sustentabilidade consolidado do grupo, na Simbiose dos trabalhadores no Princípio "Valorizamos a relação com os trabalhadores", no Compromisso "Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional".

#10 Elaboração e divulgação do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas e do relatório Anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a recomendação do referido Conselho, datado de 1 de julho de 2009.

A empresa adotou desde 2017 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet www.simarsul.adp.pt. Já em 2022 foi efetuada a revisão do Plano, aprovada em 28 de janeiro de 2022, por forma a adaptá-lo às novas recomendações emanadas pelo Conselho de Previsão da Corrupção e ajustá-lo à evolução da realidade da empresa em matérias de corrupção e de infrações conexas.

A SIMARSUL adotou desde 2017 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na internet (https://www.simarsul.adp.pt/content/plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas).

Tem como objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

O Plano pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos trabalhadores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

No sentido de observar o previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a SIMARSUL procede à avaliação anual do PGRCIC em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) … informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da SIMARSUL e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subescreveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao Call to Action Anticorrupção, lançada pelo United Nations, Global Compact, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

Destaque-se que o Grupo AdP apresentou a 17 de dezembro de 2021 a sua Política de Integridade assente num modelo de governação com os mais elevados padrões éticos, na transparência, responsabilidade e na excelência das práticas de gestão pública, sendo a SIMARSUL uma das empresas que subscreveu o Compromisso de Integridade, representando um comprometimento com a implementação da referida Política de Integridade, designadamente de todos os instrumentos que lhe estão associados, visando assegurar continuamente uma capacitação interna que favoreça uma cultura de integridade.

A SIMARSUL e o grupo AdP reforçam, assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

#11 Contratação Pública

O Grupo AdP assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços transversais, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros, reagentes, viaturas, materiais de laboratório, entre outros. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

A existência desta estrutura interna, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e transacional associada, acrescentando também nessa dimensão, valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a "aprendizagem" do Grupo.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de compras. Por sua vez, estes processos, estão desde logo incluídos no planeamento dos trabalhos de auditoria interna.

O ano de 2021 ficou marcado pela publicação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprovou um conjunto de medidas especiais de contratação pública em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de habituação e descentralização, de tecnologias de informação e conhecimento, de saúde e apoio social, de execução do Plano de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência, alterando concomitantemente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

Por conseguinte, este diploma legal reveste-se de importância crucial para a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo AdP, quer pelas modificações que introduziu ao nível das regras de tramitação de procedimentos de contratação pública e de execução de contratos públicos estabelecidas no CCP, criando, inclusive, novos tipos de procedimentos, pelo que se procedeu à atualização do Manual de Contratação do Grupo AdP, municiando a

generalidade das minutas-tipo do programa do procedimento e do caderno de encargos para os diferentes preceitos pré-contratuais.

#12 Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP, incluindo a Simarsul, aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de *software* e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela AdP Serviços, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim à AdP Serviços uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

#13 Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos

A SIMARSUL cumpriu com a redução, no seu conjunto, do peso dos gastos operacionais no volume de negócios.

O quadro seguinte apresenta a execução comparativa com os períodos anteriores homólogos:

EFICIÊNCIA OPERACIONAL	2021 Exec.	2021 Orç.	2020 Exec.	2019 Exec.	2021/2020		2021/2019	
					Δ Absol.	Var. %	Δ Absol.	Var. %
(0) EBITDA	10 215 384	11 773 051	9 689 812	9 580 528	525 572	5%	634 856	7%
(1) CMVMC	296 959	317 710	285 171	240 332	11 788	4%	56 627	24%
(2) FSE	6 267 163	5 943 523	5 912 742	5 124 944	354 421	6%	1 142 219	22%
(3) Gastos com o pessoal	3 323 972	3 581 752	3 454 925	3 261 146	- 130 952	-4%	62 827	2%
(3.i) Indemnizações pagas por rescisão	-	-	-	-	-	-	-	-
(3.ii) Valorizações remuneratórias	-	-	-	-	-	-	-	-
(3.iii) Impacto da aplicação do ACT [(d)]	14 034	29 952	46 469	21 933	- 32 435	-70%	- 7 899	-36%
(4) Gastos com pessoal para efeitos do apuramento da eficiência operacional [(4)=(3)-(3.i)-(3.ii)-(3.iii)]	3 309 938	3 581 752	3 408 455	3 239 213	- 98 517	-3%	70 726	2%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais (CMVMC, FSE e G. Pessoal) [(a)]	89 058	71 003	-	-	-	-	89 058	-
(6) Gastos Operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = **(1)+(2)+(4)-(5)**	9 785 003	9 771 981	9 652 837	8 626 422	132 165	1%	1 158 581	13%
(7) Volume de negócios (VN) [(b)]	18 409 162	17 145 243	17 349 471	15 135 324	1 059 691	6%	3 273 838	22%
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-	-
Indemnizações compensatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
(7.i) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 (+)	-	-	-	-	-	-	-	-
(8) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (7)+(7.i)	18 409 162	17 145 243	17 349 471	15 135 324	1 059 691	6%	3 273 838	22%
(9) Peso dos Gastos/VN = (6)/(8) [(e)]	53,15%	57,00%	55,64%	57,00%	-2,48	-	-0,04	-6,7%
(i) Gastos com Deslocações e Alojamentos (FSE)	488	5 576	422	3 544	66	16%	- 3 056	-86%
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	217	-	734	628	- 516	-70%	- 410	-65%
(iii) Gastos associados à frota automóvel [(c)]	86 053	64 494	177 363	250 276	- 91 310	-51%	- 164 223	-66%
(10) Total = (i) + (ii) + (iii)	86 758	70 070	178 519	254 447	- 91 761	-51%	- 167 689	-66%
(11) Encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	12 000	5 000	6 700	17 969	5 300	79%	- 5 969	-33%
Número Total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	108	114	107	101	1	1%	7	7%
N.º Órgãos Sociais (OS)	8	11	8	8	-	0%	-	0%
N.º Cargos de Direção (CD)	3	3	3	3	-	0%	-	0%
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	97	100	96	90	1	1%	7	8%
N.º Trabalhadores/N.º CD	32	33	32	30	0	1%	2	8%
N.º de viaturas	42	42	42	42	-	0%	-	0%

[(a)] Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados por medidas

[(b)] O volume de negócios é corrigido dos subsídios à exploração (-) e das indemnizações compensatórias (-), bem como dos impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (-), estes últimos impactos deverão ser devidamente justificados e discriminados.

[(c)] Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustíveis, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

#14 Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria, em cumprimento do disposto no nº7 do artigo 49º do DLEO 2019

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;
3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP
    a. Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.
    b. Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

#15 Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, artigo 172.º da LOE 2020 e artigo 115.º do DLEO 2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;

- em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;

Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.

A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de custos quer em termos de crédito.

O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.

Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Foram constituídos depósitos a prazo no IGCP (CEDICs) em dezembro de 2021, no valor de 3 milhões de Euros, com vencimento em 3 de janeiro de 2022.

O Grupo AdP, para o biénio 2020-2021, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através dos seguintes despachos do IGCP:

1. Despacho SGC nº 126, de 15 de dezembro de 2020, para os seguintes serviços:

- Valores inerentes às operações de financiamento realizadas;

- Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;

- Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;

- Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;

- Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição.

2. Despacho SGC nº 223, de 29 de novembro de 2021, para os seguintes serviços:

- Valores arrecadados pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP

Unidade: euros

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	8 689 513	5 850 360	8 281 480	6 564 479
Aplicações Financeiras	2 340 811	2 340 811	2 340 811	2 340 811
	11 030 324	**8 191 171**	**10 622 290**	**8 905 290**

Unidade: euros

Banca Comercial*	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
BANCO BPI, SA	7 984	12 691	9 242	10 512
CAIXA GERAL DE DEPOSITOS, SA	4 660	4 660	4 660	29 981
BANCO BANKINTER, SA	3 465	3 306	3 225	3 092
CAIXA ECONOMICA MONTEPIO GERAL	25 799	25 799	25 799	25 579
BANCO COMERCIAL PORTUGUES, SA	7 792	14 734	14 734	14 734
Total	**49 700**	**61 190**	**57 661**	**83 899**
Juros auferidos**	-	-	-	-

* - Identificar a Instituição junto da qual se encontram as disponibilidades e/ou aplicações financeiras, acrescentando as linhas necessárias.

** - Identificar os juros auferidos (em termos acumulados, desde 1-1-2016) de todas as aplicações financeiras que se encontram junto da BC

A SIMARSUL detêm 99% das suas disponibilidades no IGCP e 1% na Banca Comercial.

#16 Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos três anos.

#17 Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual) conforme determina o artigo 7º da Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

A SIMARSUL, reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais bem como na vida familiar e pessoal, pretende dar o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade.

Assim, de forma a dar cumprimento ao Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que veio regulamentar a Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e face à publicação de um Guião para a elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos da já referida Lei, a SIMARSUL realizou, em 2021, o Diagnóstico de Igualdade de Género, que serviu de referência para a elaboração do Plano para a Igualdade de Género 2021, os quais foram enviados às autoridades competentes e que constam no referido despacho normativo, CITE e CIG. Foram ainda enviados para a SIOE.

Relativamente ao cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, mais se informa que foi efetuada em setembro de 2021.

Por forma a garantir o cumprimento do estabelecido, o Plano para a Igualdade é publicitado no sítio de Internet da SIMARSUL.

#18 Demonstração Não Financeira

A elaboração e divulgação da demonstração não financeira, prevista nos artigos 66.º - B ou 508.º - G do CSA, contendo, no mínimo, a informação indicada no n.º 2 dos mencionados artigos, é apresentada nos capítulos relativos à Sustentabilidade e Capital Humano, do presente Relatório de Gestão e Contas, onde consta a informação mínima requerida.

#19 Quadro com informação a constar no *site* do SEE

Conforme orientações da DGTF a SIMARSUL não divulga informação no sítio do SEE na internet, em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Para efeitos de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais referidas, apresenta-se o quadro seguinte:

Orientações Legais - 2021	Cumprimento S	N	NA	Quantificação / Identificação	Justificação / Referência ao ponto do Relatório	
Objetivos de Gestão						**#1**
Eficiência de Gestão - Promover a eficiência da gestão na empresa, tendo em atenção o PRC, comparativamente ao PAO proposto	X			-3,7%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Dívida Comercial de devedores municipais - Não incremento do stock de dívida vencida municipal	X			78,2%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Limite ao endividamento - Redução do stock da dívida	X			-5,7%	O indicador foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Respeito Prazos de Pagamento - Variação do PMP face ao PAO	X			-18	O indicador foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Rentabilidade - Variação do RL face ao PAO		X		210,2%	O indicador não foi atingido de acordo com as metas definidas	#1
Qualidade das Águas Residuais - Não deterioração da qualidade da água residual tratada no sistema multimunicipal	X			97,6%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Plano de Manutenção - Cumprimento do Plano de Manutenção preventiva	X			90,6%	O indicador foi superado de acordo com as metas definidas	#1
Metas a atingir constantes no PAO 2021						**#1**
Investimento	X			-8 722 252 €	*Ponto 1 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	#1
Endividamento	X			-1,8%	*Ponto 1 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	#1

Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			X	-	-	**#1**
Gestão do Risco Financeiro	X			**3,71%**	*Ponto 2 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	**#2**
Limites de Crescimento do Endividamento	X			**-4,21%**	*Ponto 3 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	**#3**
Evolução do PMP a fornecedores	X			**-6**	*Ponto 4 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	**#4**
Divulgação dos Atrasos nos Pagamentos *(arrears)*	X			**2 793 €**	*Ponto 4 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	**#4**
Recomendações do Acionista na aprovação de contas			X	-	*Não foram emitidas recomendações*	**#5**
Remunerações/Honorários:						**#6**
Não atribuição de prémios de gestão	X			-	-	#6
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2021	X			13 294 €	*Valor da reduções remuneratórias efetuadas em 2021*	#6
Fiscalização - redução e reversões remuneratória vigentes em 2021	X			2 384 €	*Valor da reduções remuneratórias efetuadas em 2021*	#6
Auditor Externo - redução e reversões remuneratória vigentes em 2021			X	-	-	#6
EGP - artigo 32º e 33.º do EGP						**#7**
Não utilização de cartões de crédito	X			-	*A empresa não dispoe de cartões de credito*	#7
Não reembolso de despesas de representação pessoal	X			-	*A empresa não reembolsou qualquer despesa de representação pessoal*	#7
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	X			-1 288 €	*Ponto 7 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	#7
Valor máximo de combustíveis e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	X			-9 549 €	*Ponto 7 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	#7
Despesas não documentadas – n.º 2 do artigo 16º do RJSPE e art.º 11.º do EGP						**#8**
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	X			-	*A empresa não procedeu à realização de despesas não documentadas ou confidenciais*	#8
Promoção da igualdade salarial entre homens e mulheres – n.º 2 da RCM n.º 18/2014						**#9**
Elaboração e divulgação do relatório sobre remunerações pagas a homens e mulheres	X			-	*Ponto 9 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	#9
Prevenção da Corrupção – n.º 1 do artigo 46º do RJSPE						**#10**
Elaboração e divulgação do relatório anual sobre prevenção da corrupção	X			-	*Ponto 10 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	#10
Contratação Pública						**#11**
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X			-	*Ponto 11 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	#11
Contratos submetidos a visto prévio do TC			X	-	*Não foram submetidos contratos a visto prévio do Tribunal de Contas*	#11
Adesão do Sistema Nacional de Compras Públicas	X			-	*Ponto 12 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	**#12**
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	X			-	*Ponto 13 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	**#13**
Contratação de Estudos, Pareceres, Projetos e Consultoria (artº49 do DLEO 2019)		X		**12 000 €**	*Ponto 14 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	**#14**

Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28.º do DL 133/2013)						**#15**
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	X			99%	*% disponibilidades e aplicações junto do IGCP em 31 de dezembro de 2021*	#15
Disponibilidades e aplicações centralizadas na Banca Comercial	X			83 899 €	*Saldo a 31 de dezembro de 2021*	#15
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado	X			-	*Ponto 15 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	#15
Auditorias do Tribunal de Contas						**#16**
Recomendações			X	-	*Ponto 16 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	#16
Elaboração do Plano para a Igualdade (art°7 da Lei 62/2017, de 1 de agosto)	**X**			-	*Ponto 17 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	**#17**
Apresentação da demonstração não financeira	**X**			-	*Ponto 18 do Capítulo "Cumprimento das orientações legais"*	**#18**

Relatório dos Administradores Não Executivos sobre o desempenho dos Administradores Executivos

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação dos administradores com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2021.

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho dos administradores executivos.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere aos administradores executivos, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global dos administradores executivos, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

Seixal, 28 de fevereiro de 2022

Os Administradores Não Executivos

_____ _____

Isidro Durão Heitor

Rute Isabel Talhadas Cesário

Perspetivas Futuras

A par da integração plena do Município de Setúbal no Sistema Multimunicipal em 2022, a ''nova'' SIMARSUL assinala também cinco anos do reinício da sua atividade com gestão autónoma, numa renovada parceria entre a Águas de Portugal e os Municípios da Península de Setúbal que se traduz no tratamento e valorização da água residual produzida de forma segura e contínua, e na defesa dos valores ambientais da região.

A SIMARSUL continuará a realizar o seu propósito centrado na geração de valor, com as prioridades bem definidas, para consolidar a sua missão pública e continuar o caminho rumo a um futuro cada vez mais sustentável, circular e inovador que contribua para o Pacto Europeu para o Clima.

O Conselho de Administração continuará a desenvolver a sua atividade gestionária para o cumprimento do estabelecido no Contrato de Concessão assinado com o Estado Português, prosseguindo as orientações estratégicas e específicas que lhe são transmitidas, nomeadamente as aprovadas e determinadas em Assembleia Geral de Acionistas, bem como outras que lhe são pontualmente transmitidas e, em particular, as decorrentes da mitigação do risco de contágio da doença Covid-19 e de retorno à normalidade, em estrito cumprimento com as orientações legais governativas e das autoridades de saúde.

Revendo-se no quadro estratégico de compromisso 2020|2022, assumido pelo Grupo AdP, a SIMARSUL projeta o seu futuro assumindo como suas as linhas gerais de orientação estratégicas que se consubstanciam em 3 eixos fundamentais e que englobam 12 desafios estratégicos como segue.

Construir, explorar e gerir o sistema de saneamento de águas residuais, num quadro de sustentabilidade económica, financeira, técnica, social e ambiental com um elevado grau de competência, capaz de responder localmente, com eficácia e eficiência, aos grandes desafios que se colocam, em Portugal e no Mundo, no setor do ambiente são também um objetivo.

Desta forma, a SIMARSUL pretende desenvolver a sua atividade em torno dos valores de eficiência, produtividade, inovação e desenvolvimento, e da qualidade. Pretende-se que estes valores sejam assumidos como motivação das atividades do dia-a-dia para vencer os desafios que se colocam à empresa, entre os quais se destacam a modernização e manutenção eficaz dos seus sistemas de transporte e tratamento dos efluentes da Península de Setúbal, num

quadro de racionalização do investimento e proteção do ambiente, a aposta na economia circular e combate às alterações climáticas e a continuação da implementação de politicas sociais requeridas para o cumprimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030

Em particular, ciente das especificidades do Sistema e do contexto regional onde este se insere, também continuará a privilegiar o permanente contacto e o são relacionamento com os Municípios, seus acionistas e clientes, de forma próxima com as partes interessadas e em estreita colaboração com as indústrias locais, procurando encontrar sempre as melhores soluções para problemas e desafios comuns.

A nível global da empresa, será prosseguida a atitude de contínua otimização dos recursos da organização, com vista a melhorar a eficiência do seu desempenho e a resiliência das infraestruturas, assim como uma política de sensibilização ambiental que promova a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos.

Além do continuado contributo da empresa para a conservação e melhoria da condição do estuário do Tejo e do Sado, bem como das restantes massas de água da região, constitui como outro grande desafio a renovação continuada de um vasto parque de equipamentos, capazes de responder também às necessidades da reutilização de água residual tratada e da neutralidade carbónica.

Neste âmbito, encontram-se previstos no plano de investimentos a conclusão de investimentos de reabilitação e melhoria em infraestruturas que permitirão melhorar a sua fiabilidade e resiliência e que, no plano da eficiência energética, permitirão minimizar consumos de energia.

No âmbito do Quadro Estratégico de Compromisso 2020-2022, comum às empresas do Grupo AdP, a SIMARSUL encetará as medidas preconizadas para reforço da capacidade de resposta à dinâmica associada às alterações climáticas, à descarbonização, à transformação digital e à economia circular nos próximos anos.

O ano de 2022 ficará sobretudo marcado pela integração plena do município de Setúbal na SIMARSUL, pela prossecução de estratégias de gestão de eficiência energética e pelos trabalhos para a futura certificação da empresa na norma de Energia e na norma de Gestão de Ativos. Deverá ser dado continuidade, também, ao trabalho para a transição para a nova norma de gestão da Segurança e Saúde no Trabalho (ISO 45001) a par da recuperação da certificação da SIMARSUL pelas normas de Gestão da Qualidade, Ambiente e da Segurança e Saúde no Trabalho.

Em paralelo, a empresa prosseguirá a promoção da Inovação sustentada na sua visão estratégica que valorize os trabalhadores/as e os seus clientes e acionistas, com o objetivo de inovar quer nos seus serviços como nos seus processos de gestão interna e contribuir para o cumprimento dos objetivos da empresa.

A SIMARSUL continuará empenhada em participar nos projetos de investigação e de inovação em que participa, a nível científico e académico, como a nível corporativo, nacional e europeu, destacando-se a análise de novas ideias e/ou produtos que poderão reunir os requisitos necessários para serem devidamente desenvolvidas e patenteados.

A empresa prosseguirá a sua atividade num quadro de respeito pelas exigências legais e de governação com os mais elevados padrões éticos e de compromisso de Integridade. Reconhecendo a importância e a mais-valia de uma participação equilibrada dos homens e das mulheres nas atividades profissionais, bem como na vida familiar, a SIMARSUL prosseguirá também com o seu contributo ativo para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade, através do desenvolvimento do seu Plano Para a Igualdade do Género.

A empresa continuará a promover a preparação da resposta organizacional para minimizar o impacto do regresso no restabelecimento da atividade normal e continuar o desempenho das suas atividades vitais e essenciais, progredindo para o assegurar de "todas" as atividades e funções e proteger os trabalhadores/as, fornecedores, clientes e visitantes, enquanto existir risco de contaminação nos locais de trabalho.

Por fim, a empresa reafirma que continuará a ser um parceiro empenhado na procura e concretização de soluções que conduzam a uma melhoria e proteção do ambiente na defesa da saúde pública na região.

Considerações Finais

O ano de 2021 ficou marcado não somente por um período conturbado pela continuidade da pandemia mas também pelo início de um novo ciclo de governação - o primeiro ano civil do segundo mandato da Sociedade.

Num cenário exigente, a empresa e os seus trabalhadores/as mantiveram-se na linha da frente para assegurar o tratamento das águas residuais, o cumprimento do plano de contingência para evitar a propagação do vírus SARS-CoV-2, e assegurar os investimentos e os trabalhos em curso para reabilitação de infraestruturas, previstos no plano de investimento em empreitadas, bem como assegurar a qualidade e a continuidade do serviço público.

É com satisfação que o Conselho de Administração da SIMARSUL entende renovar o seu profundo reconhecimento a todos aqueles/as que, direta ou indiretamente, contribuíram, de forma empenhada e com sentido de missão acrescida, para ultrapassar os desafios e as dificuldades para assegurar a ininterruptablidade do serviço essencial prestado pela Empresa, a proteção do ambiente e a saúde pública no exercício em análise.

Assim, é devido um agradecimento a todos/as quantos contribuíram para que a SIMARSUL cumpra, com espírito de responsabildade reforçada pela pandemia, a sua missão e os objetivos no desempenho diário do serviço público de saneamento da Península de Setúbal, com qualidade, eficiência e segurança, seguindo-se, também, um profundo reconhecimento a todas as partes interessadas.

Aos membros dos restantes Órgãos Sociais, pelo acompanhamento da gestão da empresa e espírito de colaboração evidenciado nas suas atividades próprias.

À Tutela Governamental, pela sua permanente disponibilidade habitual e empenho no acompanhamento das atividades e dos desafios da empresa, assim como pelo clima de reconhecimento e confiança mantidos.

Aos Municípios e à AdP, pela cooperação estabelecida assim como pelo permanente e empenhado acompanhamento das atividades e evolução dos projetos do sistema multimunicipal e da SIMARSUL.

À entidade reguladora do setor, a ERSAR, à APA – Agência Portuguesa do Ambiente, bem como aos diversos organismos e serviços da Administração Pública, que são igualmente merecedores de reconhecimento pela interajuda, disponibilidade e interesse evidenciados nas relações mantidas.

O nosso agradecimento aos fornecedores e prestadores de serviços, assim como às seguradoras e instituições bancárias, pela eficiência das suas respostas às necessidades da empresa e às contigências deparadas.

Aos utilizadores do sistema, o registo do nosso renovado apreço pela compreensão, pelo diálogo e pela confiança demonstrados, sem esquecer a permanente cooperação que estabelecemos, sem a qual não teríamos ultrapassado os desafios e alcançado os resultados e objetivos apesar do continuado impacto da pandemia.

Por fim, e em especial, aos trabalhadores/as da empresa e aos seus familiares, neste segundo ano de pandemia que se revelou igualmente difícil, a todos agradecemos a coesão e resiliência demonstradas que permitiram assegurar em continuidade e com excelência e segurança, no terreno, no serviço de regime em prontidão bem como no trabalho remoto, o serviço essencial de saneamento, tendo de inovar e fazer sempre melhor de forma eficiente e sustentável.

Porque o futuro das próximas gerações depende do que é feito no presente, é responsabilidade de todos, e de cada um, continuar a fazer a sua parte, para que juntos continuemos No presente a tratar o Futuro.

Seixal, 28 de fevereiro de 2022

O Conselho de Administração

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura

Presidente Executivo

Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança

Vogal Executivo

João Afonso Almeida da Silva Luz

Vogal Executivo

Isidro Durão Heitor

Vogal Não Executivo

Rute Isabel Talhadas Cesário

Vogal Não Executivo

Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 30.º dos Estatutos da SIMARSUL, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2021, no montante de 943.069,78 euros (novecentos e quarenta e três mil e sessenta e nove euros e setenta e oito cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- **47.153,49 euros** (quarenta e sete mil, centro e cinquenta e três euros e quarenta e nove cêntimos) para constituição da **Reserva Legal**;
- **895.916,29 euros** (oitocentos e noventa e cinco mil, novecentos e dezasseis euros e vinte e nove cêntimos) para **Resultados Transitados**.

Seixal, 28 de fevereiro de 2022

Anexo ao Relatório

Nos termos do n.º4 do artigo 448º do Código das Sociedades Comerciais apresenta-se a lista de acionistas à data de 31 de dezembro de 2021:

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	**25 000 000**	**25 000 000**	**100,00%**

Nos termos do referido artigo do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que nenhum dos acionistas deixou de ser titular das referidas frações do capital, no decorrer de 2021.
Nos termos do n.º 5 do artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais, declara-se que nenhum dos membros dos órgãos da administração e fiscalização, são detentores de ações ou obrigações da empresa, diretamente ou por interposta pessoa.

C – CONTAS DO EXERCÍCIO DE 2021

Contas Individuais

Demonstração da posição financeira (euros)

Unidade: euros

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Ativos não Correntes			
Ativos Intangíveis	5	145 667 008	148 570 528
Ativos Fixos Tangíveis	5	31 987	33 683
Ativos sob direito de uso	6	99 617	244 827
Outros Ativos Financeiros	7	2 351 161	2 348 942
Impostos Diferidos Ativos	31	4 451 101	4 341 602
Clientes	9	995 772	-
Desvio Tarifário Ativo	8	64 281 168	64 441 769
Total dos Ativos não Correntes		217 877 813	219 981 351
Ativos Correntes			
Inventários	11	199 140	167 836
Clientes	9	5 966 864	6 554 080
Outros Ativos Correntes	10	2 338 546	2 062 636
Outros Ativos Financeiros	7	47 500	-
Caixa e seus Equivalentes	12	6 564 479	7 846 299
Total dos Ativos Correntes		15 116 529	16 630 851
Total do Ativo		**232 994 342**	**236 612 201**
Capital Próprio			
Capital Social	13	25 000 000	25 000 000
Reservas e Outros Ajustamentos	13	605 507	553 754
Resultados Transitados	13	41 297 125	40 313 827
Resultado Líquido do Exercício	13	943 070	1 035 050
Total do Capital Próprio		**67 845 701**	**66 902 631**
Passivos não Correntes			
Empréstimos	17	66 643 131	71 511 051
Passivos da locação	6	1 554	74 341
Fornecedores	18	2 997 426	3 096 597
Impostos Diferidos Passivos	31	15 655 909	15 896 497
Acréscimos de Gastos do Investimento Contratual	15	15 584 151	14 408 294
Subsídios ao Investimento	16	55 345 356	57 195 820
Total dos Passivos não Correntes		156 227 528	162 182 601
Passivos Correntes			
Empréstimos	17	5 017 313	4 395 120
Passivos da locação	6	72 787	148 187
Fornecedores e Outros Passivos Correntes	18	3 513 510	2 639 767
Imposto sobre o Rendimento do Exercício	31	317 503	343 896
Total dos Passivos Correntes		8 921 113	7 526 969
Total do Passivo		**165 148 641**	**169 709 570**
Total do Passivo e do Capital Próprio		**232 994 342**	**236 612 201**

Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral (euros)

Unidade: euros

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Prestações de Serviços	20	18 409 162	17 349 471
Rédito da Construção	20	2 131 999	903 667
Defice/superavit tarifario recup. custo	20	-160 601	224 382
Gasto das Vendas/Variação dos Inventários	21	-296 959	-285 170,89
Gastos da Construção	20	-2 131 999	-903 667
Fornecimentos e Serviços Externos	22	-6 267 163	-5 912 742
Gastos com Pessoal	23	-3 323 972	-3 454 925
Amortiz., Depreciações e Reversões do Exercício	24	-6 358 282	-6 041 299
Subsídios ao Investimento	16	1 864 727	1 880 966
Outros Gastos e Perdas Operacionais	27	-147 095	-200 127
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	28	137 286	87 958
Resultados Operacionais		3 857 102	3 648 513
Gastos Financeiros	29	-2 661 128	-2 669 413
Rendimentos Financeiros	30	194 617	265 149
Resultados Financeiros		- 2 466 511	- 2 404 264
Resultados Antes de Impostos		**1 390 591**	**1 244 249**
Imposto do Exercício	31	-797 608	-426 938
Imposto Diferido	31	350 088	217 739
Resultado Líquido do Exercício		**943 070**	**1 035 050**

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado Líquido do Exercício	943.070	1.035.050
Rendimento Integral	**943.070**	**1.035.050**

Demonstração das variações do capital próprio (euros)

Unidade: euros

	Capital Social	Reserva Legal	Resultados Transitados	Resultado Líquido do Exercício	TOTAL
Saldo a 31 de Dezembro de 2020	25 000 000	553 754	40 313 827	1 035 050	66 902 631
Aplicação do Res. Líquido do Exercício 2020	-	51 753	983 298	- 1 035 050	-
Res. Líquido do Exercício 2021	-	-	-	943 070	943 070
Saldo a 31 de Dezembro de 2021	25 000 000	605 507	41 297 125	943 070	67 845 701

Demonstração dos Fluxos de Caixa (euros)

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de Clientes	19 429 011	17 562 938
Pagamentos a Fornecedores	-7 079 306	-7 805 932
Pagamentos ao Pessoal	-2 217 139	-2 050 645
Pagamentos/Recebimento de IRC	-820 454	-213 811
Outros Pagamentos/Recebimentos relativos à Atividade Operacional	-198 176	-16 113
Pagamentos Segurança Social	-871 938	-832 497
Pagamentos de Outros Impostos	-508 811	-627 694
	7 733 187	6 016 246
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Recebimentos de Investimentos Financeiros	47 500	47 500
Recebimentos de Ativos Fixos Tangíveis	-	0
Recebimentos de Ativos Intangíveis	-	-
Recebimentos de Subsídios de Investimento	36 184	55 339
Pagamentos de Investimentos Financeiros	-	-
Pagamentos de Ativos Fixos Tangíveis	-	-
Pagamentos de Ativos Intangíveis	-	-
Pagamentos de Ativos Fixos Tangíveis e intangíveis em curso	-1 987 888	-929 016
	-1 904 204	-826 177
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Recebimentos de Empréstimos Obtidos	-	0
Recebimentos de Realizações de Capital	-	0
Recebimentos de Juros e Gastos Similares	-	0
Recebimentos de Suprimentos	-	7 000 000
Pagamentos de Empréstimos Obtidos	-4 395 120	-3 758 105
Pagamentos de Locações Financeiras	-148 187	-96 533
Pagamentos de Juros e Gastos Similares	-2 567 496	-2 699 788
Pagamentos de Suprimentos	-	0
	-7 110 803	445 574
Variação de Caixa e seus Equivalentes	**-1 281 820**	**5 635 643**
Caixa e seus Equivalentes no Início do exercício	7 846 299	2 210 656
Caixa e seus Equivalentes no Fim do exercício (Nota 12)	6 564 479	7 846 299

Decomposição de caixa e seus equivalentes (euros)

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	100	100
Depósitos à Ordem (Nota 12)	6 564 379	7 846 199
	6 564 479	7 846 299
Descobertos Bancários		
	6 564 479	7 846 299

Notas às Demonstrações Financeiras

1. ATIVIDADE ECONÓMICA DA SIMARSUL, S.A.

1.1. INTRODUÇÃO

A SIMARSUL - Saneamento da Península de Setúbal S.A. (adiante designada também por SIMARSUL ou Empresa ou Sociedade) com um capital social de 25.000.000 euros, e sede social em Sesimbra, foi criada através do Decreto-Lei 34/2017, de 24 de março, sendo responsável pela exploração e gestão do sistema multimunicipal de saneamento de águas residuais da península de Setúbal, em regime de exclusivo e por um período de 30 anos.

Este sistema abrange a recolha, o tratamento e a rejeição de efluentes domésticos, de efluentes que resultem da mistura de efluentes domésticos com efluentes industriais ou pluviais, designados por efluentes urbanos, e a receção de efluentes provenientes de limpeza de fossas séticas, que cumpram o disposto no regulamento de exploração e serviço relativo à atividade de saneamento de águas residuais em vigor no sistema, os respetivos tratamento e rejeição, a qual deve ser realizada de forma regular, contínua e eficiente.

1.2. ATIVIDADE

A SIMARSUL tem como atividade principal o tratamento e a rejeição de efluentes.

O Sistema integra como utilizadores no saneamento de águas residuais sete municípios, a saber:

- Os municípios de Alcochete, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Seixal, Sesimbra;
- O sistema integra como utilizador, no saneamento de efluentes, o município de Setúbal, a partir do dia seguinte à data da extinção do contrato de concessão celebrado pelo município, em 24 de novembro de 1997, para a exploração do sistema de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público e do sistema de recolha, tratamento e rejeição de efluentes do concelho de Setúbal ou a partir da data em que, por modificação do mesmo contrato, seja possível ao município exercer integralmente os direitos e cumprir as obrigações decorrentes da qualidade de utilizador do sistema.

A atividade da SIMARSUL vigorará por um período de 30 anos, período definido para a concessão que termina no último dia civil do trigésimo ano, i.e., 31 de dezembro de 2046. A atividade é regulada pelo contrato de concessão outorgado entre o Estado Português e a SIMARSUL, à data de 17 de abril de 2017. Este contrato, previsto no decreto-lei da constituição da sociedade, integra um estudo de viabilidade económica e financeira que fixa um conjunto de pressupostos relevantes, entre os quais se destacam as regras e os valores definidos para as tarifas e o cálculo dos desvios de recuperação de gastos

De acordo com o contrato de concessão, o valor do desvio de recuperação de gastos a reconhecer anualmente fica sujeito a aprovação pela entidade reguladora do setor (ERSAR) até ao final de fevereiro do ano seguinte a que respeita.

1.3. ACIONISTAS

A SIMARSUL é uma sociedade anónima de capitais públicos, com um Capital Social de 25.000.000 euros, integralmente realizado.

São acionistas da SIMARSUL:

Acionistas	Nº de Ações Subscritas da Categoria A	Total de Capital Social Subscrito e Realizado	% Total de Capital Social Subscrito
AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	12 750 000	12 750 000	51,00%
Alcochete	375 455	375 455	1,50%
Barreiro	2 274 305	2 274 305	9,10%
Moita	893 590	893 590	3,57%
Montijo	1 127 290	1 127 290	4,51%
Palmela	1 156 040	1 156 040	4,62%
Seixal	2 819 950	2 819 950	11,28%
Sesimbra	529 585	529 585	2,12%
Setúbal	3 073 785	3 073 785	12,30%
Total	**25 000 000**	**25 000 000**	**100,00%**

1.4. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 28 de fevereiro de 2022. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "*International Accounting Standards Board*" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "*International Financial Reporting Interpretations Committee*" ("IFRIC") ou pelo anterior "*Standing Interpretations Committee*" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas abaixo. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras da SIMARSUL foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico. A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. DIREITO DE UTILIZAÇÃO DE INFRAESTRUTURAS (DUI)

2.2.1. CLASSIFICAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de concessão, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da concessão. Nos termos desta norma as empresas concessionárias do Grupo prestam dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou concessionária) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: (a) um ativo financeiro, ou (b) um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou concessionária) porque o contrato de concessão não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de concessão, no âmbito desta norma, o operador (ou concessionária) atua como um prestador de serviços. O operador (ou concessionária) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou concessionária) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a (a) um montante especifico, ou (b) à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou concessionária) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia dos contratos de concessão das empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais), nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste modo, as empresas gestoras de SMM (sistemas multimunicipais) como concessionárias classificam as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.2.2. RECONHECIMENTO e MENSURAÇÃO

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos intangiveis em curso. Os custos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os custos operacionais são afetos aos ativos intangiveis em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados na sua totalidade até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da concessão (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da concessão, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja têm uma recuperação implícita na aceitação da amortização pelo regulador), são contabilizadas no ativo intangivel e amortizadas nos mesmos termos do restante ativo intangivel. As despesas de conservação e manutenção correntes, são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.3. AMORTIZAÇÕES

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção dos benefícios económicos ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeira, tendo como base os caudais (água e efluentes) faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da concessão previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de concessão.

Contrato de Concessão - Investimento *(euros)*	Prazo do Contrato de Concessão	Caudais (EVEF não submetido) *(m^3)*	Taxa média Amortização 2021
268.508.343,00	30 anos	1.091.510.823 m^3	3,26%

2.2.4. ACRÉSCIMOS DE GASTOS PARA INVESTIMENTOS CONTRATUAIS

Em cumprimento do estipulado nos contratos de concessão e gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da concessão ou da parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de concessão.

No caso da SIMARSUL, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Salienta-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o princípio da especialização dos exercícios e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de concessão com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.5. DESVIOS DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção da sociedade concessionária extinta em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da concessão, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de concessão. A SIMARSUL regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal, registando, me simultâneo com a celebração do contrato de concessão, os desvios de recuperação de gastos determinados à data da extinção da sociedade concessionária do sistema agregado nos termos do presente Decreto-Lei, incluindo a remuneração acionista em dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de concessão, com base nas respetivas contas individuais da sociedade.

Os desvios de recuperação de gastos de natureza deficitária e de natureza superavitária existentes à data da extinção da sociedade concessionária do sistema agregado em 2015 e os gerados na vigência da concessão até ao termo do segundo período quinquenal, capitalizados nos termos definidos no contrato de concessão, devem ser recuperados pela via tarifária ou refletidos nas tarifas, consoante o caso, até ao termo do quinto período quinquenal da concessão.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – desvios de recuperação de gastos – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.6. RÉDITO – SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da SIMARSUL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 5.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 5.4.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 6.2 – vida útil de locações
- Nota 8.2. – estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 9.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 14.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 31.1 – estimativa de impostos e impostos diferidos

2.4. EVENTOS SUBSQUENTES

Os eventos ocorridos após a data da demonstração de posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da demonstração de posição financeira são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data da demonstração de posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da demonstração de posição financeira, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. NOVAS NORMAS E ALTERAÇÕES DE POLITICAS

3.1. ALTERAÇÕES VOLUNTÁRIAS DE POLITICAS CONTABILISTICAS

Durante o ano de 2021 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentado nos comparativos.

3.2. NOVAS NORMAS, INTERPRETAÇÕES E ALTERAÇÕES, COM DATA DE ENTRADA EM VIGOR A PARTIR DE 1 DE JANEIRO DE 2021

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro referência ("IBOR"), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMARSUL.

3.3. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início em ou após 1 de janeiro de 2022 e que a SIMARSUL não adotou antecipadamente são as seguintes:

- *Já endossadas pela UE*

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos – custos de cumprir com um contrato	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se um contrato se tornou oneroso	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações.	1 de janeiro de 2023
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

- *Ainda não endossadas pela EU*

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras - Classificação de passivos	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de "liquidação" de um passivo	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 – Informação comparativa	Esta alteração permite evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas do IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da SIMARSUL após 1 de janeiro de 2022.

4. POLÍTICAS DE GESTÃO DE RISCO

4.1. FATORES DE RISCO

As atividades da SIMARSUL estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. RISCO DE MERCADO

4.2.1. RISCO DE TAXA DE JURO

O risco da taxa de juro da SIMARSUL advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a Empresa ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a Empresa ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da SIMARSUL.

Unidade: euros

		31.12.2021	31.12.2020
Juros Suportados	Real	2.661.128	2.669.413
Juros Suportados	Tx Média +1%	3.376.563	3.428.475
Juros Suportados	Tx Média -1%	1.945.693	1.910.351

Impacto da variação de taxa mensurada num prazo de um ano.

4.2.2. RISCO DE PREÇO DAS MATÉRIAS PRIMAS (ENERGIA E COMBUSTIVEIS)

Os gastos anuais da SIMARSUL em energia e combustíveis, representam aproximadamente 32% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Valor negoceia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3. RISCO DE LIQUIDEZ DE CAPITAL

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da SIMARSUL pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A SIMARSUL efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da SIMARSUL por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais, a pagar no futuro incluindo juros.

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos não Correntes	66 643 131	71 511 051
Empréstimos Correntes	5 017 313	4 395 120
Disponibilidades	-6 564 479	-7 846 299
Dívida	65 095 965	68 059 872
Subsídios ao Investimento	55 345 356	57 195 820
Total do Capital Próprio	67 845 701	66 902 631
Total do Capital (Subsídios + Total Capital Próprio)	123 191 057	124 098 451
Dívida/Total do Capital	**0,53**	**0,55**

Os empréstimos BEI permitem contratualmente que o Grupo AdP escolha a tipologia de taxa de juro a aplicar: taxa de juro variável, taxa fixa pela maturidade do empréstimo ou taxa fixa revisível por um determinado período de tempo. Neste sentido, para efeitos de determinação dos juros futuros nos empréstimos BEI foram considerados os juros conhecidos e formalmente contratualizados, pelo que, para o período temporal após o qual a taxa fixada está em vigor não foram considerados juros no quadro acima por não ser determinável de forma fiável qual o juro a incorrer no futuro.

Para efeitos de determinação dos juros futuros a taxa variável (empréstimos obrigacionistas) considerou-se (i) o cupão dos juros conhecidos a 30 de junho de 2021 e a liquidar subsequentemente; e (ii) para os cupões seguintes considerou-se o indexante Euribor em 30 de junho de 2021 acrescido do *spread* contratualmente formalizado.

Em setembro de 2017 a AdP celebrou um contrato de financiamento a 25 anos, de 220 milhões de euros (tranche A) com o Banco Europeu de Investimento, ao abrigo de uma linha de crédito de 420 milhões de euros aprovada em julho de 2017 pelo Conselho de Administração desta instituição financeira. Adicionalmente, em 31 de julho de 2019 o Grupo AdP formalizou os remanescentes 200 milhões de euros (tranche B) que podem ser utilizados por

contrapartida da cedência de acordos de regularização de dívida celebrados entre o Grupo AdP e os clientes municipais conforme previsto no Decreto-Lei nº 5/2019, de 14 de janeiro. Em 30 de junho de 2021, o Grupo tem utilizados 30 milhões de euros de tranche A e 41,8 milhões de euros de tranche B.

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a SIMARSUL não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a SIMARSUL dispõe de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Linhas de crédito de curto prazo contratualizadas

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Expira num ano (taxa fixa)		
Expira para lá de 1 ano (taxa variável)	1.000.000	1.000.000
	1.000.000	**1.000.000**

O objetivo da SIMARSUL em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face da demonstração de posição financeira é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações da SIMARSUL, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da SIMARSUL é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

O modelo de financiamento da SIMARSUL assenta fundamentalmente em três grandes categorias que permitem o equilíbrio da estrutura de capitais, o financiamento bancário, com particular incidência nos financiamentos contraídos junto do BEI, no financiamento obrigacionista e no capital próprio e subsídios ao investimento não reembolsáveis.

4.4. RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a SIMARSUL estando sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de saneamento).

A composição da carteira de clientes do SIMARSUL tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 9) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 30).

O Conselho de Administração da SIMARSUL continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da SIMARSUL a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2021 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos na demonstração de posição financeira, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face da demonstração de posição financeira.

Unidade: euros

Activos Financeiros Bancários	31.12.2021
Depósitos à Ordem	3.564.379
Depósitos Prazo [1]	5.340.811
Caixa	100
	8.905.290

[1] Valor inclui ao antigo Fundo de Reconstituição do Capital Social aplicado no IGCP

Rating	31.12.2021
BCP	Baa2
BPI	Baa1
Montepio Geral	Ba3
CGD	Baa2
Bankinter	Baa1
IGCP	Baa2

Fonte - Moody's

Unidade: euros

Activos Financeiros Bancários	Rating	31.12.2021
BCP	Baa2	14 734
BPI	Baa1	10 512
Montepio Geral	Ba3	25 579
CGD	Baa2	29 981
Bankinter	Baa1	3 092
IGCP	Baa2	3 480 480
Depósitos à Ordem		3 564 379
BCP	Baa2	-
BPI	Baa1	-
Montepio Geral	Ba3	-
CGD	Baa2	-
Bankinter	Baa1	-
IGCP	Baa2	5 340 811
Depósitos a Prazo		5 340 811

4.5. RISCO DE EXPLORAÇÃO

4.5.1. RISCO DE CATASTROFE

A SIMARSUL está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a SIMARSUL têm contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2. RISCO REGULATÓRIO

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pelo Grupo. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no cash-flow, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. ATIVOS INTANGIVEIS

5.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI")

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.2.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento de despesas de desenvolvimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do exercício não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os custos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos da SIMARSUL são analisados à data de cada demonstração de posição financeira por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas dos contratos de concessão, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da concessão. Estes montantes são parte integrante do EVEF (estudo de viabilidade económica e financeira) anexos aos contratos de concessão que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que, existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da SIMARSUL. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 a 3 anos) a SIMARSUL efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2. ESTIMATIVA E JULGAMENTO

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da concessão), e de acordo com os respetivos contratos de concessão. No fim das concessões o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da concessão da SIMARSUL de rendimento garantido, alterações nos caudais não tem impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 2.2.5).

Na determinação do investimento contratual a SIMARSUL utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos nos contratos de concessão e/ou EVEF's (Estudos de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da SIMARSUL.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMARSUL, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas a SIMARSUL

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

A SIMARSUL não reconhece ativos intangíveis gerados internamente.

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Direitos de Utilização de Infra-Estruturas (DUI)	145.667.008	148.570.528
Outros Intangíveis		
	145.667.008	**148.570.528**

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis no exercicio findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 é como segue:

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2020	Aumentos	Abates	Alienaç.	Reclass.	Transfer	31.12.2021
DUI	212 202 623		-	-	-	1 864 779	214 067 401
DUI em Curso	419 906	2 131 999	-	-	-	- 1 864 779	687 126
	212 622 528	2 131 999	-	-	-	-	214 754 527
Amortizações Acumuladas	**31.12.2020**	**Aumentos**	**Abates**	**Alienaç.**	**Reclass.**	**Transfer**	**31.12.2021**
DUI	- 64 052 001	- 4 849 621	-	-	-	- 185 898	- 69 087 520
	- 64 052 001	- 4 849 621	-	-	-	- 185 898	- 69 087 520
	148 570 528	**- 2 717 622**	**-**	**-**	**-**	**- 185 898**	**145 667 008**

No ano de 2021 a transferência no montante 1.864.779 euros para a rubrica "Direito de utilização de infraestruturas" é explicada essencialmente pela entrada em funcionamento ou término das obras em várias infraestruturas da SIMARSUL (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de saneamento). Na sequência da entrada em funcionamento ou término de obras destas infraestruturas, foi reclassificado da rubrica "Acréscimo de gastos de investimento contratual" para amortizações acumuladas do Direito de utilização de infraestruturas.

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica "Ativos intangíveis em curso" corresponde a obras em curso em infraestruturas da SIMARSUL (novas infraestruturas ou investimentos de reabilitação de infraestruturas de tratamento e transporte de saneamento).

5.4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

5.4.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor da demonstração de posição financeira.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

Depreciações

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Equipamento básico	8 - 33
Ferramentas e utensílios	33
Equipamento administrativo	4

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes detidos para venda.

No final de cada exercício o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização pela SIMARSUL. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

5.4.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da SIMARSUL tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas a SIMARSUL.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.4.3. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Outros Tangíveis	31.987	33.683
	31.987	**33.683**

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 é como segue:

Unidade: euros

Valor Bruto	31.12.2020	Aumentos	Abates	Alienaç.	Reclassificação	Transfer	31.12.2021
Ativos Tangiveis - Outros	37.684			-	-	-	37.684
	37.684	-	-	-	-	-	37.684
Amortizações Acumuladas	**31.12.2020**	**Aumentos**	**Abates**	**Alienaç.**	**Reclassificação**	**Transfer**	**31.12.2021**
Ativos Tangiveis - Outros	- 4.001	- 1.696	-	-	-	-	- 5.697
	- 4.001	- 1.696	-	-	-	-	- 5.697
Valor Líquido	**33.683**	**- 1.696**	**-**	**-**	**-**	**-**	**31.987**

6. LOCAÇÕES

6.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

As locações nas quais a SIMARSUL é locatário, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a SIMARSUL reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A SIMARSUL reconhece separadamente o custo financeiro relacionado com o passivo da locação e o custo com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso. A SIMARSUL apenas tem locações enquanto locatária.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a SIMARSUL reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso ("Right-of-use asset")

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de custos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de custos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos e variáveis futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);

ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Equipamento de transporte	1 - 4
Outro equipamento	1 - 2

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a SIMARSUL mensura o passivo da locação por:

i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela SIMARSUL enquanto locatário

A SIMARSUL utiliza os seguintes expedientes práticos previstos no IFRS 16:

i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito do IFRS 16;
ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses são excluídos do âmbito do IFRS 16;
iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 USD (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a SIMARSUL é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica "Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres".

6.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

6.3. ATIVOS SOB DIREITO DE USO

O detalhe dos ativos sob direito de uso em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 e o respetivo movimento ocorrido naquelas datas é como segue:

Unidade: euros

Ativos sob direito de uso	31.12.2020			Exercício de 2021				31.12.2021		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos do exercício no valor bruto	Amortizações do exercício	Abates e diminuições do exercício no valor bruto	Abates e diminuições do exercício nas amortizações	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Ativos sob direito de uso que em 31.12.2018 estavam classificados como locações operacionais (IAS 17)										
Equipamento de transporte	387 162	(229 338)	157 823	-	(115 380)	-	-	387 162	(344 719)	42 443
Licenças	89 490	(2 486)	87 004	-	(29 830)	-	-	89 490	(32 316)	57 174
	476 651	**(231 824)**	**244 827**	**-**	**(145 210)**	**-**	**-**	**476 651**	**(377 035)**	**99 617**

6.4. PASSIVOS DA LOCAÇÃO

O detalhe dos passivos da locação em 31 dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros

Passivos da Locação	31.12.2021	31.12.2020
Correntes	72.787	148.187
Não correntes	1.554	74.341
	74.341	**222.528**

Unidade: euros

Capital em dívida por natureza de ativo adquirido	31.12.2021	31.12.2020
Equipamento de transporte e outros equipamentos	44.490	163.088
Intangíveis - Licenças	29.851	59.441
	74.341	**222.528**

Unidade: euros

Futuros pagamentos mínimos	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	73.511	152.246
De 1 a 5 anos	1.534	75.045
Mais de 5 anos	-	-
	75.045	**227.291**

Unidade: euros

Juros	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	724	4.059
De 1 a 5 anos	- 21	704
Mais de 5 anos	-	-
	704	**4.763**

Unidade: euros

Valor presente dos pagamentos mínimos	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	72.787	148.187
De 1 a 5 anos	1.554	74.341
Mais de 5 anos	-	-
	74.341	**222.528**

6.5. PAGAMENTOS DA LOCAÇÃO

Unidade: euros

Total de pagamentos da locação	31.12.2021	31.12.2020
Contabilizadas de acordo com o modelo único previsto no IFRS 16	149.269	134.784
Contabilizadas como despesa em resultados	-	-
	149.269	**134.784**

7. OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

7.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos financeiros, consultar divulgação na nota 13.1.

7.2. DETALHE

O detalhe dos outros ativos financeiros não correntes em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Depositos a Prazo	2 346 161	2 343 942
Investimento Financeiro	5 000	5 000
	2 351 161	**2 348 942**

O detalhe dos outros ativos financeiros correntes em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Juros a receber aplicação IGCP	47 500	
	47 500	**-**

8. DESVIO DE RECUPERAÇÃO DE GASTOS

8.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5

8.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de concessão que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos custos de exploração o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade media diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os custos efetivamente incorridos e os custos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Concessão, as concessionárias devem enviar à ERSAR, até 31 de janeiro do ano seguinte a que respeita, o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove o respetivo valor até ao final de fevereiro. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

8.3. DETALHE E MOVIMENTO

Unidade: euros

	DRG 31.12.2020		DRG gerado 2021	DRG 31.12.2021
Desvio de Recuperação de Gastos (DRG)	64.441.769	-	160.601	64.281.168

No Desvio de Recuperação de Gastos do ano de 2021, 32 142 euros dizem respeito ao acerto do desvio de recuperação de gastos do exercício de 2020.

9. CLIENTES

9.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
    a. Ativos financeiros detidos para negociação;

b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à atividade da empresa, a SIMARSUL apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Nesta rubrica são classificados instrumentos de dívida, essencialmente aplicações em Instituições de Crédito e Crédito a clientes (acordos de regularização de dívida celebrados pelo prazo de cinco anos e contas a receber decorrentes da atividade operacional da SIMARSUL).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a SIMARSUL determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os custos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Os

custos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a SIMARSUL não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a SIMARSUL valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de resultados. Face à atividade da SIMARSUL, a SIMARSUL apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado.

Os rendimentos e gastos de instrumentos financeiros ao custo amortizado são reconhecidas de acordo com os seguintes critérios:

a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o instrumento financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a SIMARSUL recalcula o valor bruto do ativo bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela SIMARSUL no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo *(write-off)*

A SIMARSUL reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela SIMARSUL se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a SIMARSUL aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimentos históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas

prospetivas.
As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de default anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de default anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto que a perda na eventualidade de default representa a perda expectável quando o default ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada período de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da demonstração de posição financeira do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a SIMARSUL não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a SIMARSUL alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;
- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço

fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:

  - Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
  - O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.

- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre
  - Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
  - Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

9.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da SIMARSUL não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do ano. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da SIMARSUL.

Conforme divulgado na nota 4.4. face à tipologia de clientes da SIMARSUL para os quais na sua maioria são considerados de risco baixo (Municípios) e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas nas concessões ou parcerias serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da SIMARSUL.

9.3. DETALHE MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de Clientes é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Clientes Municípios	6.748.688	6.359.012
Clientes Outros	213.313	193.498
Clientes Empresas Subsidiárias	635	1.570
	6.962.636	**6.554.080**

A rubrica "Clientes municípios" corresponde a saldos a receber no âmbito da atividade de tratamento de águas residuais, a rubrica de "Clientes Outros" corresponde a clientes diretos.

A decomposição da Rubrica "Clientes municípios" é a que se segue a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Clientes Municípios	3.108.995	3.339.199
Clientes Municípios TRH e/ou TGR	83.116	90.486
Clientes Municípios Injunções	1.859.231	2.504.555
Clientes Municípios Juros de Mora	469.556	424.772
Clientes Municípios Acordos	1.227.791	-
	6.748.688	**6.359.012**

A rubrica "Municípios Acordos", corresponde a saldos a receber no âmbito do acordo assinado com o Municipio do Barreiro em 16 de dezembro de 2021 (acordo de regularização de divida não enquadrado no DL 5/2019, de 14 de janeiro).

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Clientes Municípios não Correntes	995.772	-
Clientes Municípios Correntes	5.752.916	6.359.012
	6.748.688	**6.359.012**

A rubrica "Clientes Municípios Não Correntes", corresponde a saldo a receber após 31 de dezembro de 2022 no âmbito do acordo assinado com o Municipio do Barreiro em 16 de dezembro de 2021.

As rúbricas de "Clientes Outros" e "Clientes Empresas Subsidiárias" são integralmente compostas de montantes correntes (até 1 ano).

Em 31 de dezembro de 2021 o saldo a receber de Municípios apresenta o seguinte detalhe por antiguidade:

Unidade: euros

	Vencido até 2018	Vencido até 2019	Vencido até 2020	Vencido até 2021	Total vencido	Não vencido	Total
Município Alcochete	2.280.368	-	-		**2.280.368**	120.439	**2.400.807**
Município Barreiro	-	-	-		**-**	1.752.180	**1.752.180**
Município Moita	-	-	-	161.191	**161.191**	376.211	**537.401**
Município Montijo	-	-	-		**-**	267.740	**267.740**
Município Palmela	-	-	-		**-**	323.226	**323.226**
Município Seixal	-	-	-		**-**	988.252	**988.252**
Município Sesimbra	-	-	-	164.833	**164.833**	314.249	**479.082**
	2.280.368	**-**	**-**	**326.024**	**2.606.392**	**4.142.296**	**6.748.688**

Risco de Crédito

Em 31 de dezembro de 2021evidencia-se no quadro abaixo os riscos de crédito por tipo de clientes da SIMARSUL.

Unidade: euros

Tipologia de clientes	Municipios (1)	Grandes clientes industrais e outras entidades	Empresas do Grupo	TOTAL
Risco	**Baixo**	**Médio**	**Baixo**	
Exposição bruta	6 749 992	213 313	635	6 963 940
Imparidade	- 1 304			- 1 304
Exposição líquida (31.12.2021)	**6 748 688**	**213 313**	**635**	**6 962 636**

(1) Inclui Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunici

10. OUTROS ATIVOS

10.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 9.1 – Clientes

10.2. DETALHE MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de Outros ativos é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Fundos Comunitários	2 302	38 485
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	-	-
Outros Devedores	5 103	5 103
Acréscimos de Rendimentos e Gastos Diferidos	1 283 016	1 310 498
Empréstimo Casa Mãe	-	-
	1 290 420	**1 354 086**

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
IVA a Receber	1.048.126	708.550
IVA Reembolsos Pedidos	-	-
Outras Contribuições	-	-
EOEP Ativo	1.048.126	708.550

11. INVENTÁRIOS

11.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Os inventários estão valorizados ao valor mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

11.2. DETALHE E MOVIMENTO

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Mercadorias	-	-
Peças de Manutenção	100.466	83.434
Matérias Subsidiárias	98.674	84.402
	199.140	**167.836**

12. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

12.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

12.2. DETALHE

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	100	100
Depósitos à Ordem	6.564.379	7.846.199
	6.564.479	**7.846.299**

13. CAPITAL PRÓPRIO

13.1. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;

ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

13.2. CAPITAL SOCIAL

O capital no montante de 25.000.000 euros é constituído por 25.000.000 ações de 1 euro cada e encontra-se integralmente realizado.

		Capital Subscrito 31.12.2021	Capital Realizado 31.12.2021
AdP-Águas de Portugal, SGPS, SA	51,00%	12.750.000	12.750.000
Município Alcochete	1,50%	375.455	375.455
Município Barreiro	9,10%	2.274.305	2.274.305
Município Moita	3,57%	893.590	893.590
Município Montijo	4,51%	1.127.290	1.127.290
Município Palmela	4,62%	1.156.040	1.156.040
Município Seixal	11,28%	2.819.950	2.819.950
Município Sesimbra	2,12%	529.585	529.585
Município Setúbal	12,30%	3.073.785	3.073.785
	100,00%	**25.000.000**	**25.000.000**

13.3. RESULTADO LIQUIDO POR AÇÃO

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o resultado líquido por ação é o seguinte:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado Líquido	943 070	1 035 050
Número Médio de ações (1,00Eur/cada)	25 000 000	25 000 000
Resultado por ação	**0,04**	**0,04**

13.4. RESERVAS E OUTROS AJUSTAMENTOS

O detalhe das reservas e outros ajustamentos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2020	Afect. Res. Liquido	Ajustamentos	Res. Liquido	31.12.2021
Capital	25.000.000	-	-	-	25.000.000
Reservas e Outros Ajustament	553.754	51.753	-	-	605.507
Resultados Transitados	40.313.827	983.298	-	-	41.297.125
Resultado Líquido do Exercício	1.035.050	- 1.035.050	-	943.070	943.070
	66.902.631	**-**	**-**	**943.070**	**67.845.701**

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica Outras reservas, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

14. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

14.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a SIMARSUL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da SIMARSUL. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A SIMARSUL procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da SIMARSUL que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A SIMARSUL procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

14.2. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A SIMARSUL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. Com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

14.3. PROVIÕES

Não ocorreram movimentos na rubrica de provisões.

Processos judiciais em curso

A SIMARSUL faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efetuada e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas pela SIMARSUL demonstram-se como se segue:

Unidade: euros

Entidade	Obrigação Garantida	Montante Garantido	Data
Montepio Geral	Indemnizações relativas a expropriações	21.956	01-09-09
Bankinter	Cumprimento obrigações emergentes de alvará de licença de obra	3.450	24-10-18
		25.406	

15. ACRESCIMOS DE GASTO DE INVESTIMENTO CONTRATUAL

15.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Ver política contabilística na nota 2.2.4.

15.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe do acréscimo de gastos de investimento contratual é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	15.584.151	14.408.294
	15.584.151	**14.408.294**

Movimentos do período

O movimento ocorrido no acréscimo de gastos de investimento contratual no exercicio findo em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2020	Aumentos	Abates	Aumentos	Diminuições	31.12.2021
Acréscimos de Gastos de Investimento Contratual	14.408.294	-	-	1.361.755	185.898	15.584.151
	14.408.294	**-**	**-**	**1.361.755**	**185.898**	**15.584.151**

16. SUBSIDIOS DE INVESTIMENTO

16.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a SIMARSUL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

16.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Fundos Comunitários	51 752 229	53 514 272
Integração de Património	3 593 127	3 681 547
	55 345 356	**57 195 820**

Unidade: euros

	31.12.2020	Resultados	Aumentos	Regularizações	31.12.2021
Fundos Comunitários	53 514 272	- 1 762 043	-	-	51 752 229
Integração de Património	3 681 547	- 88 421	-		3 593 127
Outros Subsídios	-	- 14 263	-	-	-
	57 195 820	**- 1 864 727**	**-**	**-**	**55 345 356**

17. EMPRÉSTIMOS

17.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria "Passivos financeiros ao custo amortizado" inclui os passivos apresentados nas rubricas "Empréstimos" e "Fornecedores e outros passivos". Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A SIMARSUL apenas tem reconhecidos passivos classificados como "Passivos financeiros ao custo amortizado".

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos (bancários e obrigacionistas) são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica "Gastos financeiros" da demonstração dos resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. A parcela do juro efetivo relativa a comissões com a emissão de empréstimos é deduzida ao valor contabilístico do empréstimo caso não seja liquidada durante o exercício.

Os empréstimos obtidos são classificados no passivo não corrente, exceto se for expectável que a SIMARSUL liquide o passivo nos próximos 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificado no passivo corrente.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

17.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos Bancários BEI	66.643.131	71.511.051
Não Correntes	66.643.131	71.511.051
Empréstimos Bancários BEI	5.017.313	4.395.120
Correntes	5.017.313	4.395.120
Total de Empréstimos	**71.660.445**	**75.906.171**

Unidade: euros

	31.12.2020	Aumentos (1)	Reembolsos	31.12.2021
Empréstimos Bancários BEI	75 906 171	149 393	4 395 120	71 660 445
	75 906 171	**149 393**	**4 395 120**	**71 660 445**

(1) Os aumentos em 2021 **não** são contratação de novos financiamentos mas relevação contabilística do custo amortizado do ano no montante de € 32.445 e a especialização de juros a liquidar em 2022 no montante de € 116.948

Empréstimos por maturidade

O reembolso de capital dos empréstimos BEI a 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 tem a seguinte maturidade:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	5.017.313	4.395.120
De 1 a 2 anos	5.141.000	4.900.365
De 2 a 3 anos	5.523.315	5.141.000
De 3 a 4 anos	5.771.585	5.523.315
De 4 a 5 anos	6.114.490	5.771.585
Superior a 5 anos	44.092.741	50.174.786
	71.660.445	**75.906.171**

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, os empréstimos BEI apresentam o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

Unidade: euros

Taxa de Juro Variável	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 anos	-	-
De 1 a 2 anos	-	-
De 2 a 3 anos	-	-
Superior a 3 anos	-	-
	-	-

Taxa de Juro Fixa	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 anos	5.017.313	4.395.120
De 1 a 2 anos	5.141.000	4.900.365
De 2 a 3 anos	5.523.315	5.141.000
Superior a 3 anos	55.978.816	61.469.686
	71.660.445	75.906.171
	71.660.445	**75.906.171**

18. FORNECEDORES E OUTROS PASSIVOS

18.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a SIMARSUL adquiriu, no decurso normal da sua atividade. Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao custo de aquisição. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

18.2. DETALHE

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Fornecedores de Investimentos	464.406	57.216
Fornecedores Gerais	1.231.142	539.327
Fornecedores Empresas do Grupo	-	-
Fornecedores Facturas em Receção e Conferência	17.006	-
	1.712.553	**596.543**

Em 31 de dezembro de 2021 encontra-se em dívida não corrente o montante de 2.997.426 euros relativo a dívidas a liquidar aos municípios pela integração do património.

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Dívida ao Município Alcochete	112 352	116 018
Dívida ao Município Barreiro	111 625	115 267
Dívida ao Município Moita	114 358	118 089
Dívida ao Município Montijo	207 560	214 333
Dívida ao Município Palmela	483 451	500 596
Dívida ao Município Seixal	1 103 696	1 139 707
Dívida ao Município Sesimbra	864 384	892 587
	2 997 426	**3 096 597**

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Acréscimos com Férias e Subsídio de Férias	367 696	379 321
Empresas do Grupo	-	-
Outros Acréscimos e Diferimentos	474 803	665 896
Outros Credores	252 132	254 130
	1 094 631	**1 299 347**

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 a rubrica Estado e outros entes públicos tem o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Retenções - IRS	24 457	-
Retenções - Segurança Social	46 947	59 238
Outras Contribuições	634 921	684 639
EOEP Passivo	706 325	743 877

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA DO IFRS 9

Unidade: euros

	Ativos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	TOTAL	Ativos e passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total da demonstração de posição financeira a 31.12.2021
Ativos intangíveis	-	-	-	145 667 008	145 667 008
Ativos Fixos Tangíveis	-	-	-	31 987	31 987
Ativos sobre direito de uso	-	-	-	99 617	99 617
Investimentos financeiros	2 351 161	-	2 351 161	-	2 351 161
Impostos diferidos ativos	-	-	-	4 451 101	4 451 101
Desvio Tarifário Ativo	-	-	-	64 281 168	64 281 168
Inventários	-	-	-	199 140	199 140
Clientes	6 962 636	-	6 962 636	-	6 962 636
Estado e outros entes públicos	-	-	-	1 048 126	1 048 126
Outros ativos correntes	1 337 921	-	1 337 921	-	1 337 921
Caixa e seus equivalentes	-	-	-	6 564 479	6 564 479
Total do ativo	**10 651 717**	**-**	**10 651 717**	**222 342 625**	**232 994 342**
Empréstimos não correntes	-	66 643 131	66 643 131	-	66 643 131
Fornecedores e outros passivos não correntes	-	2 998 981	2 998 981	-	2 998 981
Impostos diferidos passivos	-	-	-	15 655 909	15 655 909
Acréscimos custos inv. contratual	-	-	-	15 584 151	15 584 151
Subsídios ao investimento	-	-	-	55 345 356	55 345 356
Desvio Tarifário Passivo	-	-	-	-	-
Empréstimos correntes	-	5 017 313	5 017 313	-	5 017 313
Fornecedores	-	1 785 340	1 785 340	-	1 785 340
Outros passivos correntes	-	1 094 631	1 094 631	-	1 094 631
Imposto sobre o rendimento do exercício	-	-	-	317 503	317 503
Estado e outros entes públicos	-	-	-	706 325	706 325
Total do passivo	**-**	**77 539 397**	**77 539 397**	**87 609 244**	**165 148 641**

20. RÉDITO DE CONTRATO COM CLIENTES

20.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da SIMARSUL. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato, (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a SIMARSUL avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação

e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a SIMARSUL efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das prestações de serviços efetuadas pela SIMARSUL, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato com a prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Prestação de serviços

Atividade regulada - Serviços em "alta" – Saneamento

O rédito é reconhecido com base em (i) valores mínimos quando se verifiquem quebras de exclusivo do contrato de concessão; ou (ii) consumos, ou seja, o rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada e os consumos medidos e/ou estimados;

Atividade não regulada

A tarifa de disponibilidade encontra-se suportada num contrato estabelecido com o cliente, em que o preço do aluguer se encontra definido. O valor do contrato é reconhecido mensalmente no mês a que respeita a prestação do serviço.

Serviços de construção

Ver política contabilística descrita na nota 2.2.6.

20.2. DETALHE

O rédito de contratos com clientes nos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 apresenta o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Prestação de Serviços a Municípios	18.409.162	17.349.471
Rédito da Construção	2.131.999	903.667
Desvio de Recuperação de Gastos	- 160.601	224.382
	20.380.560	**18.477.520**

21. GASTO DAS VENDAS

Nos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
CMVMC - Matérias Subsidiárias	296 959	285 171
	296 959	**285 171**

Refira-se ainda que o valor do CMVMC apresentado, no montante de cerca de 0,30 milhões de euros não contempla o efeito do reconhecimento da IFRIC 12, no montante de 2,1 milhões de euros.

22. FORNECIMENTO E SERVIÇOS EXTERNOS

22.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do custo.

Trabalhos para a própria empresa, são os custos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao custo, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos custos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente na demonstração de posição financeira sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

22.2. DETALHE

Nos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Trabalhos Especializados	1.543.662	1.495.251
Conservação e Reparação	2.035.809	1.572.176
Energia	1.937.344	2.150.894
Combustiveis	58.730	49.872
Rendas	70.012	74.645
Seguros	107.877	105.245
Outros FSE's	513.729	459.487
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-	5.172
	6.267.163	5.912.742
FSE's Capitalizados	-	-
	6.267.163	**5.912.742**

A rubrica de energia representa cerca de 31% do peso total dos fornecimentos e serviços, sendo uma das componentes mais representativa. A rubrica de trabalhos especializados tem um peso de cerca de 25% do total desta rubrica.

Relativamente aos gastos de conservação e reparação, verifica-se um aumento significativo em 2021 decorrente do esforço adicional e empenho que a empresa tem vindo a levar a cabo para recuperar as condições de funcionamento e de segurança das infraestruturas, em busca de resultados positivos e sustentáveis, de modo a assegurar níveis adequados de operacionalidade.

23. GASTOS COM PESSOAL

23.1. DETALHE

Nos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações	2.282.813	2.333.822
Encargos Sociais sobre Remunerações	509.160	520.950
Encargos com Pensões	-	-
Outros Gastos com Pessoal	227.070	226.713
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
	3.019.042	3.081.486
Gastos com Pessoal Capitalizados		
	3.019.042	**3.081.486**

Remunerações dos Órgãos Sociais da SIMARSUL

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Remunerações	247.032	302.524
Encargos Sociais sobre Remunerações	57.898	70.915
Encargos com Pensões	-	-
Outros Gastos com Pessoal	-	-
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
	304.930	373.439
Gastos com Pessoal Capitalizados		
	304.930	**373.439**

Número médio de pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	31.12.2021	31.12.2020
Órgãos Sociais	8	8
Trabalhadores Efetivos e Outros	100	100
	108	**108**

Número de colaboradores a 31 de Dezembro	31.12.2021	31.12.2020
Órgãos Sociais	8	8
Trabalhadores Efetivos e Outros	100	99
	108	**107**

24. AMORTIZAÇÕES E DEPRECIAÇÕES DO EXERCICIO

Nos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as amortizações, e depreciações têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Amortizações de Ativos Fixos Tangíveis e Intangíveis (notas 5.3 e 5.4.3)	4 851 318	4 603 730
Amortização de Ativos sob Direito de Uso (nota 6.3)	145 210	117 866
Acréscimos de Custos do Investimento Contratual (nota 15.2)	1 361 755	1 319 702
	6 358 282	**6 041 299**

25. PROVISÕES E REVERSÕES DO EXERCICIO

Não foram constituídas e revertidas provisões no ano de 2021.

26. PERDAS POR IMPARIDADE E REVERSÕES DO EXERCICIO.

Não foram constituídas perdas por imparidade no ano de 2021

27. OUTROS GASTOS E PERDAS OPERACIONAIS

Nos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 os outros gastos e perdas operacionais têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Impostos	135.796	132.240
Donativos	1.500	1.500
Outros Gastos Operacionais	9.798	66.388
	147.095	**200.127**

Os impostos e taxas representam a quase totalidade da rubrica em análise, e respeitam sobretudo às taxas de regulação a pagar à ERSAR.

28. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS OPERACIONAIS

Os outros rendimentos e ganhos operacionais são decompostos da seguinte forma:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Rendimentos Suplementares	83.097	76.526
Subsídios à Exploração	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos Operacionais	54.189	11.432
Correções Relativas a Exercícios Anteriores	-	-
	137.286	**87.958**

A principal rubrica que representa o valor de referência desta nota comporta essencialmente valores referentes a venda de energia.

29. GASTOS FINANCEIROS

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Juros Suportados	2.138.395	2.121.030
Comissões Bancárias	396	123
Outros Gastos Financeiros	522.337	548.260
	2.661.128	**2.669.413**

Os gastos financeiros totalizam em 2021 um montante de 2,7 milhões de euros.

30. RENDIMENTOS FINANCEIROS

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Juros Bancários	63 334	63 334
Juros de Mora	131 283	196 099
Outros Juros	-	5 717
	194 617	**265 149**

Os rendimentos financeiros ascenderam a 0,2 milhões de euros. Os juros de mora relativos a dívidas de clientes foram de 0,1 milhões de euros.

31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

31.1. POLITICAS CONTABILISTICAS

Imposto sobre o rendimento

A SIMARSUL encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável

A SIMARSUL é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a SIMARSUL cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A SIMARSUL entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data da demonstração de posição financeira e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

São reconhecidos impostos diferidos em diferenças temporárias originadas por investimentos em subsidiárias e associadas, exceto quando a SIMARSUL seja capaz de controlar a tempestividade da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não se reverta no futuro previsível.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

Unidade: euros

	01.01.2021	Efeito taxa	Adições	Diminuições	Transfer.	31.12.2021
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento amortização firme	-	-	-	-	-	-
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento subsídio firme	555 948	-	-	-	-	555 948
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento amortização futuro	-	-	-	-	-	-
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento Subsidio futuro	1 354 916	-	-	52 112	-	1 302 804
Efeito IFRC 12 Exercício - Amort IFRC 12 vs Fiscal	1 092 431	-	-	-	-	1 092 431
Efeito IFRC 12 Exercício - Investimento futuro	13 116 287	-	1 361 755	580 066	-	13 897 975
Efeito IFRIC Exercício - Subsidio. IFRIC 12 vs Fiscal	2 493 012	-	440 499	-	-	2 933 511
Efeito IFRS 16 - Passivos da Locação	683 414	-	-	683 414	-	-
Base de incidência (imposto diferido ativo)	**19 296 008**	**-**	**1 802 254**	**1 315 592**	**-**	**19 782 669**
Taxa IRC	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derrama estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Imposto diferido ativo	**4 341 602**	**-**	**405 507**	**296 008**	**-**	**4 451 101**

0

Unidade: euros

	01.01.2021	Efeito taxa	Adições	Diminuições	Transfer.	31.12.2021
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento amortização futuro	5 970 546	-	-	229 636	-	5 740 909
Efeito IFRC 12 (Transição) - Investimento Subsidio futuro	- 442 522	-	-	-	-	- 442 522
Efeito IFRC 12 Exercício - Subsídio futuro	2 261	-	-	-	-	2 261
IFRIC 12 - subsídio contab vs fiscal (exercício)	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-
Desvio de recuperação de gastos	64 441 770	-	-	160 601	-	64 281 168
Efeito IFRS 16 - Ativos sob Direito de Uso	679 046	-	-	679 046	-	-
Base de incidência (imposto diferido passivo)	**70 651 100**	**-**	**-**	**1 069 283**	**-**	**69 581 817**
Taxa IRC	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%	21,0%
Derrama municipal	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%	1,5%
Derrama estadual	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%	22,5%
Imposto diferido passivo	**15 896 497**	**-**	**-**	**240 589**	**-**	**15 655 909**

31.2. DETALHE E MOVIMENTO

Em 31 de dezembro de 2021, o saldo corresponde ao valor do IRC a pagar referente a 2021. Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

Unidade: euros

		31.12.2021		31.12.2020
Estimativa de Imposto a Pagar		718.783		466.228
Retenções de Terceiros	-	15.833	-	18.322
Pagamentos por conta	-	385.446	-	104.011
		317.503		**343.896**

Unidade: euros

		31.12.2021		31.12.2020
Imposto Corrente		718.783		466.228
Excesso estimativa IRC ano anterior		-	-	39.290
Insuficiência de estimativa IRC ano anterior		78.826		-
		797.608		**426.938**
Imposto Diferido	-	350.088	-	217.739
		447.521		**209.199**

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos exercicios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é como segue:

Unidade: euros

	Base de imposto		Taxa de Imposto	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Resultado Antes de Impostos	1.390.591	1.244.249		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,50%	22,50%		
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	0%	0%		
Variação Patrimonial	-	-		
Variação Patrimonial negativa	- 52.112	- 52.112		
Variação Patrimonial positiva	229.636	229.636		
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais	1.802.254	1.841.365		
Donativos	-	-		
Multas, coimas e juros compensatórios	5.057	2.045		
Amortizações para além dos limites fiscalmente aceites	-	-		
Amortizações de investimentos contratuais futuros	-	-		
Dedução de amortizações de investimentos contratuais	-	-		
Subsídios ao investimento	-	-		
Correções relativas a exercícios anteriores		5.172		
Outros (Inclui Desvio de Recuperação de Gastos)	- 421.043	- 1.244.477		
	-415.985	**-1.237.261**		
Lucro tributável	2.954.383	2.025.878		
Dedução prejuizos fiscais	-	-		
Matéria coletável	2.954.383	2.025.878		
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	21,00%	21,00%		
Imposto calculado	620.420	425.434	44,62%	34,19%
Tributação autónoma	10.415	10.406	0,75%	0,84%
Derrama Municipal (1,5%)	44.316	30.388	3,19%	2,44%
Derrama Estadual	43.632		3,14%	0,00%
Insuficiência estimativa impostos	78.826	13.257	5,67%	1,07%
Excesso estimativa impostos		- 52.547	0,00%	-4,22%
Utilização de perdas fiscais	-	-	0,00%	0,00%
Efeito do aumento/reversão de impostos diferidos	- 350.088	- 217.739	-25,18%	-17,50%
	-172.900	**-216.235**	**-12,43%**	**-17,38%**
Imposto sobre o rendimento	**447.521**	**209.199**	**32,18%**	**16,81%**

32. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

32.1. PARTES RELACIONADAS

As transações com os Municípios acionistas da SIMARSUL resultam da atividade normal da empresa (serviços de saneamento). As transações com outras empresas do Grupo AdP resultam de serviços prestados por estas à SIMARSUL.

32.2. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Unidade: euros

	31.12.2021 Rendimentos	31.12.2021 Gastos	31.12.2020 Rendimentos	31.12.2020 Gastos
ADP SGPS	-	953 458	-	774 598
ADP Valor, S.A.	-	17 745	-	177 291
ADP Energias, S.A.	250	12 584	250	136
Águas do Vale do Tejo, S.A.	-	-	-	-
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	-	7 770	-	714
Águas do Centro Litoral, S.A.	-	1 308	-	-
EPAL	-	11 950	-	8 400
Município Alcochete	848 396	7 294	687 622	6 367
Município Barreiro	2 885 070	19 036	2 598 185	15 208
Município Moita	1 957 127	6 845	1 844 287	5 120
Município Montijo	2 372 034	16 913	2 181 284	13 264
Município Palmela	1 816 499	19 766	1 778 419	19 320
Município Seixal	5 654 369	47 282	5 238 750	33 070
Município Sesimbra	1 881 121	42 483	1 830 018	46 758
	17 414 867	**1 164 433**	**16 158 814**	**1 100 247**

Unidade: euros

	31.12.2021 Ativos	31.12.2021 Passivos	31.12.2020 Ativos	31.12.2020 Passivos
ADP SGPS	-	53.407	-	-
ADP Valor, S.A.	-	21.826	-	- 388
ADP Energias, S.A.	-	14.839	-	-
Águas do Vale do Tejo	182	-	182	-
Águas do Tejo Atlântico, S.A.	-	2.968	-	-
Águas do Centro Litoral, S.A.	-	1.378	-	-
EPAL	453	13.223	453	-
Município Alcochete	2.400.807	116.018	3.001.587	119.619
Município Barreiro	1.752.180	117.055	587.518	120.112
Município Moita	537.401	118.156	583.750	121.862
Município Montijo	267.740	214.521	220.696	221.180
Município Palmela	323.226	501.453	347.357	517.782
Município Seixal	988.252	1.140.514	1.081.821	1.175.517
Município Sesimbra	479.082	893.019	536.283	914.764
	6.749.323	**3.208.377**	**6.359.647**	**3.190.447**

33. INVESTIMENTO CONTRATUAL

A Empresa possui os seguintes compromissos que não se encontram incluídos na demonstração de posição finaceira apresentada:

a) Contrato de Concessão

Os investimentos reversíveis incluídos no Estudo de Viabilidade Económica e Financeira perfazem cerca de 268 milhões de euros, dos quais cerca de 215 milhões de euros já se encontram realizados.

b) Contratos de Empreitada e Serviços

No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela empresa, bem como outros serviços, foi celebrado um conjunto de contratos, constando do quadro seguinte os valores superiores a 100 mil euros:

Estudos, Projectos e Outros Fornecimentos	Entidade	Valor Contrato de Adjudicação	Data de Adjudicação	Valor já facturado p/c/ de adjudicação 2021	Responsabilidades c/empreitadas e Projectos n/relevadas na Demonstração da Posição Financeira
Projectos					
Aquisição de Serviços para a Revisão e Elaboração de Projetos de Saneamento da Área da Península, Lote 1 - Península Este	CTGA	37 500	23/01/2019	10 670	26 831
Aquisição de Serviços para a Revisão e Elaboração de Projetos de Saneamento da Área da Península, Lote 2 - Península Oeste	CTGA	39 000	23/01/2019	11 404	27 597
Aquisição de Serviços para a Elaboração de Estudos e Projetos de Saneamento	Consulgal/Sisaqua	130 000	04/09/2019	82 858	47 142
Serviços					
Prestação de serviços para elaboração de topografia e levantamento cadastral	Viamapa, S.A.	95 000	21/01/2020	15 029	79 971
Aquisição de Serviços de Fiscalização, Coordenação de Segurança em Obra e de Gestão Ambiental e Acompanhamento Arqueológico de empreitadas da SIMARSUL	RIPÓRTICO ENGENHARIA Lda. (506782328)	173 160	12/08/2021	4 840	168 320
Empreitadas					
Empreitada de Ampliação e Beneficiação da ETAR da Quinta da Bomba (2ª Fase)	SMAS de Almada	3 039 000	01/07/2014	1 992 662	1 046 338
Empreitada de Substituição do Sistema de Gradagem da EE4, EE Vinha das Pedras, EE Fonte da Prata	Ambiágua-Gestão de Equipamentos de água S.A.	399 446	08/10/2020	379 293	20 153
Empreitada de Execução da Ligação Gravítica do Sistema de Cárcamo Lobo à Estação Elevatória do Lavradio (Subsistema Barreiro/Moita)	Camacho Engenharia, S.A.	580 000	22/10/2020	207 338	372 662
Empreitada de Execução da Etapa de Gradagem da ETAR da Lagoinha	Metalcário - Construções, Lda.	264 875	25/09/2020	242 199	22 676
Empreitada de Substituição do Silo de Lamas da ETAR de Fernão Ferro	Ângulo Recto - Construções, Lda. (506682188)	124 610	19/03/2021	122 011	2 599
Empreitada de Beneficiações em Infraestruturas na Área de Concessão e Reabilitação dos Decantadores Secundários da ETAR da Zona Industrial da Autoeuropa (ZIA)	Metalcário - Construções, Lda. (505126311)	144 843	19/03/2021	54 226	90 617
Empreitada de Execução da Reabilitação de Infraestruturas de Drenagem e Elevação do Subsistema da Quinta da Bomba - EM Corroios	Sade - Compagnie Génerale de Travaux d'Hydraulique - Sucursal (980176352)	586 413	17/06/2021	42 751	543 662
Empreitada de Reabilitação no Âmbito do Período de Garantias da Empreitada de Conceção-Construção da ETAR Barreiro/Moita e do Sistema de Drenagem e Elevatório do Barreiro/Moita - Lote 1	Metalcário - Construções, Lda. (505126311)	1 199 944	22/10/2021	-	1 199 944
Empreitada de Reabilitação do Intercetor Arrentela	MANVIA II CONDUTAS, LDA. (509673619)	287 466	18/11/2021	-	287 466
Bens					
AQUISIÇÃO DE PEÇAS E SERVIÇOS PARA REABILITAÇÃO, MANUTENÇÃO OU SUBSTITUIÇÃO DE SISTEMAS DE DESINFEÇÃO POR RADIAÇÃO ULTRAVIOLETA	LINHA D AGUA ENGENHARIA E TECNICAS DE PROTECCAO DO AMBIENTE LDA (502337869)	382 307	22/01/2021	168 800	213 507
Fornecimento, Montagem e Colocação em Serviço do Sistema de Telegestão da SIMARSUL	Cegelec Instalações e Sistemas de Automação. Lda. (503591831)	1 099 404	18/11/2021	-	1 099 404

34. HONORARIOS DE AUDITORIA E REVISÃO LEGAL

Os honorários de Auditoria e de Revisão Legal de contas da SIMARSUL no exercicio findo em 31 de dezembro de 2021 foram os seguintes:

Unidade: euros

Remuneração paga à SROC		
Valor dos serviços de revisão de contas	7 203	100%
Total pago pela entidade à SROC	**7 203**	**100%**

35. PROCESSOS JUDICIAIS

A SIMARSUL, com referência à data de 31 de dezembro de 2021, tinha as seguintes reclamações e ações judiciais em curso:

- PROC. N.º 800/13.1BEALM - processo de injunção cujo requerido é o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 67.082,91. Em 13 de Junho de 2013 foi aposta fórmula executória na injunção. Na ausência de pagamento, em 29 de Agosto de 2013 foi interposta a Execução para Pagamento de Quantia Certa, tendo o Município de Alcochete sido condenado. Uma vez que persistiu no não pagamento, foi requerido o pagamento ao Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais. Uma vez que foi notificada da insuficiência da dotação inscrita à ordem do Conselho Superior dos Tribunais Administrativos e Fiscais, requereu o prosseguimento da execução, nos termos do art.º 172º n.º 8 do CPTA, indicando-se como bens a participação do Município de Alcochete nos impostos do Estado, para pagamento da quantia de 89.716,92€. No final de Dezembro de 2018, o Município pagou a fatura 3170380825, no valor de 63.246,48€. Em 29 de março de 2019 o Município pagou as notas de débito de 3.836,43€. Considerando juros de mora, permanece em dívida a quantia de 34.062,09€, valor requerido ao Tribunal em 30 de Maio de 2019.
- PROC. N.º 952/13.0BEALM - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFA), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de € 138.327,50. Por sentença de 10 de Julho de 2017, o Município de Alcochete foi condenado a pagar à SIMARSUL a quantia de 134.236.18€, acrescendo juros de mora, à taxa comercial em vigor, à quantia de 126.492.90€, desde a data da citação até efetivo e integral pagamento. Réu recorreu para Tribunal Central Administrativo do Sul, aguardando-se a prolação de acórdão. No final de Dezembro de 2018, o Município pagou as faturas 3170380870, no valor de 63.246,48€ e 3170380890, no valor de 63.246,42€.
- PROC. N.º 415/15.0BEALM - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 68.204,02€. No final de Dezembro de 2018, o Município pagou a fatura 3170380854, no valor de 63.246,48€, referente ao proc nº. 415/15.0BEALM. Em 6 de Fevereiro, relativamente ao proc. n.º 415/15.0BEALM o Tribunal considerou-se incompetente para apreciar o mérito da causa. Em 11 de Março de 2019 a SIMARSUL apresentou recurso daquela decisão. Em 5 de Janeiro de 2021, a SIMARSUL foi notificada da decisão do TCA Sul em dar provimento ao recurso jurisdicional, revogando-se a sentença recorrida e ordenando-se a baixa dos autos para o prosseguimento dos mesmos. Por sentença de 10 de Dezembro de 2021, Tribunal decidiu que o Município de Alcochete deveria pagar à SIMARSUL os juros de mora peticionados, que perfazem o valor total de 5.037,54€, que são devidos à taxa legal de juros comerciais
- PROC. N.º 57/16.2BEALM - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 900.304,82€. PROC. N.º 1142/16.6BEALM - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFA), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 755.529,74€.

- **PROC. N.º 946/17.7BEALM**- ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFA), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 145.998,71€. Em 10 de Janeiro de 2018, relativamente ao Proc. 946/17.7BEALM, a SIMARSUL tomou conhecimento do pagamento de 109.870,58€ (obrigações legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de Julho). Permanece em dívida a quantia de 36.118,13€, acrescidas dos juros de mora vincendos. Os três processos foram apensados no PROC. N.º 57/16.2BEALM.

- **PROC. N.º 947/17.5BEALM** - ação administrativa comum ordinária interposta contra o Município de Alcochete, junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (TAFA), reclamando-se o pagamento de dívida no montante de 1.123.264,43€ em 10 de Janeiro de 2018, a SIMARSUL tomou conhecimento do pagamento de 634.489,11€ (obrigações legais decorrentes do Decreto-Lei n.º 114/2014, de 21 de Julho). Permanece em dívida a quantia de 488,775.32€, acrescidas dos juros de mora vincendos.

- **PROC. N.º 73539/20.0YIPRT**- injunção interposta contra a VALORSET reclamando-se o pagamento de 1276,18€, referentes a capital em dívida, juros, custas e outras despesas. Em 23 de Outubro de 2020 foi aposta fórmula executória na injunção. No entanto, a VALORSET foi declarada insolvente no Proc.º 5867/19.6STB - Juízo de Comércio de Setúbal – Juiz 2. Nesse processo foi considerada a dívida à SIMARSUL no valor de 934,99€, que foi o capital reclamado pela SIMARSUL na injunção.

- **PROC. N.º 693/20.2BEALM**- injunção interposta contra a Laboplaste, Plásticos Para Laboratório, Lda. reclamando-se o pagamento de 328,62€, referentes a capital em dívida, juros, custas e outras despesas. A LABOPLASTE contestou a dívida, tendo o processo sido distribuído para o Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada. Em 9 de Dezembro de 2020 o Tribunal considerou-se incompetente para apreciar o mérito da causa. Em 20 de Janeiro a SIMARSUL apresentou recurso daquela decisão para o TCA Sul.

- **PROC. N.º CO/000988/18.5CGI** – relativamente à monitorização das emissões gasosas da ETAR do Seixal, sendo imputadas à SIMARSUL três contraordenações graves às quais poderá caber uma coima de € 5.000 a € 44.800, em caso de dolo, e de € 2.500,00 a € 22.400,00, em caso de negligência. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 29 Agosto 2018. Aguarda-se decisão.

- **PROC. N.º CO/001159/18.6CGI** – relativamente à monitorização das emissões gasosas da ETAR Barreiro/Moita, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação grave à qual poderá caber uma coima de € 5.000 a € 44.800, em caso de dolo, e de € 2.500,00 a € 22.400,00, em caso de negligência. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 28 Setembro 2018. Aguarda-se decisão.

- **PROC. N.º DJUR.DCCO.00005.2020** – a SIMARSUL é acusada de rejeição de águas residuais sem qualquer tratamento na EE Vinha das Pedras, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação muito grave à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.00.000€, em caso de dolo. SIMARSUL apresentou a sua defesa em 27 de Janeiro 2020. Testemunhas arroladas pela SIMARSUL ouvidas em 19 de Fevereiro de 2020. Aguarda-se decisão.

- **PROC. N.º CO/01317/20** – a SIMARSUL é acusada, relativamente à ETAR do Seixal, sendo-lhe imputada uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 23 de Novembro 2020. Aguarda-se decisão.

- **PROC Nº CO/01086/21** Relativamente à ETAR do Seixal, sendo imputada à SIMARSUL:- contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. contraordenação muito grave por inexistência de garantia sólida e em vigor, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de

negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. A SIMARSUL apresentou a sua defesa em 12 de outubro de 2021.

- **PROC Nº DJUR.DCCO.00207.2021** Relativamente à ETAR do Seixal, sendo imputada à SIMARSUL uma contraordenação muito grave por incumprimento da licença de descarga, à qual poderá caber uma coima de 24.000€ a 144.000€, em caso de negligência, e de 240.000€ a 5.000.000€, em caso de dolo. SIMARSUL apresentou a sua defesa até 22 de Novembro 2021. Nos dias 17 e 22 de Dezembro de 2021, as testemunhas da SIMARSUL foram ouvidas.

- **PROC. N.º 57/17.5BEALM** – ação de processo comum interposta por Florido Bragadeste Ferreira & Filhos, Lda contra a LVT, S.A. reclamando uma indeminização por danos em viatura acidentada em coletor, no valor de 7.615,41€. A LVT requereu a intervenção principal provocada da AIG, uma vez que transferiu para esta a responsabilidade civil extracontratual. A SIMARSUL sucedeu à LVT, nos termos do art.º 33º do Decreto-Lei n.º 34/2017, de 24 de Março. O julgamento já se realizou em 24 de Janeiro de 2019, aguardando-se a prolação da sentença.

- **PROC. N.º 1121/18.9BEALM** - ação de processo comum interposta pelo Município de Alcochete reclamando o equilíbrio económico-financeiro da concessão. A SIMARSUL contestou em 26 de Abril de 2019. Aguarda julgamento.

- **PROC. N.º 961/19.6BEALM** – providência cautelar interposta pela Aquino Construções, S.A. com vista à suspensão da eficácia do ato administrativo que decretou o acionamento de garantia bancária, no valor de 14.287,00€. A SIMARSUL apresentou contestação em 27 de Dezembro de 2019. Proferida sentença em 27 Julho 2020 indeferindo a providência cautelar, dando razão aos argumentos da SIMARSUL.

- **PROC. N.º 10/20.1BEALM** – ação interposta pela Aquino Construções, S.A. com vista à anulação do ato administrativo que decretou o acionamento de garantia bancária, no valor de 14.287,00€. A SIMARSUL apresentou contestação em 16 de Fevereiro de 2020. Aguarda julgamento.

- **PROC. N.º 196/20.5BEALM** - ação de processo comum interposta pelo Município de Setúbal reclamando a saída do Município da SIMARSUL e a devolução do montante do capital social. A SIMARSUL contestou em 2 de Julho de 2020. Já em 15 de Fevereiro de 2022 o Autor requereu a desistência do pedido, aguardando-se decisão judicial.

- **PROC Nº 1992/21.T8STB** ação de processo comum interposta pelo Luís Sousa reclamando a sua reclassificação. Decorreu a audiência em 24 de maio de 2021, está a decorrer a contestação.

- **PROCESSO n.º 243/19.3BELSB**

  Descrição do litígio: impugnação do ato de aplicação de sanção contratual pela empresa SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A., no âmbito da execução do contrato de "Fornecimento, Ligação e Colocação em Serviço de Postos de Carregamento para Veículos Elétricos" celebrado com a empresa EFACEC ELECTRIC MOBILITY, S.A., no dia 21 de dezembro de 2017 e pedido de indemnização no valor de €15.195,00 (quinze mil, cento e noventa e cinco euros).

  Tribunal: Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

  Valor do processo: € 35.336,69 (trinta e cinco mil trezentos e trinta e seis euros e sessenta e nove cêntimos).

  Fase do processo: terminou a fase dos articulados e decidida a apensação ao processo n.º1099/19.1BEPRT, aguardando-se os ulteriores termos processuais

- **PROCESSO n.º 865/20.0BELSB**

Descrição do litígio: impugnação do ato de adjudicação proferido no âmbito do procedimento de concurso público, com publicidade internacional, para a "celebração de contrato de seguros de pessoas e aquisição de serviços de corretagem para as empresas do Grupo Águas de Portugal", quanto ao Lote 1 - Seguros de Saúde.

Tribunal: Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa.

Valor do processo: €3.329.296,26 (três milhões, trezentos e vinte e nove mil, duzentos e noventa e seis euros e vinte e seis cêntimos).

Fase do processo: por sentença do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa de 10/11/2020 foi julgada totalmente improcedente a ação intentada pelas empresas AON Portugal, S.A. e OCIDENTAL – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., tendo estas interposto recurso jurisdicional para o Tribunal Central Administrativo Sul, que aguarda decisão.

36. INFORMAÇÔES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Art.º 324º do Código das Sociedades Comerciais

A sociedade SIMARSUL, S.A., não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Art.º 397º do Código das Sociedades Comerciais

Relativamente aos seus administradores, a sociedade SIMARSUL, S.A., não lhes concedeu quaisquer empréstimos ou créditos, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Art.º 21º do Decreto-Lei nº.411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da empresa SIMARSUL ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021, correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

37. RENDIMENTO GARANTIDO

A remuneração adequada dos capitais próprios da SIMARSUL corresponde à aplicação, ao capital social realizado, titulado por ações de categoria A e B da sociedade, e à reserva legal, desde as datas da sua realização e constituição, respetivamente, ainda que no âmbito das concessionárias extintas, de uma taxa de remuneração contratual correspondente à rentabilidade média diária das Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária, acrescida de três pontos percentuais.

A remuneração em dívida é remunerada à rentabilidade média Obrigações do Tesouro Portuguesas a 10 anos ou outra equivalente que venha a substituir por acordo escrito entre o Concedente e a Concessionária.

Unidade: euros

		31.12.2021	31.12.2020
Capital Social Realizado		25.000.000	25.000.000
Reserva Legal a 01 de Janeiro 2021		553.754	491.495
Reforço da Reserva Legal		51.753	62.259
Remuneração em Dívida		41.297.125	40.313.827
Base de Incidência		66.850.879	65.805.322
Taxa de Juro OT		0,30%	0,41%
Spread 3pp		3,00%	3,00%
Remuneração Accionista do Ano		**967.980**	**1.035.050**
Ajustamento da ERSAR 2020	-	24.910	
Resultado Líquido		**943.070**	

Em 2021 o valor da remuneração garantida apurada foi de 967.980 euros ajustada de 24.910 euros relativos ao ano de 2020.

A sua liquidação deverá ocorrer, nos termos do Contrato de Concessão, sob a forma de dividendos, quando a tal houver lugar.

38. OUTROS ASSUNTOS COVID 19

O ano de 2020 e 2021 fica fortemente marcado pela infeção pelo novo coronavírus COVID-19, que foi e será marcante para a atividade socioeconómica do país, com impactos ainda não integralmente quantificados quanto às respetivas magnitudes. Portugal, em linha com a União Europeia tem adotado várias medidas que vão no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional deste evento. Inserem-se nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades da SIMARSUL.

Para todas as atividades de saneamento, entre os outros serviços, a SIMARSUL definiu as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos serviços públicos de saneamento de águas residuais.

Ao nível de impactos nas demonstrações financeiras de 2021 destacam-se como principais:

- Ativos

Não foi registada imparidade para os ativos da SIMARSUL, uma vez que por efeitos do COVID-19, os ativos não deixam de gerar benefícios económicos e futuros de forma permanente.

- Rácio GO/VN
    - Quanto ao Volume de Negócios

Verifica-se um aumento prestações de serviço da SIMARSUL, pelo aumento do consumo doméstico, decorrente do isolamento profilático determinado à população.

O serviço prestado não tem tido interrupções, atendendo aos planos de contingências de operação, trabalhadores e com os fornecedores.

    - Quanto aos Gastos Operacionais

Verificou-se um aumento dos gastos operacionais, quer decorrente da estratégia de aquisição de bens e serviços, quer pelo aumento de gastos com pessoal por forma a assegurar a capacidade de resposta das equipas, uma vez que foi aumentado em número e estendido no tempo, bem como de aumento de horas extraordinárias de trabalho. Aumentaram os custos com manutenção preventiva, por força da estratégia de redução da probabilidade de falhas, com reflexo posterior em maiores custos com manutenção curativa.
Atualmente tem-se vindo a assistir a um aumento generalizado de preços, em consequência de limitações nas cadeias de distribuição e produção, que se reflete nas contratações quer de empreitadas quer de prestações de serviços.

A SIMARSUL, nos casos possíveis quer pela capacidade, quer pela natureza dos respetivos reagentes, estão a maximizar os respetivos stocks, política mais exigente em termos de tesouraria, mas que acautela a respetiva continuidade de serviço, minimizando a exposição a fornecedores críticos. Esta circunstância obriga naturalmente a entregas de quantidades mais pequenas para reposição de stock, logo, consequentemente com custos-unitários mais elevados, atendendo à maior representatividade dos custos fixos associados à logística que está subjacente ao transporte e entrega. Em sentido contrário verificou-se uma redução das despesas de deslocações e estadas.

- Rácio de variação do endividamento

Pese embora tenha ocorrido uma redução dos pagamentos associados ao investimento, por menor disponibilidade das equipas dos fornecedores de equipamento e dos empreiteiros, que representaram nesta fase, apenas, um impacto positivo na tesouraria, verifica-se um aumento nos recebimentos dos clientes Municípios. Os prazos médios de pagamento a fornecedores mantêm-se estáveis.

Caso a crise associada ao COVID-19 venha a apresentar algum impacto na avaliação que os mercados fazem da situação financeira nacional, traduzida numa alteração da yield das Obrigações do Tesouro a 10 anos, também por esta via poderemos ter impacto na SIMARSUL na medida em que os resultados líquidos dos Sistemas Multimunicipais são determinados por este indicador macro económico. As Obrigações do Tesouro a 10 anos apresentavam em 2021 uma cotação média de 0,41%.

A SIMARSUL não antecipa que venha a apresentar problemas de continuidade das respetivas operações nos próximos doze meses. O Grupo AdP dispões de linhas de crédito de médio e longo prazo contratadas com o BEI no montante de 420 milhões de euros (348 milhões não utilizados) e linhas de crédito de curto prazo contratadas com a Banca Comercial Portuguesa no montante de 140 milhões de euros, sendo convicção do Conselho de Administração que as mesmas serão suficientes para fazer face aos compromissos de dívida assumidos e para fazer face a uma eventual redução de liquidez na sequência de potenciais atrasos nos recebimentos de clientes e por quebra no volume de negócios.

Em 2021 a SIMARSUL não solicitou adiamentos, reestruturações ou outro tipo de alterações aos compromissos quer sejam contratualizados ou não, com os seus credores e fornecedores, nem antecipa vir a solicitar.

39. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Em 31 de dezembro de 2021 não se encontram reconhecidas nem divulgadas quaisquer contingências ambientais, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem, a esta data, contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

A Administração confirma igualmente que não foram despendidos quaisquer montantes quer para prevenir, quer para reparar qualquer dano de caráter ambiental.

40. EVENTOS SUBSQUENTES

A Administração da SIMARSUL, não tem conhecimento, em 28 de fevereiro de 2022, data da aprovação destas contas, de qualquer evento subsequente com impacto significativo nas contas apresentadas.

O valor de Desvio de Recuperação de Gastos de 2021 foi submetido à aprovação da ERSAR em 31 de janeiro de 2022 devendo a ERSAR emitir o respetivo projeto de decisão atá ao final de fevereiro. A Administração não espera ajustamentos.

Seixal, 28 de fevereiro de 2022

O Contabilista Certificado

Rui Miguel Grilo Ramos

Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

António Manuel Vinagreiro dos Santos Ventura

Presidente Executivo

Filipa Duarte Vieira Pimenta Alves Esperança

Vogal Executivo

João Afonso Almeida da Silva Luz

Vogal Executivo

Isidro Durão Heitor

Vogal Não Executivo

Rute Isabel Talhadas Cesário

Vogal Não Executivo

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Certificação legal de contas

RELATÓRIO e PARECER do CONSELHO FISCAL

Sobre os DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

da SIMARSUL-SANEAMENTO DA PENÍNSULA DE SETÚBAL, S.A.

RELATÓRIO

1. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade SIMARSUL-Saneamento da Península de Setúbal, S.A (SIMARSUL), apresentados pelo Conselho de Administração, relativamente ao exercício de 2021, o qual foi aprovado em 28 de fevereiro de 2022.
2. Em observância do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, no âmbito das suas competências, procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do Estado, designadamente do cumprimento das orientações legais, entre outras, as relativas às remunerações vigentes em 2021, encontrando-se convenientemente divulgadas no Relatório e Contas e Relatório do Governo Societário.
3. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da SIMARSUL e a evolução dos seus negócios. Efetuou reuniões, tendo contado com a presença de membros do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
4. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu o Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2022. Verificou também o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44º, do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido os respetivos Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.
5. O Conselho Fiscal analisou o Relatório do Governo Societário aprovado pelo Conselho de Administração em 28 de fevereiro de 2022, segundo o previsto no artigo 54º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro, tendo emitido parecer autónomo sobre o mesmo.
6. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
7. Adicionalmente, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a análise apresentada no Relatório de Gestão sobre o cumprimento das orientações legais não esteja correta.
8. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal das Contas emitida, nos termos da legislação em vigor, pelo Revisor Oficial de Contas, sem reservas e sem ênfases e obteve deste, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

9. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade.
10. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade.

PARECER

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da SIMARSUL aprove:

a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais do Exercício de 2021.
b) A Proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu Relatório.

Seixal, 08 de março de 2022

Maria do Carmo Reis Silva Mendes	Rui Alexandre dos Santos Sá Carrilho	João Carlos Alves Faim
(Presidente)	(Vogal)	(Vogal)

Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. (a Entidade), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 232.994.342 euros e um total de capital próprio de 67.845.701 euros, incluindo um resultado líquido de 943.070 euros), a demonstração dos resultados e do rendimento integral, a demonstração das variações do capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da SIMARSUL – Saneamento da Península de Setúbal, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;

b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;

c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;

d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;

d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e

f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

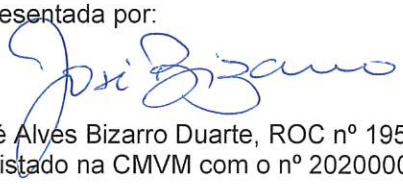
Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

8 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003